UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Thaís Nodare de Oliveira

CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: PERFIS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE ACERVO

Belo Horizonte
2016

Thaís Nodare de Oliveira

CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: PERFIS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE ACERVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientador: Renato Pinto Venâncio
Coorientador: Adalson de Oliveira Nascimento.

Belo Horizonte
2016

O48c Oliveira, Thaís Nodare de.

Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais [manuscrito] : perfis institucionais e políticas de acervo / Thaís Nodare de Oliveira. – 2016.
176 f. : enc., il.

Orientador: Renato Pinto Venâncio.
Coorientador: Adalson de Oliveira Nascimento.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 161-172.
Apêndices: f. 173-176.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Centros de documentação – Organização – Teses. 3. Centros de memória – Teses. 4. Arquivos – Universidade – Teses. I. Título. II. Venâncio, Renato Pinto. III. Nascimento, Adalson de Oliveira. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 930.2

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: PERFIS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE ACERVO"

Thaís Nodare de Oliveira

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"Mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Informação, Cultura e Sociedade"**.

Dissertação aprovada em: 15 de abril de 2016.

Por:

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG (Orientador)

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento - ECI/UFMG (Co-orientador)

Profa. Dr. Rita de Cássia Marques - ENF/UFMG

Profa. Dra. Ivana Denise Parrela - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Renato Pinto Venancio
Orientador

UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **THAÍS NODARE DE OLIVEIRA**, matrícula: 2014655248

Às 14:00 horas do dia 15 de abril de 2016, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 29/03/2016, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais: perfis institucionais e políticas de acervo***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - Orientador	APROVADA
Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento - Co-orientador	APROVADA
Profa. Dr. Rita de Cássia Marques	APROVADA
Profa. Dra. Ivana Denise Parrela	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2016

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
ECI/UFMG

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento
ECI/UFMG

Profa. Dr. Rita de Cássia Marques
ENF/UFMG

Profa. Dra. Ivana Denise Parrela
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Profa. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora do Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação - ECI/ UFMG

DEDICATÓRIA

À memória de meu amado avô, Olindo Nodare, dedico este trabalho. Com todo meu amor e minha imensa saudade!

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que me auxiliaram contribuíram nesse percurso. Portanto, agradecê-las é tarefa importante e prazerosa!

Primeiramente, agradeço a Deus por ter permitido que eu trilhasse mais essa etapa, sustentando-me nos momentos de angústia e dificuldades.

Agradeço à minha mãe, grande incentivadora e motivadora dessa empreitada. Parceira amorosa, zelosa e paciente com minhas dificuldades e ausências. Seu apoio foi fundamental!

Ao professor Renato Venâncio, que desde a graduação tem sido generoso em compartilhar ideias e ensinamentos. As orientações foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Obrigado pela compreensão, confiança e sugestões no desenvolvimento e na produção desta dissertação.

Agradeço ao professor Adalson Nascimento, interlocutor desde o início da pesquisa, pelas contribuições generosas. Sua leitura criteriosa sempre me ajudou a refletir sobre a pesquisa.

Agradeço a professora Meily Assbú Linhales pelas trocas, partilhas nas atividades e reuniões do CEMEF, pelas dicas e pelos incentivos. Minha gratidão!

À toda equipe do CEMEF, pelas discussões travadas e sugestões apresentadas, que muito ajudaram na elaboração desta dissertação e contribuíram para minha formação como pesquisadora e profissional arquivista. Sinto-me honrada de fazer parte desse grupo!

Aos colegas de turma, em especial, Emanuelle e Maristela, por dividirmos nossas dúvidas, angústias e alegrias.

Aos meus amigos queridos, Évelli e Ahlan, que, apesar da distância, sempre deram apoio, auxílio e alegria. Poia, obrigada pelos conselhos carinhosos e reflexões lúcidas.

Ao Murillo, meu querido Mú, pelo carinho, amor, motivação e por tantas vezes ter me auxiliado nos momentos de ansiedade. Embora você tenha chegado ao fim desse processo, sempre entendeu as inúmeras ausências em decorrência da escrita deste trabalho. Sua presença tornou-se essencial!

Agradeço especialmente àquele que não poderá ler essas linhas, mas que foi de extrema importância ao longo de toda minha jornada como aluna e pesquisadora. Sei que sua presença é constante nos meus pensamentos, coração e em muito do que hoje sou. Ao “nonno" Olindo, por me fazer acreditar que nem sempre a caminhada é fácil, mas é sempre possível. E que uma guloseima sempre adoça a vida!

RESUMO

Este estudo aborda os centros de memória e documentação que fazem parte da Rede de Museus e Espaços de Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo principal desta pesquisa foi compreender os percursos desses centros de documentação e memória. Para tanto, buscou-se apreender o contexto de criação desses centros, o processo de aquisição e tratamento de acervo, com ênfase na experiência do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG). Dessa forma, o trabalho pretende contribuir com o campo da Arquivologia, especialmente em relação ao diálogo estabelecido entre centros de memória e documentação e políticas arquivísticas. Para analisar os referidos centros foram mobilizados documentos de gestão encontrados nos próprios centros e relatos do Projeto Memória na UFMG, que apontam as primeiras tentativas de se estabelecer uma gestão de documentos na Universidade. A partir da leitura e da análise de todo esse *corpus* documental, e de entrevistas realizadas com sujeitos ligados à coordenação dos centros, foi possível identificar que os centros de memória e documentação analisados possuem vocações distintas no que diz respeito à origem, composição e tratamento de acervos e surgem de uma escolha política da instituição.

Palavras-chave: Centro de memória. Centro de documentação. Política arquivística.

ABSTRACT

This study addresses the memory and documentation centers that are part of the Rede de Museus e Espaços de Conhecimento of the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The main objective of this research was to understand the trajectory of these memory and documentation centers. To this end, we sought to understand the context of the creation of these centers, the process of acquisition and the processing assets, with emphasis on the experience of the Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG).Thus, this work aims to contribute to the field of Archivology, especially in relation to the dialogue established between memory and documentation centers and archival policies. To analyze the centers, management documents found in their own centers and reports of the Memory Project at UFMG were mobilized, what shows the first attempts to establish a document management at the University. From reading and analyzing all this documentary *corpus* and interviews made withpeople who had some relation with the centers coordination, it was possible to identify that the analyzed memory and documentation centers have distinct vocations with regard to the origin, the composition and the treatment of the collections and that it proceeds from a political choice of the institution.

Keywords: Memory Centers. Documentation Centers. Archival policy.

LISTA DE FIGURAS

Pág.

FIGURA 1- Regimento Interno do CMU 52
FIGURA 2- Ementa do curso de História da Medicina do CEMEMOR 66
FIGURA 3- Organograma geral da Faculdade de Medicina da UFMG 69
FIGURA 4- CEDOC FaE/UFMG/ Lista Geral dos Fundos Arquivísticos 95
FIGURA 5- Modelo de carta de solicitação à doação de acervo (Cemef) 137
FIGURA 6- Formulário de Cadastro de Usuário do Cemef 139
FIGURA 7- Formulário de Solicitação de livros e Documentos para Consulta do Cemef 140
FIGURA 8- Recolhimento de acervo Institucional (Cemef) 142
FIGURA 9- Termo de doação/recolhimento de Arquivo Pessoal de Professor (Cemef) 143
FIGURA 10- Termo de Recolhimento da Biblioteca (Cemef) 144
FIGURA 11- Termo de Doação de Livro(s) (Cemef) 145
FIGURA 12- Linha de Acervo do Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer (Cemef) 153

LISTA DE TABELAS

Pág.

TABELA 1- Centros de Memória e Documentação em Universidades 44
TABELA 2- Volume de documentos acumulados: Unidade da UFMG X Centro de memória 122
TABELA 3- Quantificação dos itens documentais por gênero do “Arquivo Institucional” do Cemef 154

LISTA DE QUADROS

Pág.

QUADRO 1- Característica do acervo dos centros pertencentes à Rede de Museus 114
QUADRO 2- Definição do Cemef por depoentes envolvidos com o centro 156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEAEEUFMG	Associação dos Ex-Alunos da Escola de Engenharia da UFMG
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo
Cedic	Centro de Documentação e Informação Científica
CEDOC	Centro de Documentação e Informação
CEDOC-FaE	Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação
Cemef	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG
CEMEFAR	Centro de Memória da Farmácia da UFMG
CEMEMOR	Centro de Memória da Medicina da UFMG
CEMEMOR-Vet	Centro de Memória da Veterinária da UFMG
CEMENF	Centro de Memória da Enfermagem da UFMG
CEVEX UFMG	Centro de Memória Virtual de Memória da Extensão da UFMG
CMA	Centro de Memória e Arquivo de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.
CMFO	Centro de Memória da Faculdade de Odontologia da UFMG
CM-IPUSP	Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
CMU	Centro de Memória da Unicamp
CMU/FURB	Centro de Memória Universitária da Universidade Regional de Blumenau
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
DIARQ	Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG
EECC	Escola de Enfermagem Carlos Chagas

EEFFTO	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG
EEUFMG	Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais
EEUFMG	Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais
EV	Escola de Veterinária da UFMG
FO	Faculdade de Odontologia da UFMG
FaE	Faculdade de Educação da UFMG
FAFAR	Faculdade de Farmácia da UFMG
FAPEMIG	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FCM	Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
NUPEQS	Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Quotidiano em Saúde
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG
SIBRADID	Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade do Estadual de Campinas
Univates	Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1 CENTROS DE MEMÓRIA, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVOS: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS 23

1.1 CENTRO DE MEMÓRIA, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS 26

2 CENTROS DE MEMÓRIA NA UFMG: PERCURSOS 43

2.1 OS CENTROS DE MEMÓRIA EM UNIVERSIDADES NO BRASIL 43

2.2 PROJETO MEMÓRIA DA UFMG 54

2.3 CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO NA UFMG 60

2.3.1 Centro de Memória da Medicina. 63

2.3.2 O Centro de Memória da Enfermagem (CEMENF). 76

2.3.3 Centro de Memória da Engenharia. 82

2.3.4 Centro de Memória da Farmácia (CEMEFAR). 86

2.3.5 O Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (CEDOC - FaE) 92

2.3.6 Centro de Memória da Veterinária (CEMEMOR-Vet) 99

2.3.7 Centro de Memória da Odontologia 102

2.3.8 Análise categorizada dos Centros de Memória e Documentação da UFMG apresentados 104

2.4 A PROPOSTA DE UM CENTRO VIRTUAL DE MEMÓRIA DA EXTENSÃO DA UFMG (CEVEX - UFMG) 108

3 O CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DO ESPORTE E DO LAZER-UFMG: UM CASO ESPECÍFICO 113

3.1 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO 135

3.2 O PROCESSO DE TRATAMENTO DOS ACERVOS DO CEMEF 146

CONSIDERAÇÕES FINAIS 161

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 163

FONTES PESQUISADAS 171

APÊNDICE A 175

APÊNDICE B 176

APÊNDICE C 177

INTRODUÇÃO

Este estudo investiga os percursos dos centros de memória e documentação que fazem parte da Rede de Museus e Espaços de Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), elegendo uma unidade acadêmica para um estudo mais aprofundado.

É importante mencionar, inicialmente, que o pré-projeto de pesquisa – apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação da UFMG, para a seleção de mestrado – passou por modificações. Originalmente, o objetivo desta pesquisa era o de estudar a trajetória dos bibliotecários-documentalistas na UFMG. No entanto, a ausência de políticas institucionais e de registros documentais dessa prática inviabilizou a pesquisa.

Por conseguinte, o projeto apresentado no exame de qualificação, em razão da lacuna apontada e da descoberta de novas perspectivas de análise, passou a ter como objetivo geral de pesquisa analisar os percursos dos centros de documentação e memória da UFMG, bem como as suas relações com a Arquivologia, elegendo, sendo eleita, portanto, a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO/ UFMG), ou mais especificamente o Cemef/UFMG, como lugar de investigação mais profunda.

Como parte do estudo geral mencionado acima, os objetivos específicos da pesquisa foram assim delineados:

-Definir arquivos e centros de memória a partir do conceito das seguintes funções arquivísticas: produção, classificação, avaliação, descrição, conservação, aquisição e recolhimento, difusão e acesso;
-Apurar informações sobre centros de memória no Brasil, principalmente das Universidades;
-Identificar a tipologia dos centros de memória na UFMG;
-Examinar as experiências dos centros de memória surgidos a partir da década de 1990, em especial as do Centro de Memória da Educação Física (CEMEF/UFMG), na preservação dos arquivos nas unidades acadêmicas da UFMG.

Cabe mencionar que, após passar pelo primeiro ano do mestrado, ter cursado disciplinas como aluna do PPGCI/UFMG, assim como ter apresentado o projeto à banca de qualificação, e em conversas importantes e embasadas com orientador e coorientador, paulatinamente avaliou-se e decidiu-se pela mudança

parcial de objetivos – geral e específico – da pesquisa. Diante disso, novos objetivos foram esboçados, os quais serão apresentados a seguir.

Gostaria também de enfatizar que a mudança justifica-se por dois principais motivos: o primeiro perpassa por um fascínio pessoal de pesquisar sobre a temática de centros de memória e centros de documentação devido ao meu percurso profissional/acadêmico, o qual será exposto posteriormente. E o segundo decorre da viabilidade da pesquisa. Avaliou-se, portanto, que o tempo não seria hábil para alcançar todos os objetivos inicialmente propostos.

Assim sendo, este estudo tem como proposta analisar os percursos dos centros de documentação e os centros de memória da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), elegendo a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (doravante EEFFTO/UFMG) como lugar de investigação mais profunda.

A escolha desse tema de pesquisa, e mais especificamente da EEFFTO/UFMG, foi motivada em função da minha experiência profissional[1] e como pesquisadora no campo da Arquivologia no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG).

O Cemef/UFMG foi criado em 2001 e constitui-se como espaço de pesquisa, ensino e extensão universitários, abrindo-se à comunidade de estudantes, professores e pesquisadores, propondo-se a recuperar, preservar e divulgar a memória da Escola de Educação Física da UFMG, em particular, e a história da Educação Física, do Esporte e do Lazer em Belo Horizonte.

Nesse contexto, é importante mencionar que o primeiro centro de memória a ser inaugurado na Universidade Federal de Minas Gerais data de 1977, sendo o *"Centro de Memória da Medicina"* (FARIA, [s.d.]). Entretanto, anteriormente a essa data já existia na UFMG um projeto denominado *Projeto Memória da UFMG*, que tinha como objetivo centralizar todos os documentos que diziam respeito à memória da Universidade.

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente e no intuito de expandir o conhecimento para elaborar cuidadosamente o objetivo dessa pesquisa, buscou-se levantar informações sobre trabalhos acadêmicos que problematizam centros de memória e de documentação no Brasil (principalmente em Universidades) e como

[1]A primeira experiência relaciona-se à participação como estagiária de extensão no referido Centro, ainda durante a graduação. Neste mesmo período, cumpriram-se também os Estágios Obrigatórios A e B de conclusão de curso. Após a conclusão do curso em Arquivologia na UFMG, assumi uma bolsa de apoio técnico no referido Centro.

versam sobre o conceito de memória e arquivos institucionais. Para tanto, foram pesquisados bancos eletrônicos (Portal Capes e Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo e Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas), anais de congressos (Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciências da Informação, Congressos de Arquivologia), endereços eletrônicos dos centros de memória da UFMG e bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Tais fontes, como um todo, divulgam os processos tanto de constituição, institucionalização e organização dos acervos, bem como apontam os caminhos gerais trilhados pelos centros de memória e centros de documentação. No entanto, há poucos relatos sobre a definição desses centros.

Assim, os trabalhos acadêmicos consultados confirmam a relevância de ter como objetivo geral da pesquisa analisar sete[2] dos denominados centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que integram a *Rede de Museus e espaços de ciência e cultura da UFMG*. Essa *Rede de Museus* foi criada nos anos de 2000, tendo como objetivo "somar esforços e otimizar recursos para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio aos seus diversos Espaços Integrantes" (REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFMG, 2015). Tal Rede tem como objetivos gerais:

> -Propor, debater e refletir sobre diretrizes políticas norteadoras dos museus e espaços de ciência e cultura da Universidade, em consonância com a missão da UFMG e com as políticas nacionais para os museus;
> -Integrar os Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, promovendo ações conjuntas, na aproximação Educação, Ciência e Arte;
> -Promover a capacitação/atualização científica, tecnológica e cultural de professores, estudantes e outros profissionais que atuam nos diferentes espaços integrantes da Rede, por meio de cursos, seminários, visitas técnicas a outros espaços;
> -Ampliar quantitativa e qualitativamente o atendimento ao público visitante dos Espaços da Rede;
> -Continuar divulgando a missão, as ações e as potencialidades da Rede entre instituições congêneres, universidades e instituições de ensino e pesquisa locais, regionais, nacionais e estrangeiras, visando promover o intercâmbio e estabelecer parcerias;
> -Apoiar e fomentar o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre os Espaços integrantes da Rede e entre estes e as comunidades interna e externa à UFMG;
> -Definir por políticas de gerenciamento, de conservação preventiva e estratégias de uso e acesso às coleções, mantendo cadastros atualizados de acervos, visitantes, eventos e atividades dos membros da Rede (REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS DA UFMG, 2015).

[2] Vale ressaltar que foram identificadas onze unidades acadêmicas que possuem espaços dedicados à memória definidos como "centro de memória" e/ou "centro de memória e documentação" na UFMG, contudo, apenas sete fazem parte da "Rede de Museus e espaços de ciência e cultura da UFMG".

Atualmente, “a rede é formada por 20 espaços” (REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIAS DA UFMG, 2015) classificados em “*Museus*”, “*Centros de Memória*” e “*Espaços de Ciência e Cultura*”. Devido à particularidade dessa pesquisa, optamos por analisar apenas os sete denominados “*Centros de Memória”* – Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer, Centro de Memória da Enfermagem, Centro de Memória da Engenharia, Centro de Memória da Odontologia, Centro de Memória da Farmácia, Centro de Memória da Medicina e Centro de Memória da Veterinária – e um “*Espaço de Ciência e Cultura*”, conhecido também como Centro de Pesquisa, memória e documentação da Faculdade de Educação.

Para além desse objetivo geral, os objetivos específicos da pesquisa são:

-Definir como arquivos e centros de memória versam o conceito de memória;
-Discutir o conceito de arquivos, centros de memória e centros de documentação;
-Apurar informações sobre centros de memória no Brasil, principalmente os das Universidades;
-Averiguar o percurso dos centros de memória e do *Projeto Memória na UFMG*;
-Examinar a experiência do Centro de Memória da Educação Física do Esporte o do Lazer (Cemef/UFMG) na preservação dos arquivos da unidade acadêmica da UFMG.

Assim, diante dos objetivos evidenciados, empregou-se a metodologia qualitativa nesta pesquisa, haja vista a sua adequação ao problema proposto. Nesse contexto, segundo Minayo e Sanches (1993), essa metodologia

> trabalha com valores, crenças, representações, hábitos e opiniões e adéqua-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO; SANCHES, 1993, p.15).

É necessário destacar que essa pesquisa foi desenvolvida em três etapas. Na primeira identificou-se, por meio de visitas aos centros de memória e documentação da UFMG, informações sobre esses espaços, concomitante às leituras da revisão bibliográfica, bem como através de visita aos websites de centros de memória da UFMG e de outras universidades brasileiras. A segunda etapa consistiu no levantamento de dois tipos de fontes: i) documentos impressos, tais como os periódicos, Boletins da Reitoria e Informativo da UFMG, folders, textos, Regimentos Internos e ii) a realização das entrevistas. E, finalmente, a terceira etapa configurou-se na análise e interpretação dos dados coletados e na escrita da dissertação.

No que tange ao ponto de vista metodológico, é necessário ressaltar que, para Le Goff (1996)

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p.545).

Nessa operação, tendo em mente que, o documento só será "transformado" em fonte após o trabalho específico e peculiar do historiador, exercendo o ofício de historiador, nos deparamos com diversos documentos e encontramos pistas que nos revelam os "rastros" do passado e nos fornecem elementos para a interpretação e compreensão dos fatos. Porém, é imprescindível lembrar que cada pista contribui com uma informação e somente o entrecruzamento das fontes pode nos levar à elaboração de uma trama, fruto de análises que confrontam fontes e leituras, perguntas e hipóteses. Todo este complexo trabalho é abordado e expresso por Ginzburg como: "a capacidade de, a partir de dados negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente" (GINZBURG, 1990, p.152).

É preciso destacar, ainda, que a seleção das fontes necessárias, conforme alertam Lopes e Galvão (2001), não é realizada apenas por aquele que conduz essa investigação. Essa seleção é feita também pelas pessoas que as produzem, pelas que as conservam, ou até pelas pessoas que as destruíram, intencionalmente ou não:

> Nesse sentido é que a história será sempre um "conhecimento mutilado", pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. O passado, nunca é demais repetir, é uma realidade inapreensível (LOPES; GALVÃO, 2001. p.79).

Quanto à etapa de coleta de dados, cabe mencionar que foi realizada em documentos de gestão dos centros de memória e documentação balizados para a pesquisa. Além disso, consultou-se regimentos internos, projetos, atas, instrumentos de pesquisas dos acervos, anotações, planos de trabalho, etc.

Já no caso do depoimento oral, como salientam Thompsom, Frisch e Hamilton (2002, p. 67), o processo de lembrar pode se configurar como "um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual". Essa concepção é também compartilhada por Neves (1993, p. 96), tendo em vista que esse autor acredita que o objetivo da história oral "é demonstrar o singular, de apresentar uma visão particular de um processo específico,

mesmo que no coletivo". Todavia, é preciso estar ciente de que sendo personagens da história, os sujeitos estão fadados a esquecer e reconstruir fatos, uma vez que "a contrapartida da memória é o esquecimento" (PESAVENTO, 2008. p. 95). Desta maneira, preservar a memória e escutar o passado são formas de refletir sobre o presente, possibilitando compreendê-lo a partir das tensões e contradições que o constituíram.

Ainda, a produção de fontes orais, através de entrevistas semiestruturadas, também foi uma meta, haja vista que a própria documentação analisada ofertou informações relativas aos sujeitos que integraram a criação de alguns desses centros. Nessa perspectiva, para Thompson (1992), o valor histórico do passado lembrado apoia-se em três possibilidades: a de proporcionar informação significativa e, por vezes, única; a de transmitir a consciência individual e coletiva desse passado; e a de ter acesso à humanidade viva, das interpretações subjetivas das experiências a partir de quem as viveu. Vale ressaltar também, como afirma Joutard (2002, p. 45), a história oral não apenas como mais uma fonte complementar ao material escrito, mas, sim, como uma outra história.

Sobre os roteiros de entrevistas semiestruturadas, nos Apêndices A e B é possível ter acesso a eles, os quais se constituem de "uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas e esclarecimentos" (LAVILLE, 1999).

A escolha pela entrevista como um dos instrumentos de coleta de dados justifica-se por este método apresentar possibilidades de compreender as perspectivas e experiências dos sujeitos envolvidos na coordenação dos centros em questão, uma vez que os autores envolvidos no processo de criação e organização dos centros são considerados de suma importância para sua concretização. Nesse sentido, Minayo (1992) esclarece que

> O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO, 1992, p.109).

Também, foram entrevistados sete coordenadores, ex-coordenadores ou personagens envolvidos com os centros de memória e documentação da UFMG que fazem parte do escopo dessa pesquisa. No Apêndice C é possível verificar o Termo de Consentimento e Livre e Esclarecido, que formaliza a participação dos entrevistados na pesquisa. Utilizou-se ainda como fonte os depoimentos dos gestores e professores

integrantes do Cemef/UFMG cedidos ao *Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Por conseguinte, com a intenção de traçar o caminho percorrido para alcançar os objetivos supracitados, a dissertação segue a estrutura apresentada a seguir: o capítulo um é introdutório e apresenta, portanto, revisão bibliográfica e definições conceituais de centros de documentação e centros de memória. Também trata das definições de como arquivo e centros de memória e documentação versam sobre o conceito de memória. Ainda nesse capítulo discutiu-se, sem a intenção de esgotar a literatura do assunto, os conceitos de arquivo, centro de documentação e centro de memória.

O segundo capítulo aponta os percursos dos centros de memória e documentação da UFMG balizados à Rede, conforme já exposto. Para tanto, traçamos as informações sobre os centros de memória em universidades no Brasil. Procurou-se, ainda, analisar o *Projeto Memória*, os centros de memória e documentação e a proposta de um centro de memória digital na Universidade Federal de Minas Gerais.

Por conseguinte, o capítulo três analisa a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e, mais especificamente, o Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer. Buscou-se entender sua origem, o processo de aquisição de acervo, bem como o processo de tratamento documental.

Por fim, as considerações finais apresentam os resultados e as análises da pesquisa, contribuindo para o avanço da reflexão a respeito dos centros de memória e documentação na UFMG.

1 CENTROS DE MEMÓRIA, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVOS: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

Nesta primeira parte da pesquisa, procurou-se identificar como centros de memória, centros de documentação e arquivos definem o conceito de memória e a missão que cabe a cada uma dessas instituições.

Segundo Von Simson (2000), “memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos”. Diante disso, ela existe de duas maneiras: memória individual e memória coletiva. A primeira “é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, no qual esse indivíduo foi socializado”. Por sua vez, a segunda “é aquela formada pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla[3]. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares de memória[4]”.

Nesse contexto, Maurice Halbwachs (1990) estabeleceu em seus estudos que os homens tecem suas memórias a partir das mais variadas formas de relações que são mantidas com as instituições formadoras. Assim,

> A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (BOSI, 1994, p.54).

Nessa direção, Halbwachs (1990) quer mostrar que a memória individual não pode ser afastada das memórias coletivas. Assim, a memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado do processo.

Já Nora (1993) dedica sua investigação aos “lugares de memória”, espaços destinados à preservação da memória e do patrimônio que surgem em um momento específico da história. E destaca que

> A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. [...]. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.7).

---

[3]HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.
[4] NORA, Pierre. Leslieux de memoire.1. La Republique. Paris: Gallimard, 1984.

Esses lugares da memória proliferam-se principalmente frente à facilidade e rapidez dos meios de comunicação, que geram uma grande quantidade de informação. Além disso, os números crescentes do volume e da diversidade de informação disponível favorecem os surgimentos desses locais voltados ao trabalho de seleção, guarda, organização e divulgação da memória. Nesse quadro,

> Como convém a um século que conheceu duas grandes catástrofes bélicas e vive no terror de um próximo e irreversível declínio, nossa era parece estar dominada pela obsessão pela memória [...] espécie de mania arquivística que permeia conjuntamente a cultura e a evolução tecnológica (COLOMBO, 1991, p. 17).

Diante do exposto, vê-se que o arquivo, a biblioteca, o centro de documentação e o museu representam essas instituições-memória. Assim, Nora (1993) afirma que existem os lugares de memória porque não habitamos mais nossa memória, uma vez que ela foi apreendida pela história. Ainda, o autor afirma que há uma contraposição entre memória e história ao mencionar que

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p.9).

Segundo o autor supracitado, os lugares de memória nascem e vivem de um sentimento em que não existe mais memória espontânea, e por isso é necessário criar arquivos, comemorar aniversários de datas históricas, organizar celebrações, já que essas operações não são naturais, como pode ser visto na seguinte declaração:

> Mas se o que eles [os lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993, p.13).

Nora (1993) aponta, ainda, o surgimento de uma memória arquivística, da obsessão pelo arquivo.

> Tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história [...] Menos a memória é vivida no interior, mas ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo

> e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado [...] (NORA, 1993, p.14).

Por sua vez, Hedstrom (2010, p. 164) afirma e reconhece que há uma relação entre arquivo e memória, mas os termos e condições dessa relação não são bem compreendidos.

> Embora a literatura arquivística recente esteja repleta de referências à memória social e coletiva, a apropriação do conceito de memória sofre de simplificação e hipergeneralização. Uma imagem comum ente os autores da área equaciona os termos arquivo e memória de uma maneira que é retoricamente útil, mas que ignora as circunstâncias e condições em que o arquivo e a memória coletiva podem se entrecruzar (HEDSTROM, 2010, p. 164).

Assim, a literatura sobre a memória social deixa claro que, embora o arquivo desempenhe um importante papel na construção e persistência da memória coletiva, ele o faz em conjunção com vários outros meios de comunicação. Na verdade,

> os documentos de arquivo não são representantes da memória coletiva, e as instituições arquivísticas não são depósitos de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memória que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos da memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitados e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada [...] (HEDSTROM, 2010, p.165).

Nesse sentido, Camargo (2009) destaca que os arquivos são revestidos de temporalidade, de uma “dinâmica temporal”, bem como de uma situação concreta de produção e acumulação dos documentos. É preciso considerar as dimensões do “como” e do “quando” que perpassa todo o fazer arquivístico.

Se analisarmos, por exemplo, os documentos que sobreviveram aos regimes repressivos, é possível perceber que esses documentos já não instrumentalizam as instituições que os originaram, porque adquiriram, conforme Camargo (2009, p. 425-426) o “efeito-bumerangue, isto é, os documentos são usados como prova dos abusos então cometidos, para fins de reparação”. Além disso,

> O fato é que os arquivos vêm servindo de pretexto para se falar de outras coisas – do método histórico, das possibilidades de um conhecimento objetivo, das interfaces entre história, memória e esquecimentos –, sem que se considere sua natureza específica e a qualidade da prova que podem proporcionar. [...] O conhecimento do passado, que é sempre produção de sentido e interpretação, envolve, entre outros requisitos, o cuidado de não tratar os documentos (especialmente os de arquivo) como entidades discretas, com vida independente e autônoma. [...] a verdade a que se pode ter acesso imediato por meio dos documentos de arquivo, e que nos remete

> diretamente para seu contexto específico e singular de criação, demarca as condições pelas quais pode ser percebida e explicada, a qualquer tempo, a realidade do passado (CAMARGO, 2009, p. 437-439).

Sendo assim, os centros de memória também têm um importante papel a cumprir como fontes de memória coletiva e de acesso à verdade, no sentido probatório do termo.

Diante do surgimento desses espaços nas últimas décadas, faz-se necessário explicitar o papel atribuído aos centros de memória e arquivo. Para tanto, recorremos à Bellotto (2014), que esclarece que

> arquivos, bibliotecas e centros de documentação [...] tem a corresponsabilidade no processo da recuperação da informação, em benefício da informação administrativa, jurídica e testemunho histórico, bem como divulgação científica, tecnológica, cultural e social. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a um material de distintas origens. A diferença se baseia fundamentalmente no fim para os quais os documentos foram criados (BELLOTTO, 2014, p. 38).

Vale destacar que essas instituições possuem como elemento em comum o documento, que é trabalhado de maneira peculiar por cada uma. E é assim compreendido pela autora:

> Segundo as conceituações clássicas e genéricas, o documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, enfim, tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana. [...] Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que possa ser documento (BELLOTTO, 2014, p. 38).

A autora enfatiza, ainda, que a maneira pela qual o documento é criado que vai decidir seu uso e destino de armazenamento. Portanto, esses lugares de memória apresentam características diferentes desde como se originam até o tipo de documento a ser preservado.

1.1 CENTRO DE MEMÓRIA, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Nas organizações, a tarefa específica com a memória, de forma sistematizada, começou a ser realizada a partir dos anos de 1970 no Brasil. Muitas das organizações, sejam elas públicas ou privadas, despertaram a preocupação de preservar os documentos, pois perceberam que poderiam estar perdendo a história institucional. É também nesse período que há um exponencial crescimento de

documentos, o que ocasionou o aumento da quantidade de informações produzidas, bem como a ampliação de seu acesso (INDOLFO, 2007).

No que tange à gestão de documentos, ela nasceu para responder a esse desafio e foi primeiramente pensada pelos Estados Unidos e outros países anglo-saxônicos em meados dos anos de 1940. Segundo Indolfo (2007), o conceito voltava-se para um olhar mais administrativo e econômico do que para o arquivístico, otimizando o funcionamento da administração. Os responsáveis pela difusão e aplicação da gestão, principalmente na arquivística, na década de 1950 e 1960, foram Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg.

Ainda nesse quadro, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 100) define a gestão de documentos como o "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento". Ressalva-se, a partir desse conceito, que isso foi uma primeira atitude para as organizações iniciarem o processo de tratamento dos documentos, visando não somente ao benefício dos usuários das instituições arquivísticas, mas também ao benefício próprio, evitando o acúmulo desnecessário de documentos.

Somando a isso, ocorreu, em 1991, a promulgação da Lei 8.159 no Brasil, mais conhecida como Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, estabelece a Política Nacional de Arquivos, bem como cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

Passados mais de vinte anos da promulgação da lei 8.159, parece-nos evidente a afirmação de Couture (1998) de que a existência de uma lei não garante a sua aplicação. Isto é, uma legislação não pode ser confundida com ação concreta. Desse modo, para Jardim (2008, p. 3)

> (...) a ausência de uma política pública arquivística em nível nacional evidencia as dificuldades estruturais do Estado brasileiro no desenho e operacionalização de políticas públicas informacionais. Por outro lado, essa indefinição, no caso dos arquivos, compromete o direito da sociedade à informação e à memória coletiva, além de dificultar a eficiência do aparelho de Estado.

Concordando com Jardim (2008), vale acrescentar que o atraso na implantação e efetivação dessas políticas comprometeu, também, a preservação dos registros da memória das mais diversificadas organizações, incluindo as Universidades.

Percebe-se que, apesar de reconhecida a importância da iniciativa de algumas empresas, muitas vezes, o trabalho concentrou-se na preservação de documentos sob a ótica de uso pelo historiador. Porém, em se tratando de instituições, o foco deve estar, principalmente, na comunidade interna da organização, pois, ao se voltarem para a própria história, fortalecem a identidade interna e, consequentemente, a externa, compreendendo mais claramente o seu papel.

Assim, a construção da memória institucional exige o trabalho com os documentos não os considerando isoladamente. Necessita-se de analisar a massa documental como um conjunto de documentos, a partir do qual se pode captar a "intencionalidade e o simbolismo do corpo social ao registrar o seu passado" (VON SIMSON, 2000).

Nessa perspectiva de preservar a documentação, nascem os centros de memória e também os centros de documentação. Grande parte dessas iniciativas, no entanto, está longe de corresponder ao que é determinado pela legislação ou tecnicamente orientado pela gestão documental. Os mencionados centros, conforme mostraremos, trabalham quase sempre com a formação de coleções de documentos (quase sempre através de critérios não explicitados), desconsiderando ou não conhecendo a noção de "fundo" arquivístico, cujos acervos são produtos da dinâmica interna das instituições. Convém advertir que, além disso, eles assumem a responsabilidade de guarda de documentos institucionais que, por vezes, acabam por se misturar com a formação de coleções.

Célia Camargo chama a atenção para o fato de que os centros de memória e de documentação aparecem em diversas instituições e não exclusivamente na universidade, como pode ser visto em sua declaração:

> Ao contrário, foram numerosos em setores como empresas, indústrias, grupos financeiros, bolsas de mercadorias, grupos de produção e comercialização agrícola; enfim, nos chamados setores produtivos, em agências governamentais e grupos políticos, apenas para lembrar os exemplos mais clássicos de demanda desse tipo de trabalho, que lhes fornecia base informativa no terreno da administração e, sobretudo, nas esferas de decisão (CAMARGO, 1999, p.55).

Totini e Gagete (2004, p. 113-119), por sua vez, elaboram um sintético resumo indicando as primeiras iniciativas de organização de arquivos empresariais. A primeira ação citada, a exemplo, é da empresa alemã Siemens, que, em 1907, possuía um arquivo histórico. Em 1927, em Harvard, já existia um curso denominado História Empresarial. Avançando, na década de 1970 na Europa, transformações significativas ocorreram no campo da pesquisa historiográfica com o advento da Nova

História e suas novas abordagens, novos objetos, novos problemas. Somando a isso, no meio empresarial, surgiu a figura do arquivista-historiador, que não apenas organizava e preservava a documentação histórica, mas também, valorizava o material preservado e gerava mais conhecimento útil para a própria empresa. Nesse mesmo período, o Brasil sofreu a influência da Nova História. Sugiram as consultorias para memória empresarial e reformulou-se a gestão das empresas, o que estimulou o resgate da memória.

Do ponto de vista da importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em administração, Coraiola (2012) argumenta sobre a necessidade de discussão e avaliação da atual situação dos arquivos empresariais brasileiros, a fim de promover o desenvolvimento de ações e projetos de melhoria voltados à preservação e disponibilização de arquivos empresariais para a pesquisa.

Nesse sentido, o autor destaca que poucos são os trabalhos dedicados à questão das fontes históricas e do acesso dos pesquisadores aos arquivos históricos. Vale ressaltar que

> Qualquer pesquisa que se dedique a resgatar traços de situações, eventos e acontecimentos passados estará, necessariamente, restrita às reminiscências que desse período foram preservadas. Estejam inscritos em documentos ou artefatos ou sejam ainda componentes da memória individual ou coletiva, estes fragmentos históricos são fonte única de acesso a um passado em contínuo distanciamento e obscurecimento. Dessa maneira, qualquer clamor pela descoberta do passado precisa estar acompanhado de outro, que demanda também a preservação e disponibilização dos vestígios e fontes que lhe proporcionam acesso (PIERANTI, 2008; CORAIOLA, 2012, p. 255; TUCHMAN, 1998).

Ainda segundo CORAIOLA (2012), iniciativas estruturadas de preservação sistemática de documentos e arquivos de empresas seriam desenvolvidas somente após os anos de 1960, como é o caso da Itália e da Espanha e também de outras nações sul-americanas, como o Brasil.

> Desse modo, seja em razão do curto espaço de tempo que demarca o início da construção de políticas públicas voltadas à criação de uma estrutura dedicada à preservação dos arquivos brasileiros, seja por influência da falta de tradição das empresas nacionais em manter preservados os arquivos relativos à sua história, ou, ainda, em decorrência da intervenção de outros fatores acessórios e correlatos, fato é que o campo de arquivos empresariais no Brasil ainda compreende área muito pouco explorada na literatura acadêmica e também possui expressividade muito pequena quando considerados os empreendimentos arquivísticos dedicados a desenvolver as práticas de resgate, gestão e disponibilização de registros e informações relativos à história das empresas no País (CORAIOLA, 2012, p.255).

No Brasil isso se deve ao fato de, principalmente, não existir uma política muito clara em relação à preservação dos arquivos empresariais. Coraiola (2012) esclarece, também, que

> Os arquivos privados de maior importância para a legislação são aqueles declarados de interesse público e social, no entanto, essa atribuição não leva a que o poder público se responsabilize pela guarda e preservação dos documentos, que permanecem com o dono ou detentor do arquivo. Outra forma de encarar a situação envolve a documentação das empresas privatizadas, cujos registros anteriores à privatização são de interesse público, mas o encargo do gerenciamento e manutenção do arquivo muitas vezes permanece com a empresa adquirente. Uma terceira situação que sinaliza esse compartilhamento de responsabilidades pode ser encontrada no âmbito dos arquivos públicos estaduais e municipais, no qual, não raro, é possível encontrar seção dedicada a arquivos privados que reúne documentos de empresas da região preservados e incluídos no acervo (CORAIOLA, 2012, p. 265).

Do ponto de vista da pesquisa e do acesso dos arquivos empresariais, o autor supracitado alerta que

> faz-se necessário o desenvolvimento de mecanismos que permitam reunir e organizar significativamente os vestígios que encerram a história das empresas, de modo que, quando se realizem as pesquisas acadêmicas, estas não fiquem restritas, por falta de alternativa outra, à compreensão da História como produto exclusivo de um grupo seleto de organizações e gestores, mas se lhes permitam explorar ao máximo a complexidade dos acontecimentos mediante informações que os registros encerram, estejam eles em poder de particulares ou disponíveis para a consulta pública. Para tanto, faz-se necessário não somente a existência de arquivos públicos e privados dedicados à coleta, preservação e sistematização desses materiais, como também se demanda a disponibilização do acesso e dos recursos necessários para que os pesquisadores possam desenvolver as suas análises (CORAIOLA, 2012, p. 265).

Apesar desse cenário atual dos arquivos empresariais para a pesquisa, é possível afirmar que a partir da década de 1970, facilitado pelo avanço tecnológico, as empresas perceberam a importância da preservação dos registros e da memória institucional para seu próprio crescimento e para fortalecer a identidade (FONTANELLI, 2005). Isso, porém, não significou a sistematização dos arquivos e documentos.

Ressalta-se, ainda, como importante na década de 1970 o Programa Nacional de Cultura, que, audaciosamente, põe em evidência a preservação dos documentos com uma relação direta com as Universidades. Camargo (1999, p.57) confirma isso ao declarar que

> O Programa Nacional de Cultura, publicado em 1975, durante a gestão Ney Braga, recomendava a criação desses centros [de memória e documentação]

> e definia como função da universidade a preservação e organização dos acervos documentais brasileiros (CAMARGO, 1999, p. 57).

Contudo, é válido mencionar uma iniciativa que retrocede um pouco a década de 1970. Em 1966, foi fundado o “Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo”, o que se estima ser o relato mais antigo no que diz respeito à formação de Centro de Documentação do Brasil. Esse centro foi idealizado por historiadores para reunir o acervo documental espalhado, ou seja, ele

> [...] corresponde à concretização do ideal de várias gerações de historiadores, que desde há muito sentiam a necessidade de um organismo especializado no arquivamente e preservação de nosso acêrvo documentário, disperso em condições precárias pelo país (RAMOS; GLEZER, 1967).

Destaca-se outra iniciativa contemporânea – em formato de “*núcleo informativo de fontes históricas”* (RAMOS; GLEZER, 1967) –, que havia sido proposta pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Apoiando essa iniciativa

> A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, traduzindo sua alta compreensão das necessidades da pesquisa histórica no Brasil, instalou no referido Departamento o Centro de Documentação Histórico (RAMOS; GLEZER, 1967).

Percebe-se que os centros de documentação serviriam para dar apoio às pesquisas históricas, a ponto do referido centro ser explicitamente inspirado no congênere parisiense “*Institut de rechercheet d´historie destextes”* (RAMOS; GLEZER, 1967). Salienta-se, ainda, para a missão e o regulamento provisório do referido centro, há dupla preocupação: com os arquivos no que tange às iniciativas pública e privada e, já na referida época, com a microfilmagem. Lê-se:

> [...] tem o Centro duas funções bem distintas: a de salvaguardar o acêrvo documental histórico dos arquivos públicos e particulares, dispersos pelo Brasil, e de auxiliar tecnicamente através de suas máquinas e de uma equipe especializada, os pesquisadores interessados [...] Nada melhor, para maior entendimento das finalidades primordiais do Centro que a transcrição dos itens principais de seu regulamento provisório: 1.- reunir e catalogar documentos primários e bibliografias especializadas, de interêsse geral para estudos históricos e para o planejamento de pesquisas historiográficas; 2. - reunir catálogos de arquivos, museus e bibliotecas, atlas e mapas históricos, para facilitar a consulta documentária e amparar a programação de pesquisas; 3.- proceder à microfilmagem de documentos primários de interêsse coletivo para pesquisas históricas e sociais, tais como coleções de documentos de arquivos públicos e particulares, obras raras, coleções de jornais e revistas; 4.- colocar em mãos dos pesquisadores interessados, através de assessoramento técnico, equipamentos para microfilmagem de documentação; 5.-reunir documentos didáticos (microfilmes, reproduções,

> cartas históricas, fotografias e *slides)* de interêsse especial para o ensino da História em nível universitário (RAMOS; GLEZER, 1967).

Somando a isso, no início da década de 1970, vê-se surgir no Brasil os primeiros centros de documentação e de memória voltados para a pesquisa histórica: o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (1971); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972); a criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira na Casa Rui Barbosa (1972), que preserva documentos literários, iconografia, correspondência e originais de escritores brasileiros; e o CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (1973), voltado para a preservação dos registros da memória da política no Brasil pós-1930 (MOREIRA, 1990).

Observa-se de forma tímida esse despertar da consciência nacional para a questão da preservação da memória. Por outro lado, cabe ressaltar que essas iniciativas também resultavam do atraso na implementação de políticas arquivísticas no Brasil. Na década de 1960, o Arquivo Nacional, através de seu diretor, propôs a criação de um Sistema Nacional de Arquivos. Tal iniciativa, contudo, não chegou a se cristalizar em legislação. Em 1978, outra iniciativa dessa natureza chegou a ser sancionada em lei, mas não conseguiu ser implementada, pois, nos anos subsequentes, "às dificuldades iniciais para a sua implantação, impostas pelo próprio modelo de Sistema em vigor, somou-se a decisão política da diretora-geral do Arquivo Nacional, Celina Vargas do Amaral Peixoto, de excluí-lo da agenda da instituição a curto prazo" (JARDIM, 1995, p. 91).

Somente em 1988 inicia-se a proposta de uma nova configuração para o Sistema Nacional de Arquivos, que "é inovadora em relação às anteriores ao privilegiar o conjunto das informações arquivísticas do patrimônio documental do país sobre o conjunto das instituições arquivísticas responsáveis por este patrimônio" (JARDIM, 1995, p. 93). Essa terceira proposta de um Sistema Nacional de Arquivos, data especificamente do Projeto de Lei de 1984. Contudo, é somente em 1991 que é aprovada a Lei n^{o} 8.159. Esta

> [...] apresenta características marcadamente conceituais, sobretudo no que se refere ao conjunto de definições apresentadas para termos como arquivos, gestão de documentos, arquivos públicos, documentos correntes, intermediários, permanentes, arquivos privados etc. É assegurado o princípio de acesso do cidadão à informação governamental, bem como previsto o sigilo relativo a determinadas categorias de documentos. Prevê-se a identificação de arquivos privados como de interesse público e social, "desde que sejam considerados como conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional" (art.12) (JARDIM, 1995, p.95).

Segundo o autor supracitado, essas propostas são produtos de três momentos distintos do Estado Brasileiro e apresentam aspectos recorrentes: as noções de totalidade e de organização. Contudo, ele elucida que

> Em graus diferenciados, os três projetos, liderados pelo Arquivo Nacional, pressupõem um Sistema Nacional de Arquivos que garanta a uniformidade técnica de todos os arquivos públicos e privados do país, mediante normas arquivísticas veiculadas por tal instituição. Por outro lado, a ausência de políticas públicas na área arquivística parece corresponder à freqüência com que a noção de Sistema Nacional de Arquivos tem norteado projetos nunca viabilizados no plano federal, estadual e municipal (JARDIM, 1995, p.73).

Apesar da Lei nº 8.159, Indolfo (2012) destaca que o Arquivo Nacional e outras instituições arquivísticas públicas, ainda hoje, persistem em realizar procedimentos inadequados de gestão de documentos. Para Schellenberg (1974), "uma eficiente administração de documentos somente pode ser alcançada quando se dispensa a atenção aos documentos desde sua criação até o momento em que são transferidos para um arquivo de custódia ou são eliminados".

Nesse sentido, é comum essa ausência de gestão documental e, por consequência, o acúmulo de documentos arquivísticos em depósitos, centros de memória e documentação nas diversas instituições públicas e privadas.

Inicialmente, os centros de documentação surgiram com a função de dar apoio às pesquisas através da organização de bibliografia e outros materiais de referência, tendo, posteriormente, passado também a fazer análise de conteúdo de documentos, chegando a acumular as funções de guarda de documentos arquivísticos, bibliográficos e até museológicos, principalmente em universidades, segundo visão de Lima (2009).

Ressalva-se que, conforme mencionamos, os centros de documentação surgem na década de 1970 voltados basicamente para a pesquisa histórica de natureza distinta daqueles implantados nas demais áreas científicas e tecnológicas: em que pese à aparente identidade de objetivos – a recuperação da informação – diferencia-se em relação aos tipos dos documentos que constituem seus acervos (MOREIRA, 1990). Verifica-se, ainda, que a autora traz à tona qual seria a função dos centros de documentação tradicionais ao afirmar que

> Os centros de documentação já tradicionais se encarregam do processamento técnico de informações atualizadas – onde a tônica é a rapidez não só de sua recuperação, mas também, e principalmente, do seu "envelhecimento", – resultante de trabalhos de pesquisa, os novos centros se dedicam à organização, preservação e divulgação de acervos históricos (MOREIRA, 1990, p. 73).

A autora evidencia, também, que os centros de documentação podem estar divididos em dois grandes grupos e caracterizados pelo tipo de acervo constituído:

> O primeiro deles é integrado por centros usualmente vinculados às universidades, cujo acervo é formado a partir do desenvolvimento das diversas linhas de pesquisa, caracterizando-se, portanto, como um conjunto não orgânico de documentos: trata-se, em geral de cópias de documentos de arquivos, bibliotecas e museus, cuja acumulação não obedece a uma linha de acervo pré-estabelecida, mas sim aos interesses de pesquisa. O outro grupo é formado por aqueles centros que definiram previamente sua linha de acervo em função seja de um período histórico, seja das características do(s) produtor(es) de documentos (pessoa ou instituição). Nesses casos, a formação do acervo é voltada para atender às necessidades de uma comunidade mais ampla de usuários (MOREIRA, 1990, p. 73).

Certificando-se da existência de outros pesquisadores sobre o tema, Viviane Tessitore (2003, p.14) apresenta o centro de documentação como uma entidade híbrida, que, por vezes, “representa uma mescla das entidades de arquivo, biblioteca e museu [...]”.

Nesse sentido, os arquivos podem ser compreendidos como entidades que guardam documentos acumulados organicamente por uma única fonte geradora (entidade ou pessoa) no decorrer das funções desempenhadas. Os documentos, únicos, chegam a eles por passagem natural e obrigatória e são organizados em séries, espelhando a trajetória da entidade ou pessoa que os gerou. É indivisível, porque somente dentro desse conjunto cada documento adquire seu pleno significado e se organiza com base na trajetória específica de cada entidade ou pessoa, exigindo conhecimento da relação entre os documentos e da estrutura e funções da entidade ou pessoa. Pode ser utilizado para fins administrativos, jurídicos, sociais, científicos e culturais (TESSITORE, 2003).

Já a biblioteca é um local onde se reúnem fisicamente documentos, majoritariamente livros e publicações periódicas (RIBEIRO, 2005). Segundo a referida autora, a função da biblioteca é congregar documentos originados das atividades culturais e da pesquisa científica, reunidos artificialmente em torno de seu conteúdo, sob a forma de coleções. Tem finalidades educativas, científicas e culturais e sua organização é baseada em sistemas predeterminados e universais, exigindo conhecimento do sistema e do conteúdo dos documentos. O próprio órgão é que define quais documentos deseja ter em seu acervo e adquire-os por compra, doação ou permuta, sendo este formado por documentos múltiplos, isto é, com muitos exemplares, produzidos por diversas fontes (livrarias, editoras, empresas jornalísticas etc.).

Por sua vez, os museus “estão voltados basicamente para a preservação, a pesquisa e a comunicação de evidências materiais do homem e do seu meio ambiente, isto é, seu patrimônio cultural e natural” (FERREZ, 1994). O museu é o lugar para guardar raridades, coisas velhas, lugar de reprodução do conhecimento para catalogar, conservar e expor peças do acervo. Ainda hoje repercute a ideia de que é um espaço pouco atraente para o público em geral. Mas essa entidade sofreu grandes transformações, tendo expandido suas funções, transformando-se, na contemporaneidade, em um espaço político e ideológico que privilegia a preservação da memória, e também é o lugar de pesquisa, de produção de conhecimento e da própria memória social, e de comunicação com a sociedade (HERMETO; OLIVEIRA, 2009).

Porém, estranha-se a pouca biografia dedicada ao tema de centros de documentação e memória no campo da Ciência da Informação, o que é confirmado a seguir:

> Talvez por ser entidade “mista”, que não conta com uma teoria e metodologia especifica para o tratamento de acervo, o Centro de Documentação seja a instituição de documentos que menos ocupou espaço na biografia das diferentes áreas que compõem a Ciência da Informação, embora esteja frequentemente presente nas empresas, órgãos públicos, entidades de trabalhadores e universidades (TESSITORE, 2003, p.14).

Assim, verifica-se que a área que mais se ocupou dos centros de documentação foi a Biblioteconomia, pois os considera parte de seu domínio[5]. Sob essa perspectiva, a organização e o processo de referenciação dos documentos foram trabalhados como peças isoladas. Averigua-se que essa prática também ocorre nos centros de memória

> em documento estabelecido no ano de 2004 [no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer], foi possível constatar um exercício organizativo orientado ora por tema de pesquisa, ora por tipos ou gêneros documentais. Nessa fase, as orientações pautavam-se mais por pressupostos biblioteconômicos [...] (LINHALES; NASCIMENTO, 2014).

Nessa direção, Tessitore (2003) discorre que esses centros extrapolam o universo documental das bibliotecas e esclarece que as características de um centro de documentação são as de

[5] Nota-se também, a importância desses centros, principalmente na iniciativa privada, no campo da Comunicação Social que destacam os centros de documentação dentro das instituições e os utilizam na produção de Marketing.

> Possuir documentos arquivísticos, biblioteconômicos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleção, em torno de seu conteúdo; ser um órgão colecionador/ referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo o material que custodia (TESSITORE, 2003, p.14).

Observa-se, ainda, que a acumulação de acervos possibilita aos centros o apoio à pesquisa para os interessados, assim como às pessoas e entidades que atuam ou atuaram no seu campo de especialização e "ao lado da especialização temática, a marca distintiva dos Centros de Documentação, estão presente também as suas atividades referenciadoras" (TESSITORE, 2003, p.14). Além disso, a referida autora elenca algumas competências gerais de um centro de documentação, que são

> Reunir, custodiar e preservar os documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização; Estabelecer uma política de preservação de ser acervo; Disponibilizar seu acervo e suas referências coletadas aos usuários definidos como seu público; Divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado; Promover intercâmbio com entidades afins (TESSITORE, 2003, p.14).

Os centros de documentação, em comparação com arquivo, biblioteca e museus, são as entidades que mais se aproximam dos centros de memória. Célia Camargo (1999), por exemplo, utiliza nomenclatura em seu trabalho que se refere aos "centros de documentação e memória" como uma entidade única. Segundo a autora, esses são "um tipo específico de unidade institucional, voltada para a geração de informações e para a organização de fontes para a pesquisa" (CAMARGO, 1999, p. 49), muito comum ao ambiente universitário.

Salienta-se que, embora existam contestações entre os termos "centros de memória" e "centros de documentação", as definições apresentadas anteriormente se aproximam do que pode ser chamado de um centro de memória, que será tratado cuidadosamente adiante.

Nesse contexto, depreende-se através da leitura sobre o tema a dificuldade de definir centro de memória. Os trabalhos, como um todo, divulgam os processos tanto de constituição, institucionalização e organização dos acervos, como apontam os caminhos gerais trilhados pelos centros de memória, ou seja, o que existe são relatos de experiências. Em muitos casos, nota-se que o termo centro de memória é confundido e usado como o equivalente a centro de documentação.

Totini e Gagete (2004) entendem que os centros de memória

> constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico[...] [que garantem] a manutenção racional e sucessiva de conhecimento produzido cotidianamente, sem acúmulo desnecessário, perda ou dispersão de documentos que expressam a evolução da empresa e fundamentam a formação da sua altura, seus valores e seu capital intelectual (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 124).

Seguindo ainda esse viés mais empresarial, verifica-se que a ideia mais comum é a de que centros de memória, privados ou estatais, "sejam a reunião de documentos esparsos, sem qualquer organicidade, coleções mais ou menos aleatórias de papéis, antiqualhas e velharias" (GOULART, 2002, p.25). A autora acrescenta, ainda, que

> O que ocorre geralmente é a recomposição das séries documentais ligadas a certas funções institucionais, que se encontram desorganizados e esparsas, pela não obrigatoriedade legal de guarda (GOULART, 2002, p. 25).

A autora enumera também alguns pontos importantes que precisam ser levados em consideração em um centro de memória

> 1-Levantamento histórico e diagnóstico da produção documental, com a perspectiva de obter subsídio para o planejamento detalhadamente de trabalho; 2-Reunião de documentos, já que a dispersão tem sido regra e, em alguns casos, é preciso reproduzir os documentos de arquivos, bibliotecas e outros lugares; 3-Classificação e notação dos documentos custodiados; 4-Descrição; 5-Acondicionamento e conservação; 6-Disseminação de informações; 7-Produção de informações; 8-Treinamento dos produtores de documentos da organização; 9- Institucionalização do Centro de Memória (GOULART, 2002, p.30-31).

Comparando um museu com um centro de memória, pode-se afirmar, segundo Bicalho (2011), que este último tem como função "a transmissão de um legado, de geração em geração, por meio da conservação das próprias obras [...]" (BENHAMOV, 2007, p. 87). De acordo com o autor, o museu é um serviço coletivo. Na mesma linha, entende-se que os centros de memória têm como principal função prestar um serviço coletivo, embora, por princípio, sua área de abrangência seja mais restrita, dirigindo-se ao atendimento de um público mais específico.

Fontanelli (2005) ressalta que a missão dos centros de memória, bem como suas responsabilidades, não são fáceis de serem compreendidas, já que "quase nada há a esse respeito, especificamente" (FONTANELLI, p. 83) e não possui "uma metodologia de trabalho definida nem uma conceituação apropriada" (FONTANELLI, p.96).

A autora lembra também que os documentos do centro de memória são relativos, especificamente, à história da instituição, por meio dos quais será possível reconstituir sua memória. O trabalho com a memória, neste caso, tem como objetivo propiciar um novo olhar, internamente, sobre a trajetória da instituição e sobre sua relação com o entorno, com o bairro, com a cidade; E, a partir desse novo olhar, sensibilizar sua comunidade interna e mostrar que ela também é responsável pela instituição, e não apenas personagem coadjuvante de alguns capítulos de sua história (FONTANELLI, 2005, p. 85).

Dessa forma, alguns documentos, principalmente aqueles relacionados às atividades-fim da instituição, devem compor o acervo do centro de memória, pois testemunham sua evolução histórica. Logo, não se trata da totalidade do arquivo, já que geralmente os conjuntos documentais financeiros e contábeis, jurídicos, pessoal e etc. não são cogitados de compor a "memória", o que é confirmado na afirmação a seguir:

> Porque os documentos gerados por essas áreas são objeto de legislação, ou seja, sua produção e temporalidade são normalizadas: eles têm valor probatório, são alvo de cobranças de impostos e tributos e o descaso por eles podem gerar multas e punições [...] Não há interesse em divulgar interna e externamente dados financeiros, contábeis, jurídicos ou de pessoal, pois não é comum no Brasil uma postura de transparência de gestão (GOULART, 2002, p.25).

Na observação perspicaz de Tessitore (2011, p. 171) o centro de memória aproxima-se

> [...] do perfil dos arquivos, na medida em que recolhem originais ou reproduções de conjuntos arquivísticos. [...] Os centros tornaram-se depositários de documentos únicos por natureza, os quais, em poder de seus detentores originais, eram, normalmente, pouco ou nada acessíveis, e não contavam com outro local que os reunisse e tratasse adequadamente (TESSITORE, 2011, p.171).

Assim sendo, e conforme já mencionado, muitas vezes os centros de memória são confundidos com os centros de documentação. A semelhança entre as entidades é notória, uma vez que ambas acumulam documentos em diferentes suportes e se preocupam com a organização das informações para geração de novos conhecimentos e preservação da memória.

Logo, os centros de memória e documentação acabam sendo instituições que apresentam estreito laço com a informação. Nesse sentido, é possível afirmar que os acervos são compostos por veículos de informação, que são em muitos casos

transformados em fontes para as pesquisas, gerando novos conhecimentos e aprendizados (FEREZ, 1994).

Percebe-se, de acordo com o referido autor, que a representação, entendida como palavras e imagens, dos acervos dos centros de memória compõe parte importante para o sistema de informação: a documentação. Além disso, para uma "gestão de qualidade destes espaços, a documentação é fundamental para identificação, conservação e exploração das informações contidas no acervo, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa" (BICALHO, 2011, p.14).

Fontanelli (2005) esclarece que, considerando os espaços de memória como um serviço de informação, é preciso estar atento, pois a massa documental só faz sentido no espaço se for usada e examinada por consulentes internos e externos. Nesse sentido, a autora chama a atenção para a política de acervo ao afirmar que

> A política de formação do acervo deve ser um dos primeiros pontos a serem definidos no caso dos centros de memória, tendo em mente que não se pode guardar tudo e que nem tudo é importante na história da organização. Os profissionais da área, portanto, precisam manter-se atentos e evitar essa tendência [...] (FONTANELLI, 2005, p. 88).

À luz dessa reflexão nota-se que, em algumas instituições, centros de memória e arquivo permanente[6] são confundidos, ou considerados a mesma coisa. Tessitore (2003), explica que

> Devemos, porém, chamar a atenção para o fato de que muitos órgãos que recebem a denominação de centros de documentação ou de memória são, na verdade, exclusivamente o arquivo permanente da entidade. Constituídos por parcelas do arquivo permanente - mais raramente por seu todo (TESSITORE, 2003, p.174).

Assim, vale esclarecer que, embora a Arquivologia não seja um corpo teórico consolidado, já que existem abordagens distintas tanto de um país para outro quanto de uma linha de pensamento para outra[7], o conceito de arquivo, ao contrário do conceito de memória, é bem definido. Entretanto, não existe uma conceituação de arquivo que seja definitiva. Tal pensamento é evidenciado por Rodrigues (2006) ao declarar que

---

[6]Arquivo corrente ou de primeira idade possui função administrativa e é utilizado com muita frequência. Arquivo intermediário ou de segunda idade possui função administrativa, mas é utilizado com pouca frequência. Arquivo permanente ou de terceira idade são os arquivos que perderam sua função administrativa e são guardados pelo seu caráter legal, e são conservados em razão do seu valor histórico ou documental, e que constituem os meios de conhecer o passado e sua evolução. São os arquivos propriamente ditos (PAES, 1986).

[7]Exemplo: a abordagem Jenkinsoniana de Luciana Duranti vem opor-se à perspectiva Schellenbergiana de que os documentos correntes são distintos dos documentos de guarda permanente (TSCHAN, 2002).

> Ao longo da história, a conceituação de arquivo mudou em conformidade com as mudanças políticas e culturais que as sociedades ocidentais viveram; os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem. Fatores tais como a finalidade dos arquivos ou os suportes utilizados já foram considerados como definidores do arquivo e, hoje, não o são mais (RODRIGUES, 2006, p.104).

Ainda nesse quadro, observa-se que existe na contemporaneidade uma discussão em torno da definição de arquivo, no que se refere às palavras documento e informação. Rodrigues (2006) define arquivo como um conjunto de informações:

> Mesmo que não haja dúvidas de que arquivo é um conjunto de informações, entende-se que o termo informação não é esclarecedor quando se deseja conceituar arquivo. Entende-se que a informação arquivística não prescinde do seu suporte, mesmo que ele não seja passível de leitura a olho nu. Dentre outras justificativas para isso, tem-se que a autenticidade da informação arquivística depende de um conjunto de referências dentre as quais estaria o suporte que contém a informação (RODRIGUES, 2006, p.104).

Então, entende-se, para esse trabalho, que o arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família (BRASIL, 2005). Cabe mencionar que Tessitore (2003) acrescenta que o arquivo

> Possui documentos acumulados organicamente, no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação; portanto, provenientes de uma única fonte geradora (a entidade/ pessoa acumuladora); É um órgão receptor, ou seja, os documentos chegam e a ele por passagem natural e obrigatória; É constituído por documentos seriados e, ao mesmo tempo, únicos; a totalidade desse conjunto, que espelha a trajetória da entidade ou pessoa que o gerou, é indivisível porque somente dentro desse conjunto cada documento adquire seu pleno significado; Tem finalidades administrativas, jurídicas e sociais, podendo ser também científicas e culturais; Tem sua organização baseada na trajetória específica de cada entidade ou pessoa, exigindo conhecimento da relação entre os documentos e da estrutura e funções da entidade ou pessoa; Referência de conjuntos documentais (TESSITORE, 2003, p.14).

Ressalta-se que, à luz de Smit (2005, p. 9), na Arquivologia a função do documento e a atividade que o gerou são fatores primordiais. A autora afirma que o arquivo confere valor institucional ao documento que se torna prova, testemunho, e informa sobre as atividades da organização. A informação torna-se institucionalizada e prevalece o caráter de autenticidade, naturalidade e inter-relacionamento dos documentos no arquivo. Desse modo, o sistema de gestão de documentos no arquivo pressupõe: controle da produção e da recepção dos documentos (protocolo); tratamento, classificação, descrição, indexação, utilização, transferência, recolhimento

ou eliminação; e geração de informações estruturadas para serem acessadas pelo usuário, de forma coerente à instituição (SMIT, 2005, p. 50).

O tema “centros de memória” perpassa ainda por outro ponto importante no que diz respeito às políticas de arquivo. É estreita a afinidade dos centros em relação à formulação de políticas arquivísticas institucionais. Como bem notou Santos (1994, p.82), “é provável que o envolvimento da PUC-SP com a administração de arquivos tenha se iniciado com a criação da Central de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”- CEDIC”. O referido autor diz-nos, ainda, que

> É partir de 1988 que a CEDIC passa a se envolver com a administração dos arquivos da própria PUC- SP, quando se iniciou o “Projeto Recuperação e Organização da Memória da PUC-SP”. Através desse Projeto, foi possível iniciar o fundo “Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”, dentro do próprio Centro de Documentação. Em 1991, a CEDIC formulou outra proposta para a implementação do “Sistema de Arquivos da PUC- SP”, desta vez abrangendo as três fases do ciclo de vida dos documentos (SANTOS, 1994, p.82-83).

Nesse sentido, convém sublinhar que, no caso apresentado, o Centro incentivou a implementação de uma política de arquivo. Acredita- se, no entanto, que deveria haver uma aproximação entre os setores coletadores e administradores de arquivos, para um estreito diálogo e estabelecimento das missões, seja no sentido de distingui-los ou completá-los. Mais uma vez, Santos (1994, p.83) enfatiza que

> Parece que a administração de arquivos nas universidades brasileiras deve ser considerada numa perspectiva de aproximação dos “arquivos universitários” e dos “arquivos em universidades” [8], nos moldes da PUC- SP, visando não apenas uma efetiva aplicação dos recursos humanos e financeiros, mas também um melhor atendimento da clientela (SANTOS, 1994, p. 83).

Ressalta-se, contudo, que um centro de memória não deve ser o responsável pelo controle ou implementação de política de arquivos. Nesse contexto, Tessitore (2011) salienta que

> [...] arquivos e centros de documentação têm finalidades bastante distintas. A principal missão de um centro de documentação é o apoio à pesquisa institucional, acadêmica ou individual, e não a gestão de sistemas arquivísticos, os quais estabelecem uma complexa rede de relações entre

[8] Convém salientar que Rousseau e Couture (1988) reconhecem a importância dos arquivos universitários e enfatizam que há distinção entre os “arquivos universitários” e os “arquivos em universidade”. Tais autores (1998, p. 207-208) mencionam que “o serviço de arquivo contém, antes de mais, os documentos relativos ao funcionamento da instituição [...] os arquivos das universidades são muitas vezes ricos em fundo de arquivos privados [...] de professores, manuscritos históricos [...]”. Ou seja, os arquivos de uma universidade são constituídos através de documentos produzidos pela própria instituição, bem como por documentos adquiridos ou recebidos por ela.

> arquivo permanente e arquivos correntes, com finalidades, sobretudo, administrativas e probatórias (TESSITORE, 2011, p. 174).

Portanto, é importante enfatizar que, embora um centro de memória seja uma instituição híbrida, que possui arquivo, biblioteca e museu, não é bom que se utilize um desses conceitos isoladamente para definir centros de memória. Compreende-se pelo que foi apresentado, portanto, que a instituição que mais se aproxima do centro de memória, em relação à definição conceitual da instituição, é o centro de documentação.

2 CENTROS DE MEMÓRIA NA UFMG: PERCURSOS

Neste segundo capítulo tratamos do panorama geral dos centros de memória em universidades no Brasil, tendo como foco o ano de criação e as distintas experiências. Optou-se por utilizar como fontes os websites e as produções acadêmicas referentes ao período de 1977 a 2015. Na sequência, evidenciamos o Projeto Memória da UFMG – os primeiros movimentos da universidade sobre a temática memória e organização de acervo. Posteriormente, a partir dessa análise, identificamos o processo de criação dos centros de memória e documentação na UFMG, visando a entender os percursos deles, bem como buscando compreender o momento de constituição de seus acervos e o tratamento realizado. O resgate desse processo revelou-nos os percalços, as conquistas permeadas e a importância desses "lugares de memória" para a Universidade. Finalmente, analisamos a audaciosa proposta de um Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (CEVEX - UFMG).

2.1 OS CENTROS DE MEMÓRIA EM UNIVERSIDADES NO BRASIL

Na procura por informações sobre os centros de memória em universidades no Brasil, optou-se por fazer uma listagem dos 15 primeiros centros de memória e documentação universitários, sendo eles localizados através de pesquisa realizada em sítios eletrônicos de busca pelas expressões "centro de memória e documentação" e "centros de memória universitários". Diante do exposto, tem-se a tabela 1 a seguir, que mostra o resultado obtido com essa busca:

TABELA1- Centros de Memória e Documentação em Universidades

Nome do Centro de Memória e/ou Documentação	**Data de criação**	**Vinculação**
Centro de Memória da Medicina da UFMG	1977	Órgão complementar da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Memória da Unicamp	1985	Órgão vinculado à Reitoria da Universidade Estadual de Campinas
Centro de Documentação e Memória da UNESP	1987	Vinculado à Vice-Reitoria
Centro de Memória da Engenharia da UFMG	1993	Convênio entre a Associação e a Escola de Engenharia da UFMG
Centro de Memória Universitária (CMU/FURB) da Universidade Regional de Blumenau	1995	Órgão suplementar da Reitoria
Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da UFRGS	1996	--*
Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP	1998	--
Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CM-IPUSP)	06 de novembro de 2001	Vinculado à Diretoria do Instituto
Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília	2003	O Projeto Resgate em Conteúdo Digital desempenha o papel de âncora do CMD
Centro de Memória da UFRRJ	2004	Órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública da USP	2004	--
Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG	2006	Órgão de assessoramento da Diretoria Geral da Escola
Centro de Memória da Faculdade de Odontologia da UFMG	2007	Órgão acadêmico administrativo complementar

Centro de Memória Digital do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará	S.D.**	--
Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Centro Universitário Univates	S.D.	Vinculado ao curso de História e subordinado a Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

* O símbolo (--) significa que não foi possível identificar a vinculação.
** S.D. Significa: sem data.
FONTE: Elaborada pela autora.

Essa pesquisa permitiu-nos perceber que são várias as universidades espalhadas pelo Brasil que possuem centros de memória e documentação, como também são distintas as experiências e as datas de fundação. Camargo (1999, p. 49) evidencia que "criados [os centros de documentação e memória] em muitas universidades brasileiras, já se tornaram, hoje, um fenômeno comum ao ambiente universitário, ao menos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes". Entretanto, vê-se também a expansão dos centros para as outras áreas do conhecimento, como as da Saúde e das Ciências Exatas.

Seguindo os argumentos de Silva (1999, p.86-87), não é de se estranhar que na criação dos centros de documentação – incluímos também os centros de memória – existam questões mais amplas que envolvem as novas definições nas diretrizes políticas sobre o patrimônio cultural e sobre os espaços de guarda da memória coletiva no país.

A partir do levantamento e análise das datas de criação, quando disponíveis, na listagem apresentada anteriormente, percebe-se que o surgimento desses centros ocorreu a partir década de 1970. Nota-se nesse período, então, a ampliação do conceito de patrimônio na política Brasileira. Nesse contexto, Gonçalves (1988) salienta que:

> Desde os anos 30, com a criação do SPHAN, até os fins dos anos 70, o conceito oficial que norteou a política brasileira de patrimônio restringiu-se aos chamados monumentos arquitetônicos e obras de arte [...]. Desde fins dos anos 70, principalmente com a criação da Pró-Memória criada em 1979, com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Nacional Pró-Memória tinha como objetivo agilizar a captação de recursos para a realização de programas e projetos culturais, incluindo bens precedentes do saber popular a categoria de patrimônio expandiu-se e veio a incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, antigas tecnologias, artesanato, festas, material etnográfico, várias formas de arquitetura e arte popular [...] (GONÇALVES, 1988, p. 271).

Especialmente no marco da década de 1970, o Brasil passa por um processo de resgate da memória e constituição de espaços próprios para a sua

conservação e divulgação. Observa-se surgir empresas especializadas em prestar serviços de reconstituição da memória de pessoas, grupos, acontecimentos ou instituições (BRITES; PEREIRA, 2010).

De fato, na atualidade, um exemplo real em território mineiro dessas empresas especializadas em memória é o “Escritório de Histórias”, idealizado em agosto de 1998 e fundado em abril de 1999, em Belo Horizonte - M.G. É importante salientar, a razão da criação de um centro de memória segundo a empresa, o que pode ser visto a seguir:

> Os novos tempos trouxeram a necessidade de manter viva a memória, não mais como arquivos e “guardados”, mas como elemento vivo e estratégico, capaz de revelar o que se produziu em termos de conhecimento tangível e intangível, material e imaterial, na trajetória de cada um. As lembranças das pessoas ganharam espaço e começaram a fazer parte, inclusive, dos registros memoriais das instituições e empresas, e passaram a ter “status” dentro das organizações, fazendo fluir das lembranças registradas e das histórias contadas pelas pessoas, o conhecimento que muitas vezes se perderia. [...] Aliada aos documentos e à tecnologia a memória se tornou um elemento capaz de criar um acervo rico e dinâmico, tanto para as instituições como para a sociedade. Desta forma, criar um centro de memória é a melhor maneira de preservar a memória e a história num mesmo espaço, físico e/ou virtual, com seus acervos organizados e disponíveis à pesquisa. O Centro de Memória facilita a interação com o meio social, político, econômico e ambiental em que a instituição, empresa ou pessoa está inserida (ESCRITÓRIO DE HISTÓRIAS, 2015).

Nesse contexto de surgimento de centros de memória e documentação em ambientes universitários, Camargo (1999) denuncia que esses centros não conseguiram apoio e reconhecimento, sendo apenas órgãos geradores de base informativa. Precisou-se ir além, então foi necessário que tornassem centros de preservação dos registros da memória, contendo e agregando fontes originais que pudessem apoiar a pesquisa.

Com o intuito de evidenciar esse processo, tornam-se característicos os centros que preservam patrimônio arquivístico e, em alguns casos, até parte do patrimônio museológico. Percebe-se que a exceção é

> Apenas o patrimônio bibliográfico que foi mantido como principal atividade das bibliotecas universitárias. Mesmo assim, delas não costumam fazer parte as coleções históricas de jornais locais ou regionais, coleções de fotografia, iconográficas e cartográficas que podem ser objeto de tratamento dessas unidades (CAMARGO, 1999, p. 56).

Importa destacar que, no Brasil, a falta de consciência e de vontade política do poder público na preservação do patrimônio documental e a presença do grande volume de papéis públicos frente aos papéis privados – fontes de informação e

pesquisa – tornou-se responsabilidade assumida ou transferida parcialmente para os ambientes universitários (CARMARGO, 1999).

Nessa direção, muitas universidades assumiram o compromisso de organizar as fontes de pesquisas necessárias ao enriquecimento dos estudos desenvolvidos no âmbito acadêmico:

> No Brasil verifica-se que, desde a década de 1970, [...] as fontes de pesquisa, necessárias ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos, não estavam (como ainda não estão) acessíveis ao pesquisador, seja por uma ausência de instituições dedicadas à preservação do patrimônio documental brasileiro, nas esferas estaduais e sobretudo municipais, seja por descaso dos poderes públicos, das instituições privadas e das entidades particulares. Não menos importante foi - e é - a falta de recursos especializados e de recursos financeiros suficientes, destinados à sua organização e preservação (CAMARGO, 1999, p.56).

Santos (1994), ao desenvolver uma pesquisa de campo junto às universidades brasileiras, revela-nos que

> Algumas bibliotecas universitárias são também depositários de arquivos de escritores da região ou de acervos de história local. Nesses casos, o papel de preservação da memória se amplia para os limites da região onde a universidade está inserida.
> Pelo menos mais dois setores da estrutura universitária foram identificados como participantes do processo de coleta e administração de arquivos: os centros de estudos ou pesquisa e os centros de documentação. Tais setores tendem a custodiar arquivos gerados no ambiente externo à universidade, para subsidiar estudos e pesquisas (SANTOS, 1994, p. 80).

Com base nessas concepções, esses centros revelam-se verdadeiros e democráticos repositórios de fontes de informações, não só para os usuários internos à instituição de ensino superior, quais sejam, professor e aluno, como também ao público externo de uma forma geral, embora não ligados a universidade.

Assim, a solução encontrada foi

> criar na universidade centros especializados na preservação e organização dessas fontes, trazendo para perto do pesquisador o material necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas. Dessa forma, resolvia-se o problema do acesso à fontes e, ao mesmo tempo, envolvia-se a universidade na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional ou regional, conforme o caso (CAMARGO, 1999, p.57).

Vale enfatizar outro ponto que nos ajuda a compreender o surgimento dos centros nos ambientes de ensino, pesquisa e extensão. Há a inquietude dos pensadores das Ciências Humanas no que diz respeito ao fato de que as novas fontes ou fontes já pesquisadas podem ser lidas e relidas sob diversos olhares. Nessa perspectiva, são concebidos os seguintes centros: “Edgar Leuenroth/ Unicamp, como

a Cedic da PUC/SP, como também o CPDOC/FGV, o Centro de Memória Social, criado por Hélio Silva e outros" (CAMARGO, 1999, p.58).

Araújo e Batalha (1999), quando escrevem sobre o Arquivo Edgar Leuenroth, chamam a atenção para o crescimento do interesse pela história e a difusão da consciência da necessidade de preservar e coletar as fontes documentais, o que fez com que proliferassem instituições dentro e fora das universidades com esse objetivo.

Nesse mesmo período de destaque, cabe mencionar que

> O Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT, baseado nas prioridades estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, foi utilizado em vários casos para financiar esse tipo de programa, desenvolvido em universidades ou em instituições afins. O enfoque da questão regional era considerado uma das prioridades de atendimento, o que marcou a linha de trabalho de vários deles (CAMARGO, 1999, p. 59).

De fato, esse destaque à memória regional acaba por denunciar a precariedade e inexistência de arquivos públicos e, consequentemente, as grandes perdas de fontes de pesquisa. Camargo (1999) evidencia que a universidade começa a assumir essa tarefa, incorporando-a as suas atividades-fim.

Nessa perspectiva, analisa-se a existência do Centro de Memória da Unicamp (CMU), criado oficialmente em 11 de julho de 1985 e tendo como objetivos "I. Realizar pesquisas de caráter multidisciplinar no âmbito da memória; II. Captar, organizar e preservar acervos históricos visando à produção e à disseminação de conhecimentos [...]" (REGIMENTO INTERNO- CMU, 2013). Para tanto, o CMU está estruturado da seguinte maneira:

> Artigo 3º – A estrutura do CMU compreende:
> I. Conselho Científico Superior
> II. Diretoria
> III. Administração e Informática
> IV. Laboratório de História Oral
> V. Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos
> VI. Área de Acervos (ou seja, Arquivos Históricos, Arquivo Fotográfico, Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa)
> VII. Museu
> VIII. Área de Pesquisa
> IX. Área de Publicações (REGIMENTO INTERNO - CMU, 2013).

Assim, a missão principal do CMU é "captar, organizar, preservar e disponibilizar acervos documentais, sobretudo de Campinas e região, visando à produção e à disseminação de conhecimentos [...]" (CMU, 2015). Esse trecho é bastante claro com relação à afirmação de Camargo (1999) no envolvimento da

universidade na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional ou regional.

> O recorte temático voltado para a história regional justifica-se, tendo-se em vista a potencialidade aberta ao usuário – não somente pesquisador acadêmico de diferentes níveis, mas a comunidade em geral – no sentido de ampliar as noções de tempo e de espaço, na relação direta com a de sujeito histórico e de relações sociais (CMU, 2015).

No trecho supracitado, algo que nos chama a atenção é “a potencialidade aberta ao usuário”, que se traduz em um duplo movimento de reconstrução da história e participação dos sujeitos. Sobre isso, Von Simson (2000) esclarece que

> Um exemplo da importância do Centro de Memória para a reconstrução da história da sociedade campineira é o do bairro de origem teuto-brasileira de Friburgo [...]. Em meio a uma reforma da escola, foi encontrado um armário, infestado por cupins, que continha livros manuscritos em alemão gótico. O Centro de Memória foi contatado pelos dirigentes da Associação Escolar e descobriu que se tratava de documentação histórico-cultural muito valiosa. A partir da análise desses documentos, da captação da história oral, ou seja, das histórias de vida dos moradores mais antigos, e da análise de um conjunto de fotografias antigas, fornecidas pelos entrevistados, foi possível reconstruir a memória de um grupo que poucos habitantes de Campinas conheciam, mas que constitui o último resquício da imigração alemã do século XIX para a região. Agora os moradores do bairro sabem sua origem, valorizam o passado e contam sua história baseados no trabalho que o Centro de Memória realizou [...] (VON SIMSON, 2000).

Ao analisarmos o CMU, também destaca-se o fato dele ser “órgão Complementar da Universidade Estadual de Campinas, subordinado à Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN), órgão da Reitoria, com pessoal técnico especializado e técnicos administrativos próprios” (REGIMENTO INTERNO- CMU, 2013).

No caso específico da Universidade Estadual de Campinas, nota-se também outra experiência distinta da anteriormente abordada: O Centro de Memória e Arquivo (CMA) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) Unicamp, inaugurado em 26 de maio de 2008. Sua composição e atuação são assim identificadas:

> Integram o Centro de Memória e Arquivo da FCM: o Arquivo Setorial, o Grupo de Estudos Histórica das Ciências da Saúde (GEHC-Saúde), o Conselho Assessor, a Comissão Setorial de Arquivos e a Rede de Protocolos e Arquivos Correntes. Sua atuação está voltada a assegurar as condições de preservação e acesso ao patrimônio documental da FCM, tendo em vista disponibilizar suas informações, tanto a comunidade interna quanto externa da Universidade, para fins de pesquisa, educação e conhecimento (CMA-Unicamp, 2015).

Todavia, nota-se que a estrutura apresentada e a denominação do centro “Centro de Memória e Arquivo” sugerem que esse seja uma exceção, uma vez que correspondem ao que é determinado pela legislação (Lei 8.159, de 8 janeiro de 1991) e tecnicamente orientado pela gestão documental. O regimento interno é claro a esse respeito, como pode ser visto a seguir:

> b. PREMISSAS
> 1. Atender as determinações da Lei 8.159, de 8 janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto no 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;
> 2. Atender as determinações da Deliberação A-8/ 1995 de 21 de julho de 1995, do Conselho Universitário da Unicamp, que estrutura o Sistema de Arquivos da Universidade e demais atos legais de gestão documental do Brasil;
> 3. Atender aos preceitos da Arquivologia contemporânea, empresarial a gestão integrada de documentos (da produção à preservação final) e a preservação da memória e patrimônio arquivístico;
> 4. Atender as determinações da Diretoria da FCM e dos grupos idealizadores do Centro de Memória e Arquivo;
> 5. Atender os preceitos legais de gerenciamento de pessoal e de acessibilidade de usuários, da FCM e da Unicamp;
> 6. Atender ao direcionamento de atuação em gestão por processos, determinados no Planes da Unicamp (ESTRUTURA, CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO DA FACULDADE DE CIENCIAS MÉDICAS DA UNICAMP, 2009).

Nesse contexto, o Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) Unicamp é um órgão complementar diretamente vinculado à Diretoria e possui os seguintes objetivos gerais:

> I- desenvolver uma política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa e acadêmica;
> II- promover a interação e a inter-relação das áreas responsáveis pela custódia de documentos considerando a integração das diferentes fases da gestão documental;
> III- assegurar as condições de conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental, na defesa dos interesses da universidade e dos direitos da comunidade acadêmica;
> IV- preservar a memória da Faculdade, protegendo seu acervo arquivístico, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica.
> V- integrar o Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas [...] (CMU, 2015).

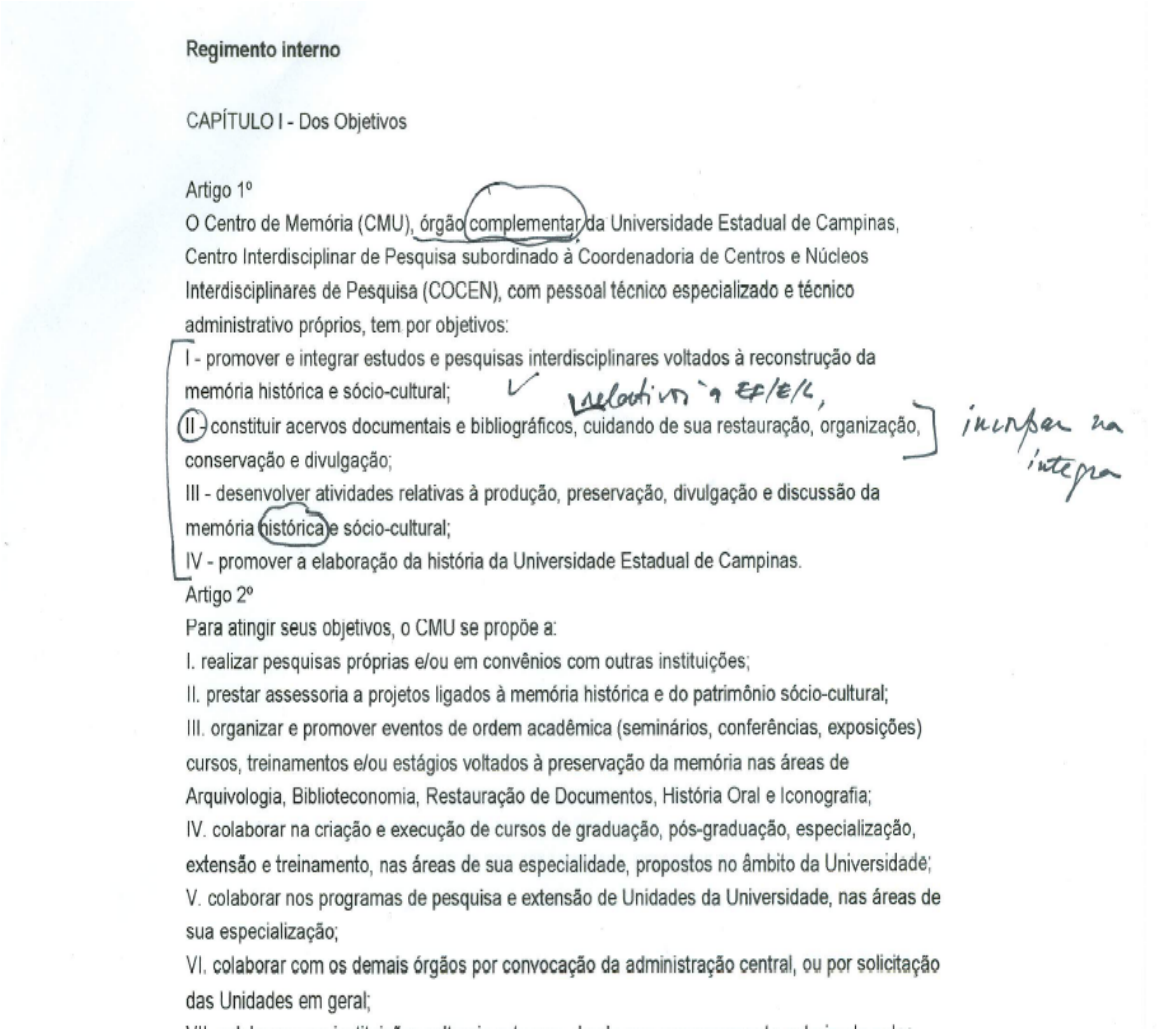
Contudo, é possível observar que foi mantido o nome Centro de Memória. Acredita-se que dois motivos estão relacionados a essa escolha: o primeiro relaciona-se ao fato da existência de um grupo de estudos ao qual compete “promover o desenvolvimento de um campo de atividades didáticas, de pesquisa e de extensão relacionado aos estudos históricos das ciências da saúde, de um modo em geral e em particular” (ESTRUTURA, CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO CENTRO DE MEMÓRIA

E ARQUIVO DA FACULDADE DE CIENCIAS MÉDICAS DA UNICAMP, 2009); Por sua vez, o segundo motivo pauta-se no fato de manter os arquivos permanentes na FCM. Ou seja,

> Cabe ao Arquivo Central do Sistema de Arquivos (SIARQ) da UNICAMP a guarda e a preservação de documentos da universidade, a FCM, no entanto, optou por manter a preservação, o tratamento e o acesso aos seus documentos permanentes (históricos), seguindo orientação e integrando-se aos sistemas informatizados e aos instrumentos de pesquisa do SIARQ/ UNICAMP (ESTRUTURA, CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO DA FACULDADE DE CIENCIAS MÉDICAS DA UNICAMP, 2009).

Nesse contexto da Universidade Estadual de Campinas, especialmente em relação ao CMU, encontramos vestígios de que o referido centro tornou-se modelo de experiência para os centros de memória e documentação da UFMG. No Cemef, por exemplo, o Regimento Interno foi elaborado analisando-se a experiência do CMU, pois na mesma pasta que contém o Regimento Interno do Cemef, há o Regimento do CMU com anotações e adaptações, conforme vê-se na Figura 1 a seguir:

FIGURA 1- Regimento Interno do CMU



Regimento interno

CAPÍTULO I - Dos Objetivos

Artigo 1º

O Centro de Memória (CMU), órgão complementar da Universidade Estadual de Campinas, Centro Interdisciplinar de Pesquisa subordinado à Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN), com pessoal técnico especializado e técnico administrativo próprios, tem por objetivos:

I - promover e integrar estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sócio-cultural;

II - constituir acervos documentais e bibliográficos, cuidando de sua restauração, organização, conservação e divulgação;

III - desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória histórica e sócio-cultural;

IV - promover a elaboração da história da Universidade Estadual de Campinas.

Artigo 2º

Para atingir seus objetivos, o CMU se propõe a:

I. realizar pesquisas próprias e/ou em convênios com outras instituições;

II. prestar assessoria a projetos ligados à memória histórica e do patrimônio sócio-cultural;

III. organizar e promover eventos de ordem acadêmica (seminários, conferências, exposições) cursos, treinamentos e/ou estágios voltados à preservação da memória nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Restauração de Documentos, História Oral e Iconografia;

IV. colaborar na criação e execução de cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão e treinamento, nas áreas de sua especialidade, propostos no âmbito da Universidade;

V. colaborar nos programas de pesquisa e extensão de Unidades da Universidade, nas áreas de sua especialização;

VI. colaborar com os demais órgãos por convocação da administração central, ou por solicitação das Unidades em geral;

FONTE: Arquivo Cemef/UFMG.

Outra experiência que deve ser mencionada é o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo- UNESP (CEDEM). Diferente das iniciativas anteriores, o CEDEM surge do envolvimento da Universidade com o movimento do Governo do Estado de São Paulo de criação e implementação do Sistema de Arquivos.

> Havia nessa atitude uma atenção especial do poder Executivo pela guarda da documentação de valor permanente. A decretação do Sistema de Arquivos para o Estado de São Paulo (Decreto 22.789, de 19.10.1984), pela forma como foi concebido esse sistema, atingiria igualmente a universidade, embora não imediatamente. Assim, apesar de não implicar necessariamente a adoção do sistema na UNESP, aquele decreto contribuiu para envolver setores da universidade, interessados na proteção documental e na abertura democrática (CORRÊA, 1999, p. 79-80).

Os interessados nessa proteção documental eram principalmente os professores do departamento de História, que questionavam a respeito da produção científica e cultural da universidade e os destinos das produções acadêmicas, e envolveram-se em um projeto de levantamento da Memória histórica da UNESP para preservar os documentos de sua memória institucional. Além disso, esse grupo de historiadores, reunidos em torno de tal projeto, deu lugar ao centro de referência, passando a ser visto depois como centro de documentação.

> [...] aquele Centro de Documentação, que desde então passou a ser autodenominar Centro de Documentação e Memória, pôde contar com seus primeiros técnicos, pessoal não docente, dotado de formação na área de História e capacitado para o tratamento da documentação. [...] O CEDEM começou, assim, a não só definir suas linhas de atuação, como também a construir seus instrumentos de trabalho e a contar com um pessoal diferenciado dos demais técnicos da universidade, em razão de sua formação e de sua qualificação (CORRÊA, 1999, p. 82).

Nota-se que o propósito inicial voltava-se para a ideia de um centro de referências, ou seja, não havia objetivos de recolher documentos. Contudo, no projeto de pesquisa, a busca de referências, principalmente relacionada à história oral, deu origem ao acervo com o material fornecido pelos próprios depoentes (CORRÊA, 1999).

Assim, podemos, a priori, entender que a origem do CEDEM- UNESP resulta de uma intenção determinada. Contudo, concordando com os argumentos de Silva (1999, p.86), “isso não significa necessariamente que esteja subordinado a critérios “subjetivos e artificiais” [...] uma vez que sua criação se pautou por necessidades que visam oferecer suporte à pesquisa, em diferenciados níveis”.

Nesse sentido, vê-se em alguns casos que há o descolamento de muitos acervos arquivísticos para centros de memória e documentação universitários, que também são de caráter público. Silva (1999) enfatiza isso ao afirmar que

> A constatação e consciência por parte de alguns sobre o estado de destroçamento desse patrimônio implicou a multiplicação de iniciativas fora dos esquemas oficiais, colocando os Centros de Documentação em evidência ao trazer ao público a polêmica em torno do documento e sua guarda [...] (SILVA, 1999, p. 88).

Desse modo, a partir do que foi exposto sobre a criação desses espaços em universidade, é possível destacar que todas as iniciativas evidenciam a falta de interesse, preocupação e vontade por parte do poder público na preservação do seu patrimônio documental. Os desdobramentos desse fato são, de um lado, as destruições em massa de acervos e, de outro, a criação dos centros de memória e

documentação, tentando salvar os inúmeros materiais amontoados em porões e depósitos abandonados.

Cabe lembrar que tal arranjo, pelo menos no que diz respeito às universidades públicas federais, desde 1991, contraria a determinação legal (Lei n. 8.159) que determinou a implantação da gestão de documentos e a preservação dos respectivos arquivos permanentes dos órgãos da administração pública federal.

2.2 PROJETO MEMÓRIA DA UFMG

As reflexões apresentadas no item anterior acerca dos centros de memória e de documentação universitários são de grande auxílio para pensarmos na trajetória dos primeiros movimentos de preservação da memória na Universidade Federal de Minas Gerais.

Também no período circunscrito à década de 1970, percebem-se iniciativas que dizem respeito à preservação dos documentos e dos bens móveis de valor histórico da UFMG. Datado em 1976, por ocasião do cinquentenário da Universidade que aconteceria em 1977, o prof. Eduardo Osório Cisalpino – então reitor da UFMG – solicitou à Escola de Biblioteconomia um projeto para a organização da "Coleção Especial de Documentos Históricos da UFMG". A nota publicada no Boletim Informativo da Reitoria da UFMG de quinze de outubro de 1976 esclarece:

> A Escola de Biblioteconomia está coordenando projeto com o objetivo de reunir e organizar toda a documentação relativa à história da UFMG, documentação essa que deverá ser mantida em local próprio, na Reitoria, dando origem a uma coleção especial de documentos históricos que será exposta durante as comemorações do cinquetenário da Universidade, em 1977. O trabalho está sendo coordenado pela professora Maria Romano Schreiber e foi dividido em cinco etapas, que consistirão no levantamento e reunião de documentos existentes em Unidades ou em poder de professores, funcionários ou herdeiros de pessoas ligadas à instituição; reprodução fotográfica de documentos; entrevistas gravadas com ex-reitores, diretores e professores que participaram de maneira relevante da história da Universidade; organização, implantação e manutenção da coleção especial. Às pessoas que tiverem em seu poder documentos de interesse para o trabalho deverão entrar em contato com a professora Schreiber, na Escola de Biblioteconomia, para doação desses documentos ou para que sejam feitas cópias dos mesmos (BOLETIM INFORMATIVO DA REITORIA DA UFMG, 1976, p.2).

Chama-nos atenção a tentativa de reunião dos documentos e a possibilidade de doações. Segundo Schreiber (1976 *apud* SANTOS; SANTOS, 2012, p. 69) o trabalho era de grande relevância "visto que a documentação básica relativa à história da nossa universidade se achava dispersa entre diferentes pessoas e

instituições e ameaçada de destruição por falta de interesse dos proprietários pelo desgaste".

Esse projeto culminou em uma exposição dos documentos mais significativos no saguão da Reitoria, inaugurada em 24 de dezembro de 1977, por ocasião da sessão pública solene comemorativa da instalação do Conselho Universitário, conforme pode ser verificado a seguir:

> A exposição reúne bens móveis e documentos de valor histórico e peças artísticas do acervo da Universidade. O levantamento e organização da mostra foram feitos pelos professores Maria Romano Schreiber e Márcia Vianna Dumont, da Escola de Biblioteconomia, Ivo Porto de Menezes, da Escola de Arquitetura, e Yara Tupinambá, da Escola de Belas Artes (BOLETIM INFORMATIVO DA REITORIA DA UFMG, 1977, p.3).

Nota-se que, no âmbito das atividades relacionadas às comemorações do cinquentenário, dois novos atores – a Escola de Arquitetura e a Escola de Belas Artes – são introduzidos no processo de busca de outros documentos de valor histórico: os bens móveis. O professor Ivo no desenvolvimento da sua função de encontrar objetos e documentos significativos ligados a pessoas ou fatos ligados à Universidade, chega a seguinte conclusão

> Há necessidade premente de criação de um órgão, dentro da universidade, que não permitisse que o trabalho de tal envergadura não se transformasse em mais um ou vários volumes, colocados em prateleiras, enquanto os objetos que foram motivos de pesquisa e identificação se dispersassem, e mesmo leiloados, com a perda total da memória da Universidade (MENEZES, [s.d.]).

Assim, segundo Santos e Santos (2012), o professor sugere a institucionalização dos trabalhos realizados, sob a forma de Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico da UFMG, voltado para preservação da história da Universidade e de abrir novos campos de trabalho para alunos e professores. Essa iniciativa não foi implementada, mas foi fator incentivador para que em 1986, a então Coordenação de Ensino e Pesquisa, órgão de deliberação da UFMG, instituísse o Projeto Memória Intelectual da UFMG[9].

[9] Tal projeto foi instituído pela Resolução n. 01 de 28 de fevereiro de 1986. Em depoimento, o Professor Cid Veloso revela que a preocupação inicial tratava-se da documentação especial da AESI- Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFMG, sendo organizada durante sua gestão. Ele relata: "Uma sugestão [...], defendida pela professora Maria Efigênia Lage de Resende, era inventariar e divulgar [os arquivos]. [...] Depois da metade da gestão, foi formada uma equipe, coordenada por ela [...]. A documentação foi classificada e o Conselho Universitário aceitou a sugestão de abri-lo à pesquisa" (RESENDE; NEVES, 1998, p. 220-221).

E, nesse contexto, convém dar ênfase que o referido Projeto tinha como finalidade de coletar, armazenar, preservar e divulgar a produção intelectual da comunidade universitária da UFMG (SANTOS; SANTOS, 2012).

> O Setor de Memória Intelectual da UFMG adquire o caráter de órgão responsável pela organização e preservação dos documentos produzidos no decorrer das atividades de pesquisa, para o qual são encaminhados documentos previamente definidos, de natureza arquivística, com valor probatório e informativo de guarda permanente (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 71-72).

Nesse momento, convém relatar que a primeira iniciativa de organização de arquivos na UFMG, em uma perspectiva mais sistematizada, ocorreu no início da década de 1970, com a criação do Arquivo Central. Os documentos recolhidos ao novo órgão eram diversificados e cobriam uma grande parte das atividades desenvolvidas pela Universidade naquela época, conforme afirmam Santos e Santos (2012):

> Ao final da década de 1970, houve um desmembramento da documentação do Arquivo Central. As pastas funcionais permaneceram no 2º andar da Reitoria, criando-se, então, o Arquivo do Departamento de Pessoal, que, à época, funcionava no 5º andar. Também permaneceram no prédio da Reitoria os documentos contábeis. O Arquivo Central continuou responsável pelo restante da documentação administrativa e acadêmica, mas recebeu um destino diferente: foi transferido para o antigo Departamento de Administração, localizado na parte posterior da Escola de Belas-Artes. Uma vez que o prédio não oferecia condições adequadas do ponto de vista de suas instalações, observa-se que parte da documentação, inclusive a da área acadêmica, deixa de desfrutar do status anterior (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 63-64).

Sendo assim, pode-se afirmar que há uma relação entre a Memória Intelectual e o Arquivo Central. Ao que nos parece, ambos assumiram, compartilhadamente, a responsabilidade de guarda de arquivos com características de atividades finalísticas. A Memória responsabilizava-se pela produção de documentos de pesquisa e o Arquivo Central, por sua vez, recolhia parte da documentação provinda das atividades de caráter de ensino (SANTOS; SANTOS, 2012). Por outro lado, o projeto Memória representou o reconhecimento do fracasso da tentativa de se criar um Arquivo Central para a UFMG, serviço arquivístico que foi desativado ainda na década de 1970. A definição do projeto Memória, até os dias atuais, apresenta-se como uma substituição a esses serviços, conforme consta no site institucional:

> Instituída em 1986, visa à preservação de todo acervo intelectual, técnico e artístico da UFMG, de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo. O acervo é constituído de teses/dissertações, monografias de cursos de especialização, livros, publicações periódicas, produção artística e outros

> documentos produzidos na UFMG, que representem a vida institucional nos campos administrativo, pesquisa e extensão (BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA – UFMG, 2015).

Outra ação que merece destaque é criação da Comissão Permanente de Memória da UFMG por meio da Portaria nº 1.492 de 27 de outubro de 1987, que apresenta o Programa Memória da UFMG.

No período referido acima, assumia a responsabilidade de Reitor da UFMG o Professor Cid Velloso. Observa-se uma aproximação desse reitor com as ações que aconteciam na Faculdade de Medicina e com o Centro de Memória da Medicina. Vale ressaltar que

> com base na experiência da Faculdade de Medicina [que apresentaremos mais a frente] foi proposto estender à UFMG o projeto da Faculdade de Medicina, criando o Programa Memória da UFMG, que conteria a seguinte estrutura:
> a) Centro de Memória da Reitoria;
> b) Centro de Memória de cada Unidade;
> c) Memória das Ciências, das Artes e dos Serviços;
> d) Vida e obra de figuras significativas da UFMG e de Minas Gerais;
> e) Reedições de livros fundamentais (CENTRO DE MEMÓRIA DA MEDICINA, [s.d]).

Nota-se que a Comissão muito se empenhou na tarefa de preservação sistemática da Memória da UFMG e, Andrade (1988 *apud* SANTOS; SANTOS, 2012, p. 672) apontou algumas sugestões interessantes, sendo a mais relevante a “criação de Comissões de Memória em todas as unidades da UFMG”.

Contudo, apesar dos esforços, o Projeto Memória da UFMG não foi concretizado, isto é, a Comissão diluiu-se e as ações e propostas não se efetivaram. Apenas a Escola de Engenharia efetivou a ideia e o Centro de Memória da Engenharia foi criado pela Associação de Ex-Alunos (conforme mencionaremos posteriormente).

Outras iniciativas em torno da preservação da memória institucional que merecem destaque são identificadas no final década de 1990, mais especificamente em 1998.

> Criada no ano passado pelo reitor Francisco César de Sá Barreto, a Comissão de Políticas de Acervos, composta por professores e bolsistas de vários departamentos, tem a responsabilidade de inventariar todo acervo artístico, científico e documental da UFMG. Outra tarefa da comissão será estabelecer critérios de aquisição, de aceite e de exposição dos acervos, além de propor soluções para sua conservação preventiva (BOLETIM UFMG, 1999, p.4).

Sendo assim, essa Comissão de Políticas de Acervos da UFMG foi efetivada em 2001, por meio das portarias nº 00118 de 12 de janeiro de 2001 e nº

02011 de 13 de agosto de 2001. Fazia parte da Comissão uma equipe interdisciplinar e verifica-se que seus propósitos delineavam a inovação:

> A equipe encarregada de fazer a pesquisa sobre a situação dos diversos acervos da UFMG é composta por professores e bolsistas das escolas de Belas Artes, Biblioteconomia, Música, Arquitetura, Letras e FAFICH. O trabalho é inovador, porque trata a conservação de coleções numa perspectiva integrada, devido à complexidade dos acervos e das soluções que precisam ser propostas. “O fato de a Universidade congregar especialistas de tantas áreas nos possibilita desenvolver uma metodologia, que servirá à própria UFMG e poderá ser útil a outras universidades, aos estados e municípios, que também lidam com grandes e complexos acervos”, afirma Luiz Souza (BOLETIM UFMG, 1999, p. 4).

Devido à diversidade e ao grande acervo que na época já pertenciam a UFMG, entende-se que o trabalho foi complexo e a Comissão optou por realizar um diagnóstico dos acervos da instituição, através do “Projeto Inventário de Acervos da UFMG”. Argumenta-se que

> A Comissão deve finalizar em maio do ano que vem a totalização dos acervos espalhados pela UFMG. Além das obras de arte, há documentos e acervos científicos acumulados ao longo dos tempos, através de doações, aquisições e da produção interna. A variedade é imensa e abrange obras de arte como as da valiosíssima Coleção Brasiliana, que pertenceu a Assis Chateaubriand, o acervo de instrumentos e documentos do musicólogo alemão Curt Lange, as coleções geradas dentro da Universidade [...]. Sem contar os arquivos documentais e as bibliotecas (BOLETIM UFMG, 1999, p. 4).

Chama-nos a atenção a preocupação também com os arquivos documentais e as bibliotecas. O professor Douglas Cole Libby, que também fazia parte da equipe, em depoimento cedido ao Boletim da UFMG, traz à tona que a preocupação com arquivos históricos já crescia. O autor argumenta que

> “De certa forma, a sociedade está pressionando a Universidade a também se preocupar com seu acervo”, diz Libby. Para o professor, mesmo a produção corriqueira da instituição, como a das seções de ensino e do departamento de pessoal, “pode se tornar objeto de pesquisa no futuro e ter importância em termos de avanço de conhecimento” (BOLETIM DA UFMG, 1999, p. 2).

Além disso, Santos e Santos (2012) esclarecem que o maior impacto da pesquisa foi a constatação da existência de 15 mil metros de documentos de arquivos acumulados nas unidades acadêmicas e administrativas da UFMG, a serem organizados:

> Em várias unidades, confirmaram-se sérios problemas de preservação e condições ambientais de grande precariedade, evidenciando-se a ausência de políticas de eliminação de documentos, elaboradas com base em critérios

> legais e históricos, assim como se constatou a necessidade de pessoal capacitado para atuar em todas as etapas do ciclo de vida dos documentos. Certamente, esses depósitos abrigavam documentos acumulados em decorrência direta das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como também das atividades mantenedoras, ou seja, documentos fundamentais para subsidiar um conjunto variado de demandas organizacionais (tais como: prova legal, conformação de jurisprudência, origem e desenvolvimento de projetos institucionais, questões técnico-científicas, entre outras) (SANTOS; SANTOS, 2012, p.73).

Nesse período, já evidenciava-se a necessidade de critérios para o recolhimento e falava-se de uma política de recolhimento para arquivos e coleções, que certamente comporia a "política de acervo" para a Universidade, segundo a afirmação a seguir:

> Segundo Vilma Moreira dos Santos (Escola de Biblioteconomia), o trabalho também tentará identificar em que condições a Universidade recebeu arquivos e coleções externas. "A partir daí, poderemos elaborar uma política de recolhimento desse material. Até agora, eles foram recolhidos, basicamente, por iniciativa de pesquisadores que chegaram aos arquivos", conta. O papel de recolher e acumular arquivos e coleções vem sendo historicamente delegado às Universidades. "Mas é preciso que cada instituição defina o que ela está disposta a acolher, preservar e disponibilizar para pesquisa", observa a professora (BOLETIM DA UFMG, 1999, p. 4).

Todos os aspectos levantados pelo projeto foram apresentados, por meio de um relatório final, à Administração Central da Universidade. Importa salientar um dos tópicos do relatório, conforme é apresentado por Libby e Santos (2000 *apud* SANTOS; SANTOS, 2012, p. 74):

> [...] criação e implementação de um Sistema de Gerenciamento de Arquivos que, através da adoção dos princípios da Arquivologia atual, das novas tecnologias de informação e da legislação pertinente à gestão de arquivos públicos, vise à racionalização do ciclo vital dos documentos (fases corrente, intermediária e permanente), bem como à recuperação rápida e eficiente da informação.

Sendo assim, em 2003 teve início o projeto piloto desenvolvido na Faculdade de Farmácia da UFMG, que foi uma continuidade da Administração Central para implementação do Sistema de Arquivos da UFMG, conforme proposto acima. O projeto piloto será abordado no tópico seguinte, quando trataremos do Centro de Memória da Farmácia.

É possível concluir, então, que os projetos realizados são sempre interrompidos. Apenas o Projeto Memória Intelectual da UFMG apresentou continuidade, apesar dos percalços. Nota-se que, caso as propostas apresentadas tivessem sido efetivadas, os trabalhos desenvolvidos colocariam a UFMG na vanguarda das atividades de tratamento de documentos arquivísticos:

> A descontinuidade dos projetos se deve à inexistência da formulação de uma política arquivística. As várias ações implementadas ao longo desse período se perderam no tempo por falta de recursos humanos e de logística, provocando um "refazer" contínuo. A cada interrupção, novas massas documentais são formadas, sempre de maneira indiscriminada, causando prejuízos e perdas irreparáveis da documentação (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 76).

Portanto, a descontinuidade das atividades propostas e a ausência de uma política arquivística da UFMG ocasionaram o estabelecimento de ações descentralizadas nas tantas unidades acadêmicas pertencentes a essa Universidade, baseadas em modelos de centros de memória e documentação.

2.3 CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO NA UFMG

Face ao surgimento de um amplo número de centros de memória e centros de documentação criados na UFMG, em diferentes marcos temporais, faz-se necessário investigar o processo de criação e os sujeitos envolvidos na formação desses "lugares de memória" dentro da Universidade.

Para tanto, iremos balizar o escopo da pesquisa nos setes denominados "*Centros de Memória*" – Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer, Centro de Memória da Enfermagem, Centro de Memória da Engenharia, Centro de Memória da Odontologia, Centro de Memória da Farmácia, Centro de Memória da Medicina e Centro de Memória da Veterinária – e um "*Espaço de Ciência e Cultura*", o Centro de Pesquisa, memória e documentação da FAE, que pertencem à Rede de Museus e Espaços de Conhecimento na UFMG.

Nesse contexto, o ano de 1999 é o marco das primeiras articulações na UFMG sobre a organização de ações conjuntas dos espaços. A Pró-Reitoria de Extensão, em conjunto com os representantes dos Museus de Ciência Morfológicas do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB), do Centro de Referência em Cartografia Histórica e do Centro de Memória da Medicina no referido período, objetivavam

> [...] reunir os espaços para apresentarem propostas em conjunto, sobretudo em editais de financiamento de projetos de pesquisa e extensão. Pensava-se que a convergência de esforços, a soma de experiências, o trabalho conjunto das equipes e a união de propostas dos diferentes espaços potencializariam as possibilidades de aprovação de projetos, financiamentos e visibilidade das ações dos museus e centros de memória da UFMG (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 31).

A Rede de Museus e Espaços de Conhecimento na UFMG é criada nos anos 2000 e é posterior a alguns espaços que hoje fazem parte dela. No momento da sua criação, seu objetivo pautava-se em “convergir ações e propostas dos museus e espaços expositivos da UFMG” (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 32).

Nesse mesmo marco temporal realizou-se o “I Encontro de Museus e Espaços de Ciência da UFMG”. Marques e Segantini (2015) enfatizam que o evento foi aberto ao público e entendia-se que era necessário fomentar o desenvolvimento de uma política de museus na Universidade.

Cabe ressaltar a preocupação na formulação de uma política voltada para os museus ao invés de uma política de acervo para a UFMG. Entende-se que a ênfase para os museus deve-se à presença marcante, nesse momento, do Museu de Ciências Morfológicas na Rede. Mais do que isso, a presença de apenas um centro de memória.

Contudo, o Encontro foi de grande importância, pois revelou as experiências vivenciadas nas instituições e nos espaços e suscitou no importante apoio da Fundação de Desenvolvimento à Pesquisa nos anos 2000. Marques e Segantini (2015) nos revelam que

> Os recursos recebidos foram investidos pontualmente nas instituições integrantes do programa. Essa primeira conquista fomentou a necessidade de potencializar ações que evidenciassem atividades desenvolvidas nos respectivos espaços voltados para os públicos interno e externos da Universidade. Para isso, era preciso preparar os espaços para visitação. Uma das maiores dificuldades à época eram a formação e capacitação de mediadores e funcionários que trabalhavam nos espaços (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 32-33).

Nessa perspectiva, no ano de 2005, outro projeto foi contemplado em edital que contribuiria para o aporte de equipamentos de todos os espaços pertencentes à Rede. Nota-se que esses projetos contribuíram para a consolidação da Rede possibilitando e agregando novos espaços, como por exemplo: Centro de Memória da Veterinária, Centro de Memória da Enfermagem e etc.

Logo, trata-se de uma nova fase da Rede: a da institucionalização. Compreende-se que

> Em 2006, após muitas discussões, foi encaminhada à Reitoria a primeira versão do Regimento da Rede, que daria início a sua institucionalização. A proposta primeira era a transformação da Rede em um órgão suplementar à UFMG. [...] Nos anos seguintes, a Rede dedicou-se à institucionalização, buscando a inserção na estrutura da Pró-Reitoria de Extensão. Entre 2009 e 2012, aconteceram várias reuniões visando à institucionalização. Em 2009, a Rede passou a fazer parte do orçamento da PROEX e a receber uma cota de bolsas institucionais que garantiam o funcionamento dos espaços, mesmo no período de férias (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 34-35).

Atualmente, no ano de 2015, a Rede permanece vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e possui como missão “a proposição e o desenvolvimento de ações nas áreas de Pesquisa, Extensão, Graduação e Pós-Graduação, relacionadas aos Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, com o objetivo de apoiar e estimular o desenvolvimento desses espaços” (REGIMENTO INTERNO DA REDE, CAPÍTULO I, 2010).

Destaca-se o fato de que os museus, espaços e centros de memória pertencentes à Rede possuem um rico e diversificado acervo possibilitando o desenvolvimento, dentre diversas outras atividades, da produção de teses e dissertações. Merece destaque o trabalho de Helga Cristina Gonçalves Pôssas intitulado “*Saber fazer e fazer saber*: os museus de ciência da UFMG: (uma contribuição para a reflexão em torno dos museus de ciência universitários)” [10] e o de Ana Cecília Rocha da Veiga intitulado “*Modelo de referência para a gestão de projetos de museus e exposição*”[11].

Nota-se que, de forma geral, as pesquisas realizadas nos espaços pertencentes à Rede investigam os aspectos do campo da Museologia. Este fato pode estar relacionado à característica de museu dos espaços que inicialmente estiveram envolvidos com a criação da Rede. A exceção é o trabalho da Patrícia Carla Oliveira Carneiro: “*Memória e Patrimônio Científico e Tecnológico: O Centro de Memória da Engenharia*”, que faz outros apontamentos para além das questões da Museologia.

Sendo assim, seguindo outra direção, estabelecemos que a investigação desse estudo não abordasse as questões específicas da Museologia e, consequentemente, dos espaços assim caracterizados. Os centros de memória e documentação pertencentes à Rede são, então, o foco dessa investigação.

As reflexões iniciais e os primeiros levantamentos de fontes a respeito desses espaços levaram-nos a compreender que o primeiro centro a ser criado na UFMG é o Centro de Memória da Medicina e, por isso, iniciou-se por ele nossos estudos.

---

[10] Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2006, que procurou estudar o “Museu de História Natural e Jardim Botânico” e o “Museu de Ciências Morfológicas” da UFMG, “na tentativa de, através deles, perceber a caminhada da Universidade no que diz respeito à sua produção científica e conseqüente divulgação” (PÔSSAS, 2016, p.1).

[11] Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, objetivando a “elaboração de um termo homônimo que possa servir de roteiro para o gerenciamento de projetos, com ênfase em arquitetura e expografia” (VEIGA, 2012, p. 17).

2.3.1 Centro de Memória da Medicina

O Centro de Memória da Medicina (CEMEMOR) começa a ser esboçado em 1971. É importante mencionar que como parte das pesquisas programadas para a revisão do ensino médico, informações sobre a evolução curricular da Faculdade de Medicina revelaram e causaram surpresa aos envolvidos na não preservação de documentos.

> Foram destruídos, por exemplo, quase todos os quadros de formatura e as provas escolares de alunos que depois se tornaram célebres. O questionário então aplicado a docentes, discentes e funcionários deixou claro que a história da instituição e fatos fundamentais da história da saúde em Minas e no Brasil, além de quase nada conhecidos eram nada valorizados pela maioria (FARIA, [s.d.]).

Nesse sentido de preservação da história, o CEMEMOR foi inaugurado em 1977 e institucionalizado pelo Conselho Departamental da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em 12 de junho de 1979. Assim, a Resolução 02/79 “dispõe sobre a criação do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais” (ATA da II[a] REUNIÃO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL, 1979).

Importa destacar que a inauguração foi ocasionada pelo jubileu de ouro da turma de 1927 e, concomitantemente, ocorreu a primeira doação de uma peça museológica ao centro. FARIA ([s.d.]) esclarece que

> O jubileu se refere à primeira turma a se formar depois da criação da Universidade, daí seus componentes serem cognominados de os primogênitos. Dela fazem parte o presidente Juscelino Kubitschek (falecido um ano antes), o historiador Pedro Sales e o memorialista Pedro Nava. Este foi o orador da comemoração e fez a doação inaugural ao novo Centro do busto de Pasteur, que recebera da família de Carlos Chagas (FARIA, [s.d.])

Outros recolhimentos de acervos foram estimulados pela busca da história da Faculdade de Medicina da UFMG e fatos fundamentais da saúde em Minas e no Brasil. Diante disso, nota-se que

> Isso estimulou o recolhimento de crescente acervo, permitindo, por exemplo, reconstituir, ao menos fotograficamente, a seqüência dos quadros de formatura. As famílias vinham doando as bibliotecas de seus médicos para a Biblioteca da Faculdade, mas esta os rejeitava ou os passava a terceiros. Havia entre as bibliotecárias dessa época a inacreditável orientação de que em medicina qualquer livro com mais de seis anos não tem valor. Com isso foram perdidos livros e peças preciosos. O Centro, então, passou a receber as doações diretamente e até hoje recebemos mais de um acervo por mês (FARIA, [s.d.]).

Tal afirmativa nos leva a crer que não havia uma política de acervo para o referido centro, ou seja, não se tinha definido se sua abrangência seria apenas a Faculdade de Medicina da UFMG ou a história da medicina no Brasil ou em Minas Gerais. Por isso, as doações diárias e sem prévia avaliação resultaram, como será abordado posteriormente, no “grande acervo inorgânico” pertencente a esse centro.

Dessa forma, percebe-se, através das Resoluções existentes, o processo da institucionalização do CEMEMOR na Faculdade de Medicina. A primeira é a Resolução 02/79, que dispõe sobre a criação do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais. Nesse momento o Centro seria constituído de:

> 1.0- Laboratório da Imagem e do Som
> 2.0- Museu da História da Medicina, composto inicialmente de dez “salas”, já sugeridas, aguardando-se outras propostas
> 2.1- Antopologia Médica
> 2.3- Medicina Colonial e do Império
> 2.4- Aleijadinho
> 2.5- Ensino Médio
> 2.6- Carlos Chagas
> 2.7- Marques Lisboa
> 2.8- Otávio Magalhães
> 2.9- Baeta Viana
> 2.10- Guimarães Rosa
> 2.11- Juscelino Kubitschek
> 3.0- Museu Didático da Saúde e da Tecnologia Médica
> 4.0- Galeria de Medicina e Arte
> 5.0- Disciplina de História da Medicina (RESOLUÇÃO 02/79, 1979).

Percebe-se que o foco se voltava para os museus e pouco se falava de acervo bibliográfico e arquivístico. Chama a atenção também, em relação aos demais espaços em análise, a oferta de uma disciplina de História da Medicina compondo o Centro.

A Resolução número 03 de 13 de dezembro de 2005 aprova o Regimento Interno do Centro de Memória da Faculdade de Medicina da UFMG. Em tal documento o CEMEMOR é caracterizado como um “órgão encarregado das ações sobre memória da Medicina no âmbito da Faculdade” (RESOLUÇÃO 03/2005).

Nessa direção, suas atribuições são assim determinadas

> Parágrafo único. No cumprimento da sua missão, o CEMEMOR terá atribuições de museu, de núcleo de pesquisa e de centro interdisciplinar, devendo atuar no fortalecimento, na Faculdade de Medicina da UFMG, das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão sobre memória da Medicina.
> Art. 2º. São atribuições do CEMEMOR:
> I – planejar, coordenar e desenvolver atividades relacionadas com a memória da Medicina;
> II– manter em seu acervo os documentos, livros, peças, equipamentos e outros bens de interesse da memória da Medicina;
> III – oferecer a disciplina de História da Medicina;
> IV– promover intercâmbio técnico, operacional e científico com órgãos ou estruturas congêneres da UFMG ou externas à universidade;

> V– estimular e contribuir para a inserção dos aspectos históricos nos objetivos educacionais das disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Medicina;
> VI– promover e realizar reuniões, cursos, jornadas, debates, simpósios, congressos e outros eventos destinados a intercâmbio e difusão de conhecimentos sobre memória da Medicina, de interesse acadêmico ou da comunidade em geral;
> VII– proporcionar assessoria a grupos interessados em desenvolver projetos ou atividades de ensino, pesquisa ou extensão que contemplem ações em memória da Medicina (REGIMENTO 03/2005).

Pode-se inferir, a partir da análise desse documento, que o Regimento de número 03 estrutura de forma mais elaborada o CEMEMOR, expandindo suas atribuições para além de museu, mas também para núcleo de pesquisa e centro interdisciplinar. Assim, a oferta da disciplina de História da Medicina permanece sendo uma função do referido centro.

Nesse contexto, o curso semestral de História da Medicina caracteriza-se também como uma disciplina optativa do curso de graduação em Medicina e de extensão aberto e gratuito que começa a ser ministrado desde 1978.

Em uma carta enviada em maio de 1979 (um pouco antes da criação do CEMEMOR), ao então diretor da Faculdade de Medicina da Universidade, Dr. Luiz de Paula Castro, o fundador e coordenador Prof. João Amílcar Salgado, na tentativa de institucionalizar o centro de memória, justifica que as atividades relacionadas à disciplina carecia de providências para preservação de acervo:

> Assim, ao contrário do que poderia parecer, as atividades ligadas a esta disciplina estão reservadas providências urgentes para preservação de objetos, documentos e depoimentos, o que constitui a principal tarefa prática que o curso de História de Medicina prevê para seus alunos. Por esse motivo a vigência do curso não pode estar dissociada a criação de um museu que seja o repositório de objetos, documentos e depoimentos que representem a memória da evolução da ciência e da tecnologia ligadas à medicina e sobretudo que documentem a história da profissão e do ensino médico no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte (SALGADO, 1979).

No trecho supracitado, chama-nos a atenção a ideia inicial de criação de um museu, em que os termos, por exemplo, “centro de memória” ou “documentação” não são citados. Ainda nesse fragmento é bastante claro que o curso de História da Medicina impulsionou e estimulou as primeiras concepções de um museu no CEMEMOR e deve ter criado condições favoráveis à acumulação de acervos bibliográficos e arquivísticos. A dinâmica presença desse centro no plano nacional estimulou a criação de cursos de História da Medicina pelo país (FARIA, [s.d.]).

A ementa do último curso oferecido no 1º semestre de 2003, conforme a Figura 2, demonstra a estrutura do curso de história da medicina que acontecia às sextas-feiras, de 11h30 às 12h30.

FIGURA 2- Ementa do curso de História da Medicina do CEMEMOR

CURSO DE HISTÓRIA DA MEDICINA

UFMG – 1º semestre de 2013

Oferecido a cada semestre desde 1978. Gratuito e aberto a alunos, docentes, funcionários e qualquer interessado. Às sextas-feiras, de 11h30 às 12h30, Sala 022 da Faculdade de Medicina. Válido como disciplina optativa.

Nº	DATA	TEMA E DOCENTE
1	08/03	**A origem da medicina** João Amilcar Salgado
2	15/03	**Horto medicinal Frei Veloso** Lucas Alelxo e José Divino Lopes
3	22/03	**Resíduos eletrônicos, meio ambiente e doenças** Márcio Bensuaschi
4	05/04	**Da alquimia à medicina experimental e à teoria analítica de Jung.** Carlos Alberto Correa Sales
5	12/04	**A psicose depois de Lacan** Wilson Castelo de Almeida
6	19/04	**A criação irresponsável de faculdades de medicina** Edward Tonelli
7	26/04	**Não podia deixar de dizer** Roberto Junqueira de Alvarenga
8	03/05	**Sinfrônio de Abreu – 1º anestesista mineiro** Eduardo de Paula
9	10/05	**Seleção natural: esculpidora de formas de vida** Edson Coelho de Morais
10	17/05	**Minas nasceu dermatológica** Antônio Carlos Martins Guedes
11	24/05	**Dois Limas legistas: Oscar Negrão e Jorge de Souza** Christobaldo Mota Almeida
12	07/06	**As metamorfoses da ética** José Agostinho Lopes
13	14/06	**A Cruz Vermelha em Minas Gerais** Gilberto Madeira Peixoto
14	21/06	**Um homem chamado Langerhans** José de Souza Andrade Filho
15	28/06	**A medicina da mãe África** Geraldo André da Silva

Este curso comemora 498 anos da morte de Zacuto, 501 anos da de Américo Vespúcio e 470 da de Copérnico,; 449 anos de Galileu, iniciador da ciência moderna; 280 anos de Priestley, que descobriu o ar; 220 anos da morte do inconfidente Alvarenga Peixoto; 210 anos da invenção do primeiro barco a vapor por Fulton, 204 anos da invenção dos alimentos enlatados por Appert; 179 anos de Mendeleyev, que descobriu a periodicidade dos elementos químicos; 150 anos de Baekeland, que inventou o baquelite, o 1º plástico; 142 anos do demônio de Maxwell; 120 anos do escritor Mário de Andrade; 130 anos do pintor Orozco; 109 anos do Nobel a Pavlov; 110 anos do Nobel a Marie Curie (primeira mulher a alcançar este premio); 107 anos do Nobel a Cajal e Golgi, pelo neurônio; 100 anos do Nobel a Richet, pela anafilaxia, 100 anos dos artistas Rúbem Braga, Jamelão, Ciro Monteiro, Carlos Galhardo, Ranchinho e Carlos Alberto Nóbrega, da morte do prosador Aluizio Azevedo e da vinda de Alvaro de Barros para Belo Horizonte; 90 anos do Nobel a Banting pela insulina e do humorista Stanislaw Ponte Preta; 80 anos do Nobel a Morgan pela genética cromosômica; 75 anos da invenção do "xerox" por Chester Carlson; 60 anos do Nobel a Krebs por seu ciclo e da morte dos prosadores Graciliano Ramos e João Alphonsus; 65 anos da descoberta do transistor por Walter Brattain; 60 anos da descoberta da estrutura do DNA por Watson e Crick; 50 anos da morte do escultor Vitalino, 40 da da pintora Tarsila do Amaral, 35 anos da do médico Charles Pickering que descreveu 11 raças humanas; 32 anos da do neuropediatra Hans Asperger; 30 da do craque Garrincha e da da cantora Clara Nunes, 25 da do ecologista Chico Mendes, da do humorista Henfil e da do físico, nobel e sambista Richard Feynman e 20 da do musicista Camargo Guarnieri.. e 10 anos do Nobel a Lauterbur e Mansfield, pela ressonância magnética.

FONTE: Centro de Memória da Medicina, 2015.

Vê-se na Figura 2 a importância para as datas comemorativas, principalmente de personagens ímpares para a Medicina. O trecho a seguir deixa clara essa afirmativa:

> Este curso comemora 498 anos da morte de Zacuto, 501 anos da de Américo Vespúcio e 470 da de Copérnico; 449 anos de Galileu, iniciador da ciência moderna; 280 anos de Priestley, que descobriu o ar; 220 anos da morte do inconfidente Alvarenga Peixoto; 210 anos da invenção do primeiro barco a vapor por Fulton, 204 anos da invenção dos alimentos enlatados por Appert; 179 anos de Mendeleyev, que descobriu a periodicidade dos elementos químicos; 150 anos de Baekeland, que inventou o baquelite, o 1º plástico; 142 anos do demôniode Maxwell; 120 anos do escritor Mário de Andrade; 130 anos do pintor Orozco; [...] (CURSO DE HISTÓRIA DA MEDICINA, 2013).

Com relação ao curso de História da Medicina que era ofertado até o ano de 2013 como disciplina optativa pelo Centro de Memória da Medicina, uma das entrevistadas esclarece que

> o curso não existe mais, o professor aposentou. Era o Professor J. que indicava as datas e chamava os amigos... Fulano vai falar isso, beltrano vai falar aquilo e fazia convites. As pessoas vinham espontaneamente, elas não recebiam nada para isso. As pessoas vinham às sextas-feiras, a aula era na hora do almoço e era um tema. Às vezes encaixava um tema de medicina, tinham aulas interessantes (ENTREVISTADA 1, 2015).

Curiosamente, no levantamento de fontes para a pesquisa, um fato muito relevante chamou-nos a atenção: o primeiro Regimento Interno acessado, considerado então como “não oficial”, é diferente da Resolução 03/2005 – "oficial". Compreende-se que a atual coordenação do referido centro desconhecia a existência e a aprovação dessa Resolução 03. Nesse sentido, a entrevistada relata: “eu acho que o Prof. A. nem sabe [da existência da Resolução 03], porque foi ele quem me entregou o Regimento “não oficial”... Olha a confusão” (ENTEVISTADA 1, 2015).

No Regimento Interno vê-se a ausência de data e alguns pontos divergentes da Resolução 03. O primeiro ponto é referente aos objetivos do CEMEMOR que estavam assim definidos

> O Centro da Memória da Medicina (CEMEMOR), órgão complementar da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, é um Centro Interdisciplinar de Pesquisa, subordinado à Diretoria da Faculdade de Medicina, com pessoal técnico especializado e técnico administrativo próprios, tem por objetivos:
> I- promover e integrar estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sócio-cultural da medicina;
> II- constituir acervos documentais e bibliográficos, cuidando de sua restauração, organização, conservação, divulgação e permuta;
> III- desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória histórica e sócio-cultural da medicina;
> IV- promover a elaboração da história da medicina em Minas Gerais;

> V- promover e integrar estudos e pesquisas sobre manifestações culturais de qualquer natureza relacionadas a cuidados com a saúde (REGIMENTO INTERNO, [s.d.]).

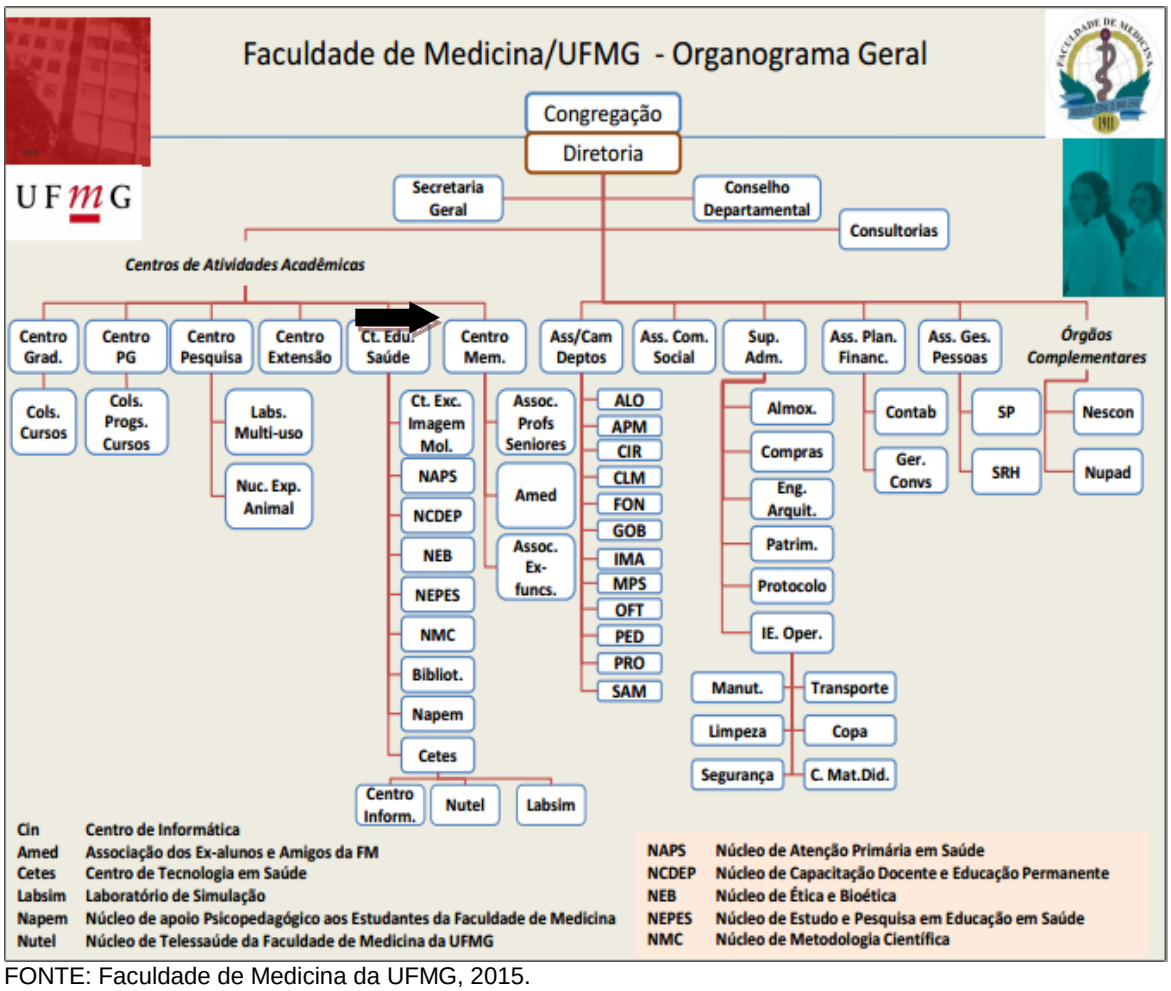
Ao analisarmos esse fragmento, observa-se que, diferentemente da Resolução 03, o CEMEMOR, neste caso, é órgão complementar da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerias subordinado à Diretoria. Nota-se, ainda, que no Regimento Interno predomina-se a palavra história, por sua vez, no Regimento 03 privilegiou-se a palavra memória.

> O Regimento "novo" [Resolução 03], não sei se você leu com atenção, tudo que estava referente a história nesse "não oficial" mudou para memória, né. Tudo isso tem um contexto da questão da R. ...Que a R. é historiadora, então ele sabia muito bem que o que ele fazia ali não era história era memória. Os dois [Regimentos] foram redigidos possivelmente pelo Prof. J., mas o novo [Resolução 03] foi redigido depois que a R. saiu do CEMEMOR. [...] eu acho que ficou memória por que ele achou um nome bonito, não por quê ele tivesse pensado o que é memória e o que não é, discutido memória e história. Então quando ele escolheu memória ele não tinha amadurecido essa discussão do que é memória do que é história, do que é patrimônio material, imaterial... Acho que não passava por aí. Ele achou um nome bonito, funcional [...] (ENTREVISTADA 1, 2015).

De fato, foi dada na Resolução 03 importância à Memória. Como já apontado no capítulo 1, por vezes a memória é fluída e está sujeita a interpretações, reinterpretações, acréscimos e, também, esquecimentos. Nesse sentido, "a desorganização do CEMEMOR é como a memória da maioria das pessoas, tudo confuso, alguns itens organizados, outros dispersos... um caos" (ENTREVISTADA 1, 2015).

Nesse contexto, faz-se necessário entender qual é a posição ocupada pelo CEMEMOR na estrutura organizacional da Faculdade de Medicina (FM), o que pode ser compreendido através da Figura 3 a seguir:

FIGURA 3- Organograma geral da Faculdade de Medicina da UFMG



FONTE: Faculdade de Medicina da UFMG, 2015.

Vê-se que, no organograma apresentado, o centro de memória está ligado ao Centro de Atividades Acadêmicas e fazem parte da sua composição a Associação de Professores Seniores, a Associação dos Ex-alunos e Amigos da Faculdade de Medicina (Amed) e a Associação dos ex-funcionários. Nota-se, também, que essa estrutura apresentada difere da Resolução 03 e do Regimento, e, portanto, há uma discordância de informações.

Em consequência disso, duas perguntas tornaram-se pertinentes: Quais das informações são seguidas? Afinal, qual é o vínculo do CEMEMOR com a Faculdade de Medicina da UFMG? O depoimento a seguir esclarece essas questões e ajuda-nos a compreendê-las:

> Ele [o CEMEMOR] está ligado à diretoria. Inclusive, esse organograma... Eu já fui duas vezes lá ao diretor pedindo uma modificação desse organograma. Porque o organograma não bate com o Regimento. Esse Regimento não funciona. Por quê... É... Por que para as coisas funcionarem direito... Por exemplo, a secretária do setor não cumpre as demandas que a gente solicita, a outra acha que eu sou colega de trabalho dela. Não tem a questão da

> hierarquia [...]. As coisas não estão claras. Aqui [no organograma] está como Centro de Atividades Acadêmicas, então eu teria que fazer uma atividade acadêmica. No caso: ministrar aula, assessorar pesquisa, entendeu? Extensão também é uma atividade. [...] Isso aqui [o organograma] tem que ser modificado. [...] Mesmo sendo uma publicação oficial não quer dizer que funciona (ENTREVISTADA 1, 2015).

Sendo assim, é notável que, apesar de estar teoricamente presente na estrutura administrativa da Faculdade de Medicina, na prática o CEMEMOR não funciona como previsto no Regimento 03 e no Organograma. Entende-se que a possível vinculação estabelecida no organograma deve-se ao curso oferecido até 2003 de História da Medicina.

Logo, devido à todas as intervenções ocorridas na prática e a rotina do referido centro, faz-se necessário que institucionalmente, legalmente e teoricamente as mudanças sejam identificadas. Dessa maneira, evita-se a confusão de informações, estabelecendo hierarquias a serem seguidas para que o trabalho realizado tenha sentido e coerência.

Somando a isso, é importante identificar os objetivos atuais frente aos já registrados no Regimento anterior. A prioridade volta-se, na atualidade, para a abertura dos espaços de exposição, na busca de dar visibilidade ao CEMEMOR para o público. Outra preocupação pauta-se na tentativa de ofertar uma disciplina seguindo a proposta do curso de História da Medicina que foi suspenso em 2013.

> Eu acho que agora a nossa prioridade é abrir as galerias para receber o público. Por que, como eu já te falei no início, as mudanças vão no ritmo do que é possível. Como o professor não está vindo aqui mais dar a disciplina... Então, desde o início do ano estou tentando ver se o professor [A.] propunha uma disciplina. A gente dava a disciplina para os alunos... Uma disciplina de História da Medicina [...]. A ideia então seria propor uma disciplina, e... Continuar o que se vinha fazendo, mas com um enfoque mais profissional e abrir as exposições. A exposição está pronta, então temos a ideia de fazer a inclusão dos meninos de ensino fundamental e médio... E também, fazer as legendas em Braille e ver se faz uma adaptação para incluir essas pessoas. Um enfoque no público, porque aí vai se tornar conhecido [...] (ENTREVISTADA 1, 2015).

Na tentativa de dar visibilidade ao CEMEMOR, chama-nos a atenção, também o processo de tratamento de acervo. Para tanto, precisamos analisar o processo de aquisição de acervo e como ele é composto.

Nesse quadro, o processo de aquisição de acervo é marcado por doações, principalmente de livros. O Prof. João Amílcar Salgado, que, além de ser idealizador do CEMEMOR, não mediu esforços para proporcionar a formação de grande parte do acervo existente. Hugo (2010) afirma que doações chegavam a todo o momento, de

colaboradores do centro de memória, de entusiastas da história e da ciência médica, de familiares de médicos falecidos, etc.

Salgado [s.d.] elucida, ainda, que as famílias de alguns médicos passaram a doar os livros para o centro, enquanto outros preferiam vendê-los a sebos.

> Recebemos doações de alguns livros inestimáveis de historiadores e intelectuais de Portugal, China, México, França, Haiti, Inglaterra, Argentina, Alemanha e Peru. Cresce a coleção de história da medicina de países, estados e cidades, bem como de história das escolas médicas. Outra coleção importante é a de biografias e autobiografias de médicos ou de história de doentes célebres ou de ficção referente à saúde (SALGADO, [s.d.]).

Observa-se, ainda, que não havia um critério para o recebimento de acervo, expandindo-se para além da fronteira do Brasil, como afirmado no trecho acima citado. Assim, o acervo cresceu expansivamente e não havia, até 2014, tratamento, ou seja, a prioridade era apenas o recebimento.

> O Centro de Memória da Medicina são oito salas e tudo “atulhado” de coisas sem processamento, sem nenhum tipo de identificação. Era identificado por que o professor que criou sabia falar sobre aquilo, mas não havia uma ficha de identificação. E também não se sabia o que tinha lá dentro, por que eles recebiam doação de caixa fechada... Então você chegava lá e tinha doação do professor “fulano do de tal” que morreu e a viúva mandou. Então chegava aquilo lá e não tinha quem para trabalhar com aquilo e aquilo ficava lá. Então, quando a gente chegou havia oito salas de materiais “atulhados”. A gente fez a medição subindo em uma escada na porta, olhando por cima e calculando os metros lineares. Não tinha como entrar nas salas (ENTREVISTADA 2, 2015).

> Antes aceitava tudo e não fazia seleção de nada. Agora nós selecionamos. Nós vamos receber uma doação, eu já conversei e expliquei quais são as condições da gente aceitar e o pessoal topou e vai assinar um termo de doação. Agora está documentado. [...]. Muitos acervos vieram da instituição... Várias coisas que a biblioteca já deveria estar reciclando e veio parar aqui [...]. Tem departamentos que desce com o acervo para cá perguntando se nós não temos interesse. Têm outras instituições, a Associação Médica perguntou se..., né? É tipo um Centro de triagem, reciclagem e transformação (ENTREVISTADA 1, 2015).

Diante disso, o CEMEMOR conta hoje com um vasto acervo com características de arquivo, biblioteca e museu. Exemplificando, há objetos tridimensionais (instrumentos cirúrgicos, móveis, peças de vestuário, quadros, esculturas e etc.), acervo bibliográfico (livros, teses, periódicos, separatas, folhetos, dicionários e etc.) e arquivo (documentos diversos, fotografias e convites de formatura de ex. alunos, fotos históricas, correspondências e etc.).

> Nesse sentido, a falta de uma política de seleção pré-estabelecida e sem critérios de limite histórico, propiciou o recebimento de obras de todas as áreas do conhecimento e de todas as datas, gerando um volume enorme de

> exemplares em duplicatas e de obras sem interesse ou relevância para o CEMEMOR (HUGO, 2010, p. 15).

Em contrapartida, Hugo (2010) atenta-nos para o fato de que o não estabelecimento, inicialmente, de uma política de acervo de biblioteca e de arquivo tornou-se, atualmente, um dos maiores atrativos do CEMEMOR, seja pela raridade de seus exemplares ou pela importância de seus doadores.

> O CEMEMOR acumulou durante mais de 30 anos de existência, uma quantidade de livros, periódicos, documentos, instrumentos cirúrgicos, quadros, fotos e objetos diversos de inestimável valor histórico, que se encontravam armazenados e resguardados dos usuários, sem tratamento e conhecimento da comunidade (HUGO, 2010, p.16).

No ano de 2014 é estabelecida a Política de Desenvolvimento de Acervo para o CEMEMOR. Essa Política volta-se especificamente para o desenvolvimento de coleções da Biblioteca, apontando diretrizes para a organização do acervo bibliográfico atual, bem como o desenvolvimento de suas coleções (CEMEMOR, 2014). O objetivo geral e os objetivos específicos estão assim definidos:

> 1.1 - Objetivo Geral
> Preservar a memória da área bibliográfica médica localmente, nacionalmente e internacionalmente, considerando os critérios de raridade e o fator de ser o único exemplar existente na Universidade Federal de Minas Gerais mediante critérios e parâmetros representativos do objetivo do Centro de Memória.
> 1.2- Objetivos Específicos
> -Organizar o acervo da biblioteca do Centro de Memória da Faculdade de Medicina.
> - Desenvolver critérios norteadores para a organização e manutenção do acervo bibliográfico (CEMEMOR, 2014, p. 2-3).

Constata-se que ainda faltam diretrizes para a organização do acervo museológico e arquivístico já que “a documentação está daquele jeito [desorganizada], só você me contando. Não está organizada” (ENTREVISTADA1, 2015). A equipe, na tentativa de propor soluções, dedica-se à participação de cursos e minicursos nas áreas de Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Restauração de Documentos, História Oral e Iconografia.

O CEMEMOR conta com recursos provenientes da Rede de Museus, via Projetos submetidos a instituições mantenedoras, como CNPQ E FAPEMIG, e da própria Faculdade de Medicina.

> Inclusive esse ano, por conta da greve [na Universidade], nós tivemos que devolver um dinheirão. Por quê? Por que a secretária, que tem que secretariar não consegue colocar no sistema. Antes da greve... Então as compras não foram feitas. As compras que foram feitas, porque eu fui lá “fuçar”, o moço me deu autorização e eu aprendi a usar o sistema. Porque se

> não nós iríamos devolver 40 mil reais, tá? E o pessoal da Rede fica brigando para receber oito mil reais (ENTREVISTADA 1, 2015).

Assim, há um problema institucional de falta de responsabilidade de funcionários pertencente ao quadro da Universidade, o de não responder pelas suas atividades e deveres que lhe são demandados.

Além disso, entende-se que o CEMEMOR, apesar de possuir em seu espaço físico um acervo tão valioso, não possui infraestrutura necessária para uma correta salvaguarda, segurança e conservação dos exemplares que dispõe (HUGO, 2010). Mas isso não pode ser impedimento para o trabalho de organização e disponibilização do acervo para os consulentes[12]. Nesse sentido, compreende-se que alguns apontamentos podem ser válidos na tentativa de propor a missão para o CEMEMOR e uma direção para o tratamento do acervo que o pertence, principalmente no que diz respeito ao acervo arquivístico.

Diante do exposto, a autora Fontanelli (2005) assegura que

> [...] a missão do centro de memória e a função que os documentos preservados e organizados representam são questões fundamentais a se levar em conta durante o processo de constituição do setor, para que as atividades e o valor atribuído aos documentos ou mesmo sua missão não sejam desvirtuados (FONTANELLI, 2005, p.14).

Assim, definir a missão do centro de memória é entender qual é a dimensão, até mesmo geográfica, que o Centro pretende abranger: Faculdade de Medicina, Medicina em Belo Horizonte e/ou Medicina no Brasil.

As primeiras fases seriam a realização de um bom planejamento de qual acervo demanda mais cuidado e é mais procurado em termos de pesquisa, para, assim, continuar buscando recursos financeiros de projetos via agências mantenedoras, visando a obter recursos para o desenvolvimento das atividades, bem como para a contratação de bolsistas. O ideal é que existissem projetos distintos para as questões museais, arquivísticas e biblioteconômicas. No que diz respeito aos acervos arquivísticos, cabe lembrar que esta é uma função da universidade, prevista em legislação. Não se trata de constituir coleções de documentos de arquivo, mas sim de implementar a gestão de documentos, respeitando o tratamento documental nas várias fases de seu ciclo de vida: corrente, intermediário e permanente.

[12] O trabalho de Ana Cecília Rocha Veiga intitulado: "*PROJETO CEMEMOR: Museu, Arquivo Documental e Biblioteca da Medicina*" (In III Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2013), propõe um projeto museográfico e expográfico, esclarecendo a necessidade de revitalização do espaço físico.

Merece também atenção a necessidade de se reelaborar, consolidar e institucionalizar um Regimento Interno e uma Política ou Linha de Acervos, para que, independentemente da equipe de trabalho sofrer alterações ou não, as rotinas possam ser seguidas. Assim

> Quando se levanta, hoje, a questão da importância de se discutir as linhas de acervo que devem ser definidas pelos centros de memória e de documentação, é porque se trata de questão estratégica, fundamental, já que assim se organiza o conhecimento. O conhecimento é especializado, as pessoas acessam a informação dessa maneira (CAMARGO, 1999, p. 55).

A segunda fase é entender a história do acervo na busca por discernir o que é doação (proveniência externa), como por exemplo, doação de professores, médicos, estudiosos, dentre outros. Do mesmo modo, é também compreender o que é institucional, ou seja, o que foi produzido pela Faculdade de Medicina e está sobre a guarda do CEMEMOR. Vale salientar que a separação dos acervos de biblioteca, arquivo e museu não serão importantes para a organização intelectual dos documentos. Pois, a exemplo, nos arquivos produzidos pela Faculdade de Medicina pode haver documentos com características de arquivo, biblioteca e museu.

Compreendida a proveniência dos acervos, é plausível reconhecer o que possui a característica de arquivo e de coleção. Entendido isso, deve-se tentar reconstituir a ordem original do acervo doado ou recolhido. Recomenda-se, dessa forma, que o tratamento de arquivo siga as normas e os procedimentos estabelecidos pela Arquivologia. Para isso, é viável os estudos de tal área, concomitante aos trabalhos a serem realizados. Assim, parcerias estabelecidas entre profissionais, docentes e discentes da Escola da Ciência da Informação seriam riquíssimas.

De um modo geral, identificado o que seria Arquivo Institucional e o que seria Arquivo Pessoal, realiza-se uma higienização do acervo. Tenta-se, depois ou concomitantemente, reestabelecer a lógica intelectual dos documentos com base na estrutura organizacional da instituição ou da vida da pessoa[13] que refletirá no

---

[13] No trabalho com os Arquivos Pessoais, cada acervo precisa ser reconhecido como um conjunto portador de uma identidade própria. Os trabalhos listados a seguir podem ajudar elucidar tal questão.
I) GOMES, Ângela de Castro. Arquivos pessoais, desafios e encantos. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Ano XLV, nº 2, jul-dez, 2009.
II) GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 11, 1993.
III) HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos Pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS; ROUCHOU; HEYMANN (Orgs.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
IV) HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.
V) HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Ano XLV, nº 2, jul-dez, 2009.

estabelecimento do(s) Quadro(s) de Arranjo. Este último sendo estabelecido, avança-se para as próximas etapas do tratamento técnico: classificam-se e descrevem-se os documentos[14], dando origem ao Inventário (instrumento de pesquisa).

Camargo (1999) argumenta que um grande problema é o processamento e a organização dessas grandes massas documentais acumuladas para que efetivamente sejam utilizados. Ou seja, todas essas etapas propostas são necessárias para a disponibilização dos arquivos/coleções aos pesquisadores, consulentes e interessados. Não faz sentido o esforço do tratamento técnico para, em seguida, manter-se tudo fechado e não disponível. Concordando com a afirmação HUGO (2010), salienta-se que

> Para que o Centro de Memória cumpra a sua finalidade, necessário se faz que a organização de seu acervo, a preservação das fontes documentais, a acessibilidade aos exemplares raros e preciosos e a disponibilidade das informações neles contidas sejam garantidas (HUGO, 2010, p. 16).

Atualmente, pensa-se na possibilidade de digitalizar documentos do Centro de Memória da Medicina. “Agora nós estamos tentando ver se nosso scanner vai vir. Nossa proposta agora de organização (entre aspas) da documentação é escanear essa documentação e pelo menos tornar mais fácil encontrar o que é isso aqui” (ENTREVISTADA 1, 2015). Nesse sentido, vale o esclarecimento

> A adoção de um processo de digitalização implica no conhecimento não só dos princípios da arquivologia, mas também no cumprimento das atividades inerentes ao processo, quais sejam a captura digital, o armazenamento e a disseminação dos representantes digitais. Isto quer dizer que os gestores das instituições arquivísticas e os demais profissionais envolvidos deverão levar em consideração os custos de implantação do projeto de digitalização, compreendendo que um processo como este exige necessariamente um planejamento com previsão orçamentária e financeira capazes de garantir a aquisição, atualização e manutenção de versões de software e hardware, a adoção de formatos de arquivo digitais e de requisitos técnicos mínimos que garantam a preservação e a acessibilidade a curto, médio e longo prazos dos representantes digitais gerados (CONARQ, 2010, p.4).

Vale ressaltar que a ideia de digitalizar os documentos só é interessante para maior divulgação quando os documentos estão organizados intelectual e fisicamente. Não adianta a digitalização se a desorganização for transferida para o meio eletrônico.

VI) HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos,** Rio de janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.
VII) HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio cultural**: reflexões acerca da produção de legados. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005

[14] Para essa etapa indica-se a leitura da Coleção "Como Fazer" do Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2000.

> Antes do início do projeto, pressupõe-se que o tratamento arquivístico dos documentos e a avaliação e seleção dos conjuntos documentais a serem digitalizados, já tenham sido desenvolvidos, e que o acervo arquivístico selecionado tenha sido previamente higienizado, identificado e organizado (arranjo, descrição e indexação) (CONARQ, 2010, p.6).

Diante do exposto, entende-se que o trabalho de conscientização da equipe de trabalho é muito importante. A organização de acervo é, por vezes, lenta e gradual e por isso demanda um bom planejamento e esclarecimento das atividades, funções e demandas que devem ser exercidas por cada representante da equipe do centro de memória.

2.3.2 O Centro de Memória da Enfermagem (CEMENF)

O Centro de Memória da Enfermagem da UFMG (CEMENF) está situado na Escola de Enfermagem, no campus saúde da UFMG. Formalmente criado em 22 de fevereiro de 2006, merece atenção por ter representado os alicerces que por anos anteriores favoreceram a preservação da memória da Escola de Enfermagem.

A Escola de Enfermagem da UFMG, como é denominada nos dias atuais, nasceu como Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC) e foi criada em 7 de julho de 1933, pelo Decreto estadual nº 10.952, durante o governo de Olegário Maciel, conforme pode ser verificado a seguir:

> A trajetória histórica da Escola de Enfermagem pode ser visualizada em dois grandes períodos comportando cada um, distintas fases: Primeiro período – de 1933 a 1968 – que corresponde à fundação da Escola e sua subordinação administrativa à Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (1933-1949) e sua subordinação à Faculdade de Medicina da UFMG (1950-1968). Segundo período – de 1968, aos dias atuais – que corresponde a sua desanexação da Faculdade de Medicina, que ocorreu em 28 de fevereiro de 1968, quando passou a ser denominada Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais – EEUFMG. A partir da desanexação, a Escola sofreu alterações, passando a ter a mesma autonomia de gestão – administrativa, financeira e de ensino – que as demais Unidades da UFMG (CENTRO DE MEMÓRIA DA ENFERMAGEM DA UFMG, 2015).

Contudo, é somente na década de 1980 que começam a surgir as ideias de resgatar a memória da instituição. Ressalta-se que

> O primeiro marco da criação do Centro de Memória é da década de 1980, quando a Prof[a]. Isaltina Goulart de Azevedo começou a localizar e reunir documentos históricos. Outra iniciativa que teve o objetivo de resgatar a memória da Instituição foi o projeto de pesquisa intitulado “A História da Escola de Enfermagem Carlos Chagas: da sua criação à sua independência” desenvolvido por membros do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Quotidiano em Saúde – NUPEQS. Tal projeto desencadeou a constituição do Acervo Oral da Escola de Enfermagem Carlos Chagas– AOEC/NUPEQS (CENTRO DE MEMÓRIA DA ENFERMAGEM DA UFMG, 2015).

Também importa evidenciar que na década de 1990 começam os discursos sobre a constituição de um Centro de Memória da EEUFMG, resultando em pesquisas e projetos sobre a Escola e assim, concomitantemente, na organização de parte dos arquivos documentais e acervos bibliográficos.

Toda essa documentação localizada e reunida pela professora Isaltina Goulart de Azevedo e o acervo oral produzido pelo NUPEQS – somado a “móvel velho e aquelas coisas... Objetos antigos [...] e o Centro de Memória – ganhou uma salinha aqui na Escola no quarto andar, que ficou todo esse material” (ENTREVISTADA 2, 2015).

> Esses movimentos conduzidos por professoras e funcionários interessados na história da enfermagem contaram com o incentivo e o apoio fundamentais de programas de fomento à pesquisa do CNPq e da FAPEMIG, bem como das diretoras da Escola, nas gestões de 1994-1998 e 1998-2002. Encontram, portanto, respaldo institucional e são fortalecidos na gestão 2002-2006, quando o Centro de Memória ganha um espaço físico para sua constituição de fato (CENTRO DE MEMÓRIA DA ENFERMAGEM DA UFMG, 2015).

Uma das entrevistadas destaca a importância desse espaço físico para a constituição e formalização do centro de memória:

> Em 2005 – 2006 foi a transferência [...], construíram o prédio novo e a diretoria da Escola passou para o prédio novo e aí então nesse espaço que era a recepção, a diretoria, vice-diretoria e etc. vagou e nós tivemos a sorte que o diretor na época tinha interesse nessas coisas e ele falou que iria trazer o centro de memória para esses espaços livres. Com a vinda do Centro de Memória para um espaço maior que a gente podia expandir mais as coisas, passou na Congregação, foi feito um Regimento e aí oficialmente o Centro de Memória foi criado (ENTREVISTADA 2, 2015).

Também merece destaque um episódio relevante que antecede a data oficial de criação do CEMENF: a tentativa de organização do “arquivo morto” (SIC) da Escola de Enfermagem em 1999:

> Em 1999, outra iniciativa foi da Professora diretora Roseli Rosângela de Sena, na qual ela quis enfrentar o Arquivo Morto da Escola. Eu acho que alguém precisa enfrentar o Arquivo, que é quase uma guerra. Então ela me colocou lá e me deu funcionário, geralmente são os funcionários rejeitados que tem problemas nos outros setores... Eu ganhei dois funcionários assim. Mas a gente começou a trabalhar no tal Arquivo Morto. Essa história do Arquivo Morto é complicada por que... Isso aqui [a entrevistada mostra o arquivo atualmente] ainda é... Estamos tentando dar o tratamento para ser o Arquivo Permanente da Escola. Mas na época que a gente olhou, era uma salinha no porão da Escola com tudo e... Caixas, coisas jogadas,... E ali tinha: apostila, apostila de aluno, cartilha, né. Não só a documentação, mas resto de coisas, de campanha que faziam. Aí nesse primeiro momento a gente fez uma triagem de material que poderia vir para o Centro de Memória, que também é um outro ponto dessa história. Então assim, a gente começou a definir que o que fosse 1968, a Escola Carlos Chagas era até 1968... A gente começou a ver o que poderia ser... O que estava naquele Arquivo

> Morto e que seria histórico. Começamos a mandar essas coisas para essa sala do quarto andar que até então não era um Centro de Memória [...] O que nós fizemos foi tirar do buraco e colocar no quinto andar (ENTREVISTADA 2, 2015).

A partir da sua criação, em 2006, estabeleceu-se o Centro de Memória da Enfermagem como um órgão de assessoramento da Diretoria Geral da Escola, em assuntos referentes à memória e história da saúde, da enfermagem e da nutrição. E os objetivos ficaram assim estabelecidos:

> I – preservar a memória e a história da Escola de Enfermagem da UFMG (EEUFMG);
> II – constituir e preservar acervos documentais da EEUFMG, cuidando de seu tratamento, da sua organização e conservação;
> III – constituir espaço de reflexão e produção de conhecimento no campo da história da saúde e da educação em saúde;
> III – desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória científica e tecnológica na área da saúde em Minas Gerais;
> IV – promover e integrar estudos e pesquisas da história da educação em saúde, da enfermagem e da nutrição (CENTRO DE MEMÓRIA DA ENFERMAGEM DA UFMG, 2015).

Nota-se, nesse caso de centro de memória, uma clareza na delimitação da preservação da memória e da história. Pode-se mesmo afirmar que, em nossa pesquisa, apenas a Escola de Enfermagem da UFMG avançou nesse propósito com clareza, bem como destacou a presença de grupo de estudos e pesquisas, traço também presente em outros centros de memória.

Contudo, é notável que alguns objetivos já registrados precisem passar por uma revisão no Regimento, uma vez que a proposta de laboratórios de pesquisa não é uma realidade prática e o espaço dedicado à pesquisa de grupos cedeu lugar ao arquivo institucional, que agora é encargo do CEMENEF.

> Ele precisa ser atualizado com relação aos laboratórios, porque definitivamente não funciona em termos de laboratório de Enfermagem, laboratório de educação e história. É... Não é mais essa estrutura. O que a gente tem que eu acho que precisa ser colocado é essa preocupação com a documentação... Com o acervo. A gente ampliou de 2006 para cá a ideia do que seja o acervo do Centro de Memória [...] isso [o “Arquivo Morto”] está fisicamente aqui no Centro de Memória [...] O fato de isso está aqui é uma garantia da preservação dessa documentação, né. Então eu acho que a permanência e a sobrevivência do Centro de Memória depende muito do que a gente faz hoje em termos de preservação de acervo e documento (ENTREVISTADA 2, 2015).

Abrange ainda a preocupação supracitada a presença de documentos da antiga Escola Carlos Chagas nos atuais setores pertencentes à estrutura administrativa da Escola de Enfermagem da UFMG:

> Quando estamos falando de Centro de Memória estamos falando de um material histórico e que ficou definido inicialmente que seria até 1968, que é o material da Carlos Chagas. Mas tem uma série de outros materiais que são históricos e não são de arquivo e que foi ficando lá, né. Então as pessoas começaram a doar, por exemplo: um setor de laboratório daqui vai desocupar, e aí vamos jogar fora? Não, aí manda para as coisas para o Centro de Memória. Quer dizer, a gente começou a ver que a gente não tinha só um acervo até 1968 e que é impossível a gente fechar um acervo até 1968 se a Escola continua viva. O acervo da Carlos Chagas é fechado, porque já acabou a Escola. Mas a Escola é viva e continua produzindo. Então a gente... Eu, pessoalmente, tentei isso muito junto a diretoria para a gente trazer o Arquivo ["morto"] para cá. Porque as condições desse Arquivo... [...] Eu desmontei o laboratório daqui... E... Para a gente descer o Arquivo. Agora a fase de trabalho do Centro de Memória é a gente tentar organizar o Arquivo. Inclusive, está sendo interessante essa fase porque a gente está... Ao tentar começar a conversar nos setores, igual a gente foi na semana passada na sessão de ensino, a gente viu que tem material da Carlos Chagas lá. Porque como não tem uma política de acervo, na Universidade, na Escola, não tem em lugar nenhum, essas coisas vão acontecendo. Na verdade o acervo do Centro de Memória não está fechado ainda, tem coisas espalhadas na Escola e as pessoas falam claramente assim: Está guardado aqui porque a gente tem medo de isso sumir. Então a gente já viu que tem material na Sessão de Ensino, provavelmente deve ter material no setor de pessoal (ENTREVISTADA 2, 2015).

Assim, o acervo do CEMENF não é considerado fechado e é composto por documentação escrita e oral, iconografia, equipamentos e instrumentos de trabalho da enfermagem, assumindo a característica de ser um acervo híbrido, com itens documentais de arquivo, biblioteca e museu.

Ademais, vale ressaltar as etapas do processo de organização desse acervo. A primeira etapa caracteriza-se como a organização da exposição permanente:

> Uma das primeiras preocupações e que custou muito tempo, até porque envolvia dinheiro foi à exposição que é pequenininha, é simples, mas é algo que fica disponível para as pessoas fazerem uma consulta e a gente tem uma vantagem que o Centro de Memória é ao lado do auditório da escola, então tem muito evento... E a gente sempre ficava com essa preocupação: não tem sentido uma salinha, no quarto andar, no final do quarto andar, que ninguém vê e até para a gente conseguir apoio da pró-reitoria de extensão, que era o objetivo que a gente fosse... Funcionasse como uma atividade de extensão tinha que abrir ao público. Então a primeira coisa que a gente fez foi cuidar da exposição, isso demorou um três ou quatro anos por que... Recurso. Para fazer essa salinha pequena foram uns três anos (ENTREVISTADA 2, 2015).

Nessa direção, percebe-se uma preocupação explícita de o CEMENF em atuar na composição do pilar extensionista da Universidade Federal de Minas Gerais, tornando-se não apenas um lugar de pesquisa, mas também um espaço de troca de conhecimento entre sociedade e comunidade universitária. Ao mesmo tempo, esse movimento dá visibilidade ao Centro para com os alunos, pesquisadores, visitantes e etc.

Embora essa exposição tenha levado muito tempo para ser aberta ao público, as pesquisas no CEMENF permaneceram acontecendo, pois a documentação da Escola Carlos Chagas estava, e continua estando, disponível para os consulentes. Desse modo, destaca-se que

> A parte de pesquisa sempre funcionou, pois como o acervo da [Escola] Carlos Chagas já estava organizado, ele sempre foi disponibilizado para a pesquisa. Então existia um público de pesquisa que é pequeno, né. Às vezes é uma pessoa só que vem durante meses [...] (ENTREVISTADA 2, 2015).

O Catálogo Geral[15] referente ao acervo da Escola Carlos Chagas encontra-se disponível no sítio eletrônico do Centro de Memória da Farmácia da UFMG. Em modelo Excel, há um documento divido em cinco planilhas, denominadas sucessivamente: I) CAIXAS: Documentação Escrita e Oral; II) DOCUMENTOS A_Z: Documentação Escrita- Relação por ordem alfabética; III) LIVRO DE REGISTRO: Relação de Livros- Registros; IV) QUADRO DE DEPOIMENTOS por- Acervo Oral da Escola de Enfermagem Carlos Chagas- AEOC/ NUPEQS; V) OBJETOS: Relação de Utensílios, Equipamentos e Móveis.

Analisando especificamente as planilhas e também o site que as hospeda, causou-nos surpresa a ausência do Quadro de Arranjo estabelecido para a organização dos documentos. Ainda assim vê-se que os documentos, principalmente no que diz respeito às planilhas um e dois, podem ser localizados por caixa e/ ou por ordem alfabética.

Nessa direção, do ponto de vista da Arquivologia, e talvez pela ausência de profissional capacitado no momento da organização do acervo[16], nota-se que alguns pontos são passíveis de dúvidas. Para exemplificar, na planilha número 1, na caixa 22 há a categoria *Seção de Pessoal* e já na caixa 23 há a categoria *Documentação Pessoal de algumas professoras da EECC das décadas de 1930/50*. Existindo uma categoria maior, chamada de *Seção Pessoal,* é justificável que a categoria *Documentação Pessoal de algumas professoras da EECC das décadas de 1930/50* seja uma subcategoria da *Seção de Pessoal,* já que tais professoras pertenciam ao quadro de discentes da Escola Carlos Chagas.

Apesar disso, ressalta-se a importância desse trabalho, principalmente da descrição analítica, ou seja, de documento a documento, no sentido de dar acesso e visibilidade ao acervo para pesquisadores, usuários e interessados na temática.

---

[15] O Catálogo Geral do Acervo pode ser consultado e está disponível em: http://www.enf.ufmg.br/centrodememoria/catalogo.php.

[16] Até o ano de 2012 há uma escassez do Profissional Arquivista em Minas Gerais. A criação do curso de Arquivologia na UFMG só acontece em 2009.

Outra face do Catálogo é a planilha 4, que diz respeito ao Quadro de Depoimentos que compôs a pesquisa do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Quotidiano em Saúde, o NUPEQS. Chama-nos a atenção o termo Acervo utilizado no título "*Acervo Oral da Escola de Enfermagem Carlos Chagas– AOEC/NUPEQS*". Verifica-se que o acervo é do NUPEQS e não da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, embora os depoimentos sejam referentes à Escola. Diante disso, sugere-se que o termo possa ser substituído por coleção, que, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é o "conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente (BRASIL, 2005, p. 52)".

A outra etapa de organização do acervo é a tentativa de disponibilizar para consulta o Arquivo da Instituição que passou a compor o CEMENF, como já foi apresentado, pois "se a gente tem pretensão de ter memória dessa escola, a gente tem que cuidar desse arquivo que está aqui" (ENTREVISTADA 2, 2015). Para isso o Centro organizou-se da seguinte maneira:

> A gente é vinculado à Rede de Museus, que é a média de bolsistas que cada espaço consegue ter pela Rede e com a transferência do Arquivo para cá [CEMENF] a diretora da Escola disponibilizou uma bolsa a mais, que é uma bolsa de uma aluna do curso de Gestão de Serviços de Saúde, que funciona aqui [Escola de Enfermagem da UFMG] a noite, e essa menina veio para ajudar no Arquivo. Como a gente tem uma perspectiva de bolsa muito pequena para o ano que vem [2016], o que a gente fez: a menina que é da Rede de Museus e que trabalharia para dar conta do centro de memória, ela também está aqui. Só que as duas meninas não são da área de Arquivo, então eu fiquei no pé do pessoal da DIARQ [Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG] para me ajudar nessa questão, que eles tinham que me dá orientação, porque se eu tivesse orientação do setor de arquivo eu podia trabalhar com essas bolsistas que eu tinha aqui. E ai, agora em setembro [2015], a DIARQ me disponibilizou uma bolsista de graduação e tal, mas a menina está formando no fim de ano, já era bibliotecária então ela já tem um trato já com essa coisa, e essa menina ela está trabalhando aqui e em conjunto com o pessoal da DIARQ. Então ela vai a DIARQ conversa lá com eles sobre os problemas que a gente tem, volta aqui... Agora nós estamos trabalhando com contabilidade que é a área de prioridade, porque tem Tribunal de Contas [...] (ENTREVISTADA 2, 2015).

Martins (1992) entende que há um campo de trabalho aberto no que se refere à organização de arquivos científicos e históricos nas universidades. Esse trabalho deve dar-se o quanto antes, para que não corramos o risco de perder nossa memória científica.

Nesse sentido, conforme já mencionado no trecho acima citado, há uma dificuldade, não somente da Escola de Enfermagem, mas também no âmbito Universitário em se contratar profissionais qualificados para atuar nesses espaços.

> O triste é que as duas bolsistas que eu tenho estão formando, então o ano que vem [2016] vai começar tudo de novo, né. Talvez tenha que montar a

> equipe toda, mas... Porque eu não sei se essa menina da DIARQ vai formar e as duas meninas que eu tenho comigo também formam. A gente vai começar do zero, mas se pelo menos eu tiver um procedimento já definido para a questão da Contabilidade já ajuda a começar o trabalho de novo, né. Quer dizer, o ideal é que tivesse um funcionário, um funcionário para o Arquivo, mas a gente não tem um funcionário, como não tem Arquivista, não tem Museólogo, não tem Restaurador, não tem... Mas ai, eu acho que é um problema, também, sério dos Centros de Memória, né (ENTREVISTADA 2, 2015).

Vê-se, desse modo, que o CEMENF assumiu a responsabilidade de guardar e organizar o arquivo que deveria ser de responsabilidade da Escola de Enfermagem da UFMG, bem como da universidade. A presença de profissionais qualificados pertencentes ao quadro de funcionários da Universidade faz-se real e urgente, devido à responsabilidade assumida pelo CEMENF e esse apenas poder contar com estagiários.

Portanto, dada ausência da gestão documental e a ausência de procedimentos estabelecidos para organização e tratamento de acervo, os centros procuram exercer suas atividades dentro das possibilidades existentes. É plausível dizer que há uma necessidade urgente de estabelecer procedimentos para organização de acervo, principalmente no que diz respeito aos que estão sob a custódia dos centros de memória.

2.3.3 Centro de Memória da Engenharia

O Centro de Memória da Engenharia tem como idealizadores os membros da Associação dos ex- alunos da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (AEAEEUFMG). Em 29 de janeiro de 1993 é criado o convênio entre a Associação e a Escola de Engenharia da UFMG, objetivando a instituição do Programa de Memória da Engenharia. O texto cedido pela AEAEEUFMG e citado por Carneiro (2013) esclarece

> Acredito que não se deve delegar ao esquecimento as realizações do passado, a Associação dos Antigos Alunos da Escola de Engenharia da UFMG, a Escola de Engenharia da UFMG e a UFMG vêm de assinar um convênio para a criação do Centro de Memória da Engenharia, cabendo à Associação a sua instalação e administração. É um sonho acalentado desde 1981 e só agora começa a se concretizar, após uma luta de 13 anos (CENTRO DE MEMÓRIA DA ENGENHARIA, [1994], p. 1).

Segundo Carneiro (2013), o Centro de Memória da Engenharia tem como intuito “a reunião a manutenção do acervo técnico-científico e cultural da Escola de Engenharia, de seus fundadores, professores, funcionários e ex-alunos, no seu contexto histórico, para a preservação de sua memória” (CARNEIRO, 2013, p. 45).

Chama-nos a atenção o fato de que o Centro de Memória da Engenharia tem sede no centro de Belo Horizonte, à Rua da Bahia, nº 52, prédio que já foi sede do Instituto de Química da Escola de Engenharia da UFMG e hoje pertence ao conjunto arquitetônico da Praça Rui Barbosa - Praça da Estação, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA). Assim, é o único centro de memória que não está localizado no campus Pampulha ou no campus Saúde.

Apesar do convênio, as despesas e recursos financeiros do Centro de Memória da Engenharia são de responsabilidade da AEAEEUFMG, que deverá gerenciar e captar recursos para o devido espaço. A função da UFMG voltava-se, portanto, para a captação de recursos via órgãos das três instâncias do poder.

Cabe mencionar que a Associação encontrou muitas dificuldades para a concretização do Centro de Memória da Engenharia. Pontua-se que a principal dificuldade foi a implantação e obtenção de apoio à ideia dentro da própria universidade (CARNEIRO, 2013). Assim, a formulação do documento de regulamentação do programa Centro de Memória da Engenharia, aprovado em 29 de junho de 1993, foi um passo de extrema importância para a implementação do Centro.

> O Programa Centro de Memória da Engenharia está subordinado à Diretoria da AEAEEUFMG e sua direção deverá ser constituída de um Conselho Deliberativo, composto por representantes da EEUFMG[17], da Associação, de órgãos de classe e empresas, conforme já previa o convênio e de uma Diretoria Executiva, composta por um diretor executivo e um vice-diretor, a serem indicados pela Diretoria da AEAEEUFMG e aprovados pelo Conselho Deliberativo e um secretário, a ser indicado pelo diretor executivo e aprovado pela Diretoria da Associação (CARNEIRO, 2013, p. 47).

Nota-se que a Associação não só enfrentou essa dificuldade como também inúmeras outras, como “indisponibilidade de recursos financeiros, falta de equipamentos necessários, de espaço apropriado, de pessoal habilitado para o trabalho e ausência de documentos importantes para a composição do acervo, relativos aos professores e ex-alunos da EEUFMG” (CARNEIRO, 2013, p. 50).

Carneiro (2013) evidencia que a intenção inicial era organizar diferentes arquivos relativos aos professores da EEUFMG e à história da EEUFMG, mas isso não se concretizou. Possivelmente, uma causa para a não efetivação da criação do arquivo consiste na indisponibilidade da documentação desejada. Assim, embora o Centro tenha planejado ter uma atuação não somente como um museu, seus propósitos permeavam por ter também uma biblioteca com publicações de professores

[17] Nesse tópico 2.3.3 a sigla EEUFMG se refere à Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

e ex-alunos e obras da engenharia em geral, de preferência antigas, assim como um anfiteatro.

> Percebe-se, no entanto, que com o passar dos anos, as atividades do Centro de Memória da Engenharia concentram-se em torno do museu e da biblioteca, de forma que, na atualidade, a quase totalidade dos trabalhos desenvolvidos por essa instituição gira em torno desses dois espaços [...] (CARNEIRO, 2013, p. 61).

Quanto ao espaço físico, o Museu está distribuído em um espaço com seis salões e possui um acervo com 899 objetos, entre aparelhos de medidas e máquinas de grande porte possuindo relação com a engenharia e o ensino dessa. Já a Biblioteca ocupa quatro salões e seu acervo é de aproximadamente 20.000 volumes, muitos raros e de autores renomados (CARNEIRO, 2013, p. 61).

O acervo foi constituído, principalmente por doações. Para isso, a equipe do Centro sensibilizou as empresas e órgãos públicos, professores, funcionários e ex-alunos da EEUFMG, por fim, "a sociedade como um tudo é também chamada a prestar sua colaboração, visto que toda participação será querida e bem recebida, posto que enriquecerá o acervo de memória do Centro" (CARNEIRO, 2013,p. 65).

> De um modo geral, os principais colaboradores do acervo do Centro de Memória da Engenharia são os professores e ex-alunos da EEUFMG, os departamentos da EEUFMG e do Instituto de Geociências da UFMG, a biblioteca da EEUFMG, o Centro de Memória da Medicina, os profissionais e empresas da área de engenharia, a Sociedade Mineira de Engenheiros, a Escola de Engenharia Kennedy, a Secretaria de Obras do Estado de Minas Gerais e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA- MG) (CARNEIRO, 2013, p. 66).

Um fato relevante chamou-nos a atenção: parte do material doado não era catalogado ao chegar ao Centro de Memória da Engenharia. Isto é, "Algumas doações eram simplesmente recebidas, não sendo processadas ou sistematizadas, eram instaladas provisoriamente no espaço disponível" (CARNEIRO, 2013).

Percebe-se que fato semelhante ocorreu em outros centros de memória da UFMG, como, por exemplo, na Medicina. A vontade de construir um acervo diversificado e o medo de "perder" acervo acabou levando muitos dos envolvidos nos centros de memória e documentação a negligenciar frente à necessidade da equipe processar, sistematizar e dar acesso ao acervo. De nada adianta um acervo diversificado se o acesso não lhe é possível. Assim,

> [...] é importante lembrar que, tanto quanto as demais instituições-memória, ele [um centro de memória] também deve ser considerado como um serviço de informação. Toda a massa documental nele preservada só terá importância se for utilizada pela comunidade interna, bem como por

> pesquisadores externos. Os profissionais do centro de memória se vêem, assim, obrigados a conhecer as demandas dos usuários, os procedimentos para o tratamento dos documentos e da informação neles contidas, como também sua disponibilização de forma clara e eficaz - tanto quanto deve ocorrer nas demais instituições-memória (FONTANELLI, 2005, p.87).

Mediante à desorganização que se encontrava o acervo do Centro de Memória da Engenharia, alguns membros da Associação, engenheiros de formação, mesmo sem os conhecimentos da Ciência da Informação, iniciaram o trabalho de organização do acervo por “assunto”(CARNEIRO, 2013).

> Tendo em vista que até esse momento, conforme já mencionado, o acervo do Centro encontrava-se, em grande medida, disperso, é possível dizer que esta sistematização por temática, realizada pelos próprios membros da Associação, significou um primeiro movimento de ordenação de todo o acervo, que possibilitou o estabelecimento de distinções e classificações entre os bens que o compõe (CARNEIRO, 2013, p. 70).

Na atualidade, com recursos via projeto de Lei de Incentivo à Cultura, o Centro de Memória conta com o apoio de uma bibliotecária, que tem analisado e catalogado cada publicação do acervo.

No que diz respeito ao acervo museológico, este também passou pela primeira organização realizada por alguns membros da Associação, porém, o acervo aumentou e nada mais foi feito para organizar os novos itens documentais. Em razão disso há uma grande expectativa de que o museu possa ter todo seu acervo criteriosamente analisado e catalogado. Um dos entrevistados na pesquisa de Carneiro (2013) evidencia:

> Nós conseguimos fazer uma primeira caracterização dos aparelhos e máquinas e colocamos plaquinhas em vários. Depois eu saí, a idade já estava se aproximando demais e depois foi recebendo mais coisa e ninguém fez mais nada, está tudo lá mais ou menos limpo, mas sem classificação, nem origem, nem nada (ENTREVISTADO 4, 2012 *apud* CARNEIRO, 2013, p. 71).

Percebe-se que o Centro de Memória da Engenharia, através do seu acervo, revela a vocação de preservar livros e peças museológicas que dizem respeito à profissão da Engenharia. Assim, “na perspectiva desses sujeitos, ao perderem seu valor de uso, os objetos científicos e tecnológicos assumem uma nova função: representar o avanço do conhecimento, dos objetos e das técnicas relativas à engenharia ao longo do tempo” (CARNEIRO, 2013, p. 72).

2.3.4 Centro de Memória da Farmácia (CEMEFAR)

O Centro de Memória da Farmácia está vinculado à Faculdade de Farmácia da UFMG e foi criado, oficialmente, em 2011. O projeto foi concebido anteriormente, em 2004, na gestão dos Diretores professores Gerson Antônio Pianetti e Jane Maciel Almeida Baptista (2000- 2004), tendo como pontapé inicial a preparação da mudança da sede da Escola da Unidade do Bairro Santo Agostinho para o Campus da UFMG na Pampulha.

> Ele [Prof. Gerson Antônio Pianetti] recolheu algumas peças que ele considerou que seria interessante guardar para preservar a memória do curso, da profissão... Com a intenção de criar um Centro, essa ideia foi ganhando corpo até que ele submeteu um projeto a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de pós-doutorado que desenvolveria pesquisa no Centro de Memória sobre a história da Farmácia, junto ou em alguma fase anterior, ele deu início ao projeto que foi submetido as instâncias internas daqui de criação do Centro, então ele recebeu apoio de uma Comissão que era basicamente a Professora Betania Figueiredo e a Professora Verôna Segantini, posso estar esquecendo alguém, que com bolsistas fizeram os inventários das peças que foram recolhidas e outras haviam sidos doadas e adquiridas de outras formas que formaram o acervo do Centro de Memória inicial. Então foi feito esse projeto, esse inventário do Centro e por ocasião do Centenário da Faculdade, o Centro de Memória foi inaugurado como um dos itens das festividades (ENTREVISTADA 3, 2015).

Como é possível perceber, o professor e atual diretor do CEMEFAR, Gerson Antônio Pianetti, foi de grande importância para a formação do acervo e para a institucionalização do referido centro.

Assim, a criação do CEMEFAR, conforme revelaram a entrevista e fontes utilizadas – como, por exemplo, Folder (2011) e textos científicos – está ligada à constante preocupação de pesquisadores nas áreas da farmácia e de história com o seu passado, no que concerne aos temas sobre instituições escolares, culturas da escola, educação em espaços não escolares, história do currículo, formação de professores, memórias da escolarização e processos educativos na formação dos sujeitos da educação especialmente interessados em debater sobre o patrimônio histórico e cultural do saber farmacêutico na sociedade brasileira.

> Dessa forma, o Centro de Memória da Farmácia- CMF ao disponibilizar seu acervo, proporcionará ao público informações que o possibilitará conhecer o ofício do farmacêutico e sua trajetória histórica em Minas Gerais, para provocar e estabelecer um diálogo ampliado entre a Faculdade de Farmácia e a comunidade (FOLDER, 2011).

Nesse sentido, apresenta-se os objetivos principais do CEMEFAR, que são:

> resgatar e preservar a história do ofício farmacêutico, a partir da vivência construída na UFMG pela Faculdade de Farmácia. Por meio da história do desenvolvimento dos saberes e práticas farmacêuticas no Brasil, busca estabelecer um vínculo que possibilita a interpretação, o reconhecimento e a construção de uma identidade da história sociocultural da Farmácia (CEMEFAR, 2015).

Observa-se que o acervo que compõe atualmente o Centro de Memória da Farmácia é formado por um conjunto de peças, maquinários e equipamentos utilizados no ensino da prática farmacêutica, os quais contribuíram para a formação de profissionais ao longo de um século de existência do curso de Farmácia da UFMG (FOLDER, 2011). Somando a isso, objetos foram recolhidos por meio de doações de pessoas envolvidas com a Faculdade de Farmácia da UFMG (CEMEFAR, 2015). Nota-se que o acervo é composto, sobretudo, por objetos musealizados caracterizado por

> Equipamentos como microscópios, destiladores, balanças e seus pesos, batedeiras, medidores, buretas, entre outros. Faz parte desse conjunto os documentos, livros e fotografias que registram a rotina da instituição de ensino superior em Belo Horizonte e de seu corpo docente e discente (FOLDER, 2011).

Percebe-se no site do CEMEFAR um link que dá acesso especificamente a dados sobre o acervo. Importa destacar, ainda, que ele é apresentado em cinco subseções, sendo elas: *Objetos Musealizados*; *Acervo bibliográfico*; *Arquivos institucionais*, *Arquivo iconográfico* e *Acervo audiovisual*.

Não há informações no site sobre o Arquivo iconográfico e o Acervo áudio-visual. A respeito disso a entrevistada revela-nos

> Nós temos [...] poucas fotos, alguns catálogos que a nós ainda não sabemos muito bem como iremos tratar. [...] A foto... É um acervo tão pequeno que a gente não se preocupou com ele ainda [...] (ENTREVISTADA 3, 2015).

Sendo assim, acreditamos que a atenção e a vocação do CEMEFAR estão mais voltadas aos *Objetos Musealizados*. Nesse sentido, tornam-se constante as atividades extencionistas de realização de exposições. Por exemplo, no primeiro semestre de 2014, aconteceu a exposição "*A essência da história da Faculdade de Farmácia/UFMG*".

> Promovida pelo Centro de Memória da Farmácia (CEMEFAR), a mostra retrata a história da Faculdade, ao longo de seus mais de 100 anos de existência, percorrendo a memória de suas moradias, eventos sócio-institucionais, formação acadêmico-profissional e lembranças materializadas em objetos e produções bibliográficas. Estão expostas fotografias antigas

> realizadas por alunos, professores, servidores e fotógrafos profissionais (NOTÍCIAS UFMG, 2014).

Outro exemplo e até mais atual, do segundo semestre de 2015, é a mostra "*Drummond: alquimia poética*", que

> reúne fotos, cartas e documentos acadêmicos inéditos de Carlos Drummond de Andrade, do tempo em que ele estudou na Faculdade de Farmácia da UFMG. "É a primeira vez que esse material é exposto", conta Lucinéia Bicalho, pós-doutoranda do Centro de Memória da Farmácia e organizadora da exposição. "Há, por exemplo, um requerimento de matrícula e atestado de bons antecedentes", diz. Algumas das cartas contêm poemas de Drummond. A exposição foi organizada com materiais doados por Georgeta Amorim, viúva de Antônio Martins Amorim, amigo que estudava com Drummond na Faculdade, e com outros documentos que já constavam nos arquivos do Centro de Memória da Farmácia (NOTÍCIAS UFMG, 2015).

Verifica-se também que o acervo de *Objetos Musealizados é* "composto, principalmente, por objetos utilizados no ensino e na pesquisa no âmbito da Faculdade de Farmácia/UFMG e de doações particulares feitas por pessoas ligadas à Farmácia, de alguma forma". Assim, os bolsistas fizeram um inventário das peças que foram recolhidas "e atualmente este instrumento está sendo completado a fim de que as informações sejam disponibilizadas virtualmente" (CEMEFAR, 2015).

Já o *Acervo bibliográfico* dispõe "de obras históricas ou raras de caráter bibliográfico, que se encontra disponível para consulta e pesquisa". Este acervo também está sendo catalogado, mas uma parte já está disponível para consulta no catálogo de bibliotecas da UFMG (Sistema Pergamum).

> [...] O nosso acervo bibliográfico está muito no início da catalogação. [...] A gente tem o apoio do pessoal da biblioteca [da Faculdade de Farmácia] para orientar o estagiário com relação à catalogação. Então é todo feito sob orientação do pessoal da biblioteca (ENTREVISTADA 3, 2015).

Chamou-nos a atenção, principalmente nesse centro de memória, os *Arquivos institucionais*, pois "o CEMEFAR possui acesso ao arquivo histórico da Faculdade de Farmácia da UFMG, o qual utiliza para desenvolver suas atividades de pesquisa e de divulgação da história da Farmácia" (CEMEFAR, 2015), ou seja, ele é uma fonte de pesquisa, mas não há desenvolvimento de nenhuma ação de tratamento e organização no arquivo por parte do centro de memória. Por essa razão, avaliou-se necessário entender como se deu o processo de organização desse Arquivo Institucional, que serve como base de pesquisa e é anterior à criação do centro de memória, voltando-se para os documentos institucionais da Faculdade de Farmácia.

O projeto que organizou esse arquivo foi um projeto piloto desenvolvido no período de 2004 a 2006, com aporte de recursos humanos e financeiros oriundos da Reitoria e da Faculdade de Farmácia (FAFAR). Observa-se que, mais uma vez, a Reitoria demonstra preocupação e investe em propostas para a temática dos arquivos produzidos pelas unidades acadêmicas da UFMG.

A escolha dessa unidade acadêmica, em específico, deve-se à acentuada preocupação que a FAFAR demonstrava com a organização dos seus arquivos. Desde o segundo semestre de 2002, por iniciativa da Diretoria, foi desenvolvido um projeto de organização da massa documental acumulada no Arquivo Central da unidade. Essa iniciativa facilitou os trabalhos do projeto piloto relacionados à identificação e avaliação da documentação (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 88).

> Na ausência de uma política de arquivos para o conjunto da instituição, várias unidades, institutos e departamento da UFMG implementaram medidas no sentido de salvaguardar suas respectivas memórias documentais (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 62-69).

O objetivo maior de tal projeto piloto foi conceber e implementar uma política de arquivos para UFMG, assegurando o apoio necessário ao planejamento, à tomada de decisões, assim como à preservação da memória técnico-científica e administrativa da instituição (SANTOS; SANTOS, 2012).

Verifica-se que, embora o projeto estivesse acontecendo na FAFAR, a proposta visava a atingir toda a Universidade. Assim, os objetivos específicos eram:

> -estruturar o Sistema de Arquivos para a UFMG de acordo com o conceito de ciclo de vida dos documentos (fases corrente, intermediária e permanente);
> -sistematizar a produção documental, evitando a proliferação desnecessária dos documentos;
> -desenvolver mecanismos para a recuperação de informações técnico-científicas e administrativas;
> -definir critérios e metodologias adequadas para conservação e preservação de documentos;
> -definir locais adequados para abrigar os arquivos intermediários e o arquivo permanente da UFMG;
> -definir critérios que permitissem as condições adequadas para a utilização de tecnologias de informação voltadas para o gerenciamento da informação arquivística (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 77).

Buscando atingir os objetivos propostos, optou-se por desenvolver o projeto piloto em três eixos pré-definidos e assim identificados:

> 1. Organização dos arquivos correntes, compreendendo o tratamento e a organização do conjunto de documentos produzidos e recebidos no desenvolvimento das atividades.
> 2. Organização da documentação acumulada e armazenada no Arquivo Central da FAFAR.

> 3. Análise da documentação eletrônica e estudo de software que atenda aos requisitos funcionais e às especificidades dos documentos arquivísticos produzidos em meio eletrônico (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 77- 78).

Nesse contexto, para iniciar o desenvolvimento das atividades propostas realizou-se a atualização dos dados sobre os documentos arquivados nos diversos setores da unidade. Santos e Santos (2012) revelam que, com base em um levantamento realizado no período de 1999-2000, estima-se que nesse período houve um aumento de 10% do volume de documentos produzidos até o ano 2004. Importa ressaltar, ainda, que não estava incluída nesse levantamento a documentação já armazenada no Arquivo Central.

> A ampliação das estruturas de ensino, aliada às atividades cada vez mais intensas de pesquisa e extensão, levou a um constante aumento da produção documental tanto nas atividades-meio quanto nas atividades-fim da instituição (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 69-70).

Ao analisarmos os dados apresentados no parágrafo anterior, é assustador averiguar que em quatro anos o aumento da produção tenha aumentado em dez por cento, revelando o quanto era, e ainda é, urgente uma política de arquivo para a UFMG.

Na época, decidiu-se que os trabalhos da equipe do projeto piloto iniciariam pela área acadêmica, sendo a Seção de Ensino o primeiro setor a ser atendido. Os primeiros documentos tratados foram os diários de classe (SANTOS; SANTOS, 2012). Além disso,

> Paralelamente, começaram a ser realizados os estudos dos processos acadêmicos, visando ao desenvolvimento da metodologia de organização dos documentos e de tratamento da informação para essa área. Para a realização desses estudos foi constituída uma comissão formada por membros do projeto representante da Diretoria da FAFAR, servidores da Seção de Ensino, coordenador do Colegiado e pela diretora do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 79).

Um dos resultados da criação dessa comissão foi a elaboração da versão preliminar do plano de classificação dos documentos e a tabela de temporalidade, bem como a aplicação desses instrumentos no arquivo corrente e nos documentos armazenados no Arquivo Central. Enfatiza-se que o produto de todo esse esforço de trabalho foi um Manual de Arquivos para a área acadêmica contendo os procedimentos operacionais referentes a cada ação a ser executada, o qual foi repassado e aos funcionários.

O projeto foi não só pontual na FAFAR, como possibilitou um Encontro de Gerenciamento de Arquivos na UFMG em 2005 que tinha como temática *“Projeto*

Piloto da Faculdade de Farmácia – Gerenciamento de Arquivos da Área Acadêmica". Santos e Santos (2012) esclarecem que o objetivo desse encontro pautava-se em apresentar aos servidores e representantes da área acadêmica de todas as unidades da UFMG o modelo concebido no projeto piloto, como pode ser verificado abaixo:

> Surpreendentemente, apenas seis das 19 unidades acadêmicas da UFMG compareceram ao evento [...], além de estudantes da área de Ciência da Informação e representantes da Administração. A ausência de cerca de 70% das unidades acadêmicas foi entendida pela equipe do projeto como sobrecarga de trabalho dos servidores. Foi considerada também a possibilidade de falhas na divulgação do evento (SANTOS; SANTOS, 2012, p.80).

Utilizando a mesma metodologia desenvolvida para a área acadêmica, conforme exposto anteriormente, foram feitos o tratamento e a organização da massa documental corrente e acumulada para os Centros de Estudos e Departamento Acadêmicos, bem como para Diretoria, Secretaria Geral e Congregação, segundo as especificidades. Já para o âmbito administrativo da FAFAR– Superintendência Administrativa, Contabilidade, Compras, Pessoal, Convênios, Serviços Gerais e Almoxarifado – utilizou-se e adaptou-se o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos da Atividade-Meio do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Por fim, percebe-se que o projeto piloto desenvolveu uma metodologia fundamental e ímpar para que a instituição UFMG impulsionasse a criação de uma proposta para revolucionar a questão dos seus arquivos/acervos. Santos e Santos (2012) enfatizam isso ainda mais ao declarar que

> Um dos resultados mais importantes do projeto piloto da FAFAR foi o desenvolvimento de uma metodologia para organização dos arquivos correntes, intermediários e permanentes da Universidade, bem como a elaboração de critérios de avaliação de documentos e de uma tabela de temporalidade documental para a UFMG (SANTOS; SANTOS, 2012, p.85).

As mesmas autoras chamam a atenção também para a inexistência de critérios para eliminação de documentos:

> Um aspecto capital a ser ressaltado diz respeito a algumas falhas encontradas na documentação em determinados períodos da história da FAFAR. Verifica-se, portanto, que a inexistência de critérios de eliminação de documentos na UFMG já causou prejuízos irreversíveis à FAFAR. A realização do projeto piloto veio contribuir para a solução desse problema, provavelmente, comum à maioria das unidades acadêmicas e órgãos administrativos da Universidade (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 86).

Ao longo de toda a pesquisa e até nas entrevistas realizadas com profissionais nos centros de memória e documentação, percebe-se que ainda hoje o descarte indevido de documentos é uma realidade que acontece na UFMG e contraria frontalmente as determinações da legislação federal.

> Isso é um problema. Ao não ter uma política, cada um dá o tratamento que for e o que é mais grave joga fora o que acha que não é. Eu escuto relatos de descartes pavorosos. E você não pode fazer nada, porque na verdade não tem nada para fazer em termos de orientação [...] (ENTREVISTA 2, 2015).

Infelizmente, esta metodologia de trabalho arquivístico não foi aplicada em outras unidades da UFMG e não teve continuidade na própria FAFAR, sendo finalizado em 2006 (marco temporal final do projeto piloto).

Finalmente, é evidente que o trabalho desenvolvido na Faculdade de Farmácia revela que o caminho será de muitos desafios, se levadas em consideração as complexidades, a história e as dimensões da Universidade. Ressalta-se, porém, que a UFMG "não poderá nem deverá ficar por mais tempo à margem do processo de organização da sua documentação, quer seja na preservação de sua trajetória, quer seja na eficiência de sua gestão administrativa" (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 87).

2.3.5 O Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (CEDOC - FaE)

O Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação-FaE foi criado oficialmente no ano de 2008 e é localizado dentro da "Biblioteca Professora Alaíde Lisboa de Oliveira". Convém evidenciar que, embora o CEDOC tenha sido criado em 2008, em relato no momento de inauguração, revela-se que a criação desse centro é um sonho antigo de muitos professores e profissionais atuantes na FaE.

> Se, no amplo âmbito da história, a inauguração está acontecendo hoje e pode parecer que estamos iniciando, isto não é verdade o sonho acalentado [...] de se ter um centro de memória completa [...] neste ano de 2008, 18 anos.
> É um centro que já nasce com sua maioridade [...] este sonho que hj se torna mais concreto [...] (DISCURSO DE INAUGURAÇÃO, 2008).

Menciona-se também, nesse momento de solenidade, que a criação de um espaço voltado para preservação da memória não deve causar espanto

> Assim como não deve causar estranheza a existência de um espaço dedicado à preservação da memória em uma Universidade que tem os olhos voltados para o futuro, pois o seu presente consiste na consciente formação

> de educadores, atrelando experiências passadas às contemporâneas. Com o pensamento na formação desses professores-educadores é que a FaE inaugura hoje o Centro de Memória (DISCURSO DE INAUGURAÇÃO, 2008).

O Centro de Documentação e Memória da FAE (nome utilizado no Regulamento) é subordinado diretamente à Direção da Faculdade de Educação e é administrado por um Diretor. As finalidades do Centro são assim definidas:

> - Abrigar os arquivos históricos desta Unidade Acadêmica, observando os critérios pré-estabelecidos pelo Conselho Diretor do referido centro;
> - Acolher coleções que tenham real valor para a memória da educação, conforme avaliação do Conselho Diretor;
> - Propiciar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão relacionadas às finalidades do CEDOC e da Faculdade de Educação (REGULAMENTO CEDOC, 2008).

Observa-se, dessa forma, que é responsabilidade do CEDOC abrigar os arquivos históricos da unidade acadêmica. Contudo, eles são tratados como coleção. Essa ideia de coleção deve-se, possivelmente, ao fato da "Coordenação Técnica ser exercida por um profissional bibliotecário(a) do quadro da Biblioteca da FaE e por designação da Chefia da mesma" (REGULAMENTO CEDOC, 2008).

Apesar disso, nota-se que o tratamento foi executado por uma Bibliotecária(o), devendo "obedecer à legislação em vigor e às normas e orientações do Arquivo Nacional do Brasil e da Comissão Permanente de Acervos da UFMG" (REGULAMENTO CEDOC, 2008). Ao analisarmos mais detalhadamente o Regulamento, é possível compreender que, além do CEDOC estar localizado dentro da Biblioteca, esta também é sua vinculação.

> Art. 2º - A Organização do CEDOC compreenderá:
> a)Conselho Diretor (alterada a ordem)
> b)Diretor/a
> c)Coordenação Técnica
> [...]
> Art. 3º - O Conselho Diretor do CEDOC será composto por cinco membros, sendo: um representante da Direção da FaE, três representantes dos projetos nele instalados e **pela chefia da Biblioteca** (grifo nosso, REGULAMENTO CEDOC, 2008).

Percebe-se, contudo, que o acervo do CEDOC, no momento da inauguração, já era significativo e que se constitui de recolhimentos, doações e compras. O trecho a seguir é claro a esse respeito:

> Um centro que se inaugura com um acervo significativo e aqui eu vou falar daquele que eu mais conheço [...]. Iniciamos trazendo de nossos parentes, até mesmo os nossos cadernos, boletins, as cartilhas em que fomos alfabetizados [...]. O nosso entusiasmo ao falar do Setor contagiava aos outros que, por sua vez, endereçavam-nos doações. Dessa maneira, posso

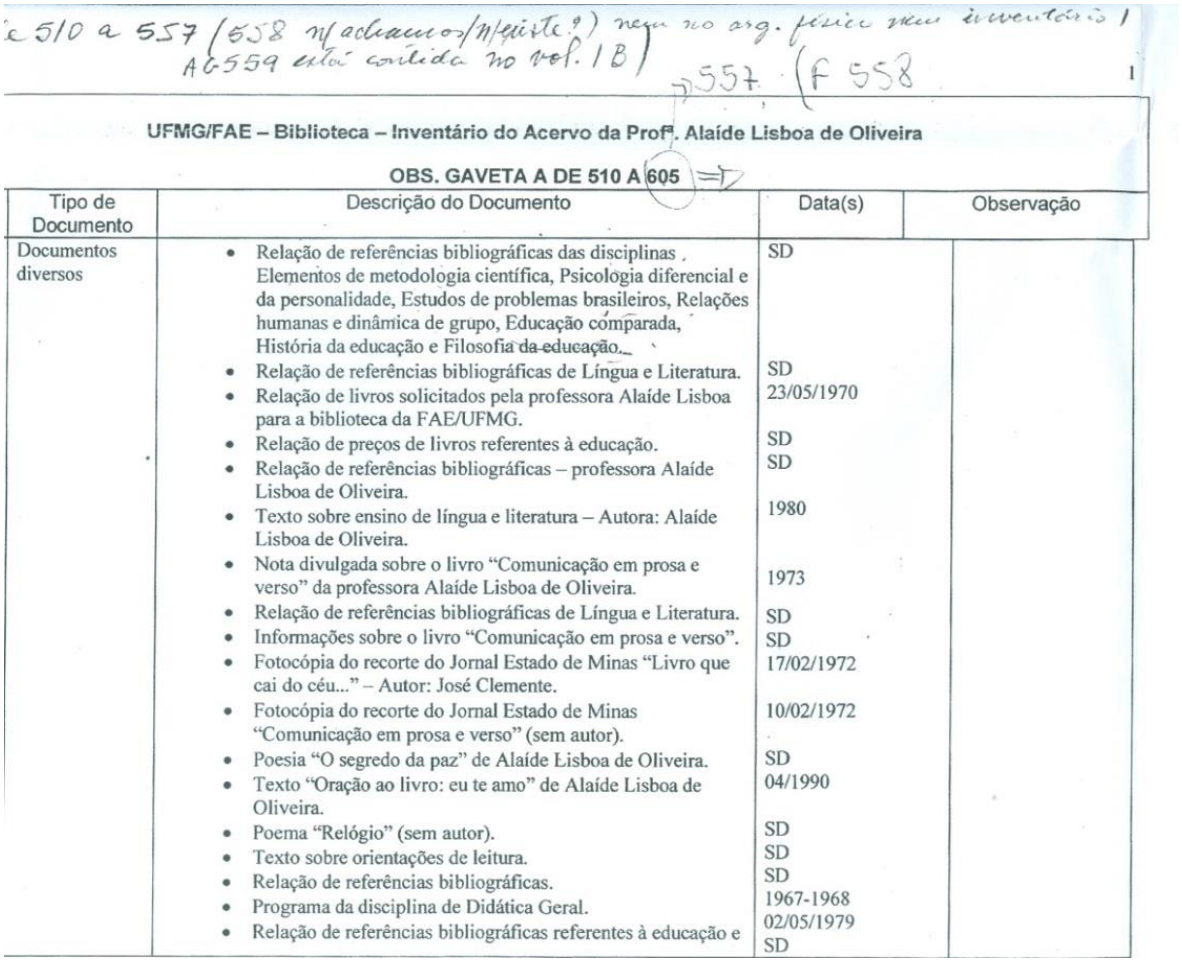
> afirmar-lhes que o acervo foi crescendo em quantidade e qualidade. Mas, se por um lado crescia o acervo, crescia também a nossa preocupação em socializá-lo. [...] obras raras, foram adquiridas principalmente na gestão do Dute, como diretor do Ceale [Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da FAE] – (sabemos o alto custo desses livros garimpados em sebos brasileiros, em uma época em que a garimpagem era ao vivo e a cores, com mofos, traças, poeiras a nossa volta e não como ficamos hj garimpando na frente de uma tela luminosa do computador). Mas para quê adquirir os manuais de leitura, se não fossem utilizados como objeto de estudos e pesquisas em história da alfabetização, leitura e escrita? [...] (DISCURSO DE INAUGURAÇÃO, 2008).

Atualmente, o acervo do CEDOC é constituído por documentação institucional, produção de alunos e professores, material iconográfico, fílmico, bibliográfico e objetos tridimensionais. Destacam-se os acervos de personagem para Educação os de Helena Antipoff e Alaíde Lisboa.

A primeira ação de organização do acervo resultou em inventários. Percebe-se que houve uma organização primária e a "*Lista Geral dos Fundos Arquivísticos*" revela junções de acervos com proveniências distintas, conforme é possível verificar na Figura 4.

FIGURA 4- CEDOC FaE/UFMG/ Lista Geral dos Fundos Arquivísticos

Nome do fundo	Pag.
Alaíde Lisboa de Oliveira - versão final (arquivos de gaveta) *encadernados em separado	V. I
ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Extensão)	V. IIA
Benone Guimarães (arquivos de gaveta)	V. IIA
Biblioteca FAE	V. IIA
Cadernos escolares	V. IIA
CEALE (Centro de alfabetização, leitura e escrita)	V. IIA
CECIMIG (Centro de Ensino de Ciências e Matemática de Minas Gerais)	V. III
CENEX (Centro de extensão)	V. IIB
Colégio Universitário	V. IIB
DAE (Departamento de Administração escolar)	V. IIB
DECAE (Departamento de Ciências Aplicadas à Educação)	V. IIB
DMTE (Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino)	V. IIB
Educação do Campo	V. IIC
Educação em Revista	V. IIC
Educação Indígena	V. IIC
EDUCAR (Fundação EDUCAR)	V. IIC
FAE (Faculdade de Educação)	V. IIC
GEHEM (Grupo de Estudos da História da Educação da Mulher)	V. IIC
Glaura Vasquez de Miranda	V. IIC
Helena Antipoff	V. IIC
Lúcia Casasanta - versão final (arquivos de gaveta) *encadernados em separado	V. IV
Magda Soares	V. IIC
Maria Laetitia Corrêa	V. IIC
MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização)	V. IIC
Neidson Rodrigues	V. IIC
PABAEE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar)	V. IIC
Patrícia Pinto de Carvalho	V. IIC
Pedagogia no Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil)	V. IIC
Pedagogia presencial - Monografia Presencial	V. IIC
PROFAE (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem)	V. IIC
Pró-jovem Urbano	V. IIC
PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)	V. IIC
Rita Amélia Teixeira	V. IIC
Superintendência Estadual de Educação	V. IIC
Veredas - Formação de Professores	V. IIC



UFMG/FAE – Biblioteca – Inventário do Acervo da Profª. Alaíde Lisboa de Oliveira

OBS. GAVETA A DE 510 A 605

Tipo de Documento	Descrição do Documento	Data(s)	Observação
Documentos diversos	• Relação de referências bibliográficas das disciplinas, Elementos de metodologia científica, Psicologia diferencial e da personalidade, Estudos de problemas brasileiros, Relações humanas e dinâmica de grupo, Educação comparada, História da educação e Filosofia da educação.	SD	
	• Relação de referências bibliográficas de Língua e Literatura.	SD	
	• Relação de livros solicitados pela professora Alaíde Lisboa para a biblioteca da FAE/UFMG.	23/05/1970	
	• Relação de preços de livros referentes à educação.	SD	
	• Relação de referências bibliográficas – professora Alaíde Lisboa de Oliveira.	SD	
	• Texto sobre ensino de língua e literatura – Autora: Alaíde Lisboa de Oliveira.	1980	
	• Nota divulgada sobre o livro "Comunicação em prosa e verso" da professora Alaíde Lisboa de Oliveira.	1973	
	• Relação de referências bibliográficas de Língua e Literatura.	SD	
	• Informações sobre o livro "Comunicação em prosa e verso".	SD	
	• Fotocópia do recorte do Jornal Estado de Minas "Livro que cai do céu..." – Autor: José Clemente.	17/02/1972	
	• Fotocópia do recorte do Jornal Estado de Minas "Comunicação em prosa e verso" (sem autor).	10/02/1972	
	• Poesia "O segredo da paz" de Alaíde Lisboa de Oliveira.	SD	
	• Texto "Oração ao livro: eu te amo" de Alaíde Lisboa de Oliveira.	04/1990	
	• Poema "Relógio" (sem autor).	SD	
	• Texto sobre orientações de leitura.	SD	
	• Relação de referências bibliográficas.	SD	
	• Programa da disciplina de Didática Geral.	1967-1968	
	• Relação de referências bibliográficas referentes à educação e	02/05/1979 SD	

FONTE: Inventários CEDOC/FaE.

Verifica-se, a partir desses documentos, a não distinção entre os arquivos pessoais e os arquivos produzidos pela própria Faculdade de Educação, ou seja, documentos institucionais. Mais do que isso, algumas descrições geram outras dúvidas e pouco revelam a respeito da proveniência desse conjunto. Um exemplo disso é o nome do fundo os "*Cadernos escolares- "V.IIA"".* Diante disso, são possíveis os seguintes questionamentos: De quem são esses cadernos? Alunos da FaE? EX-alunos da FaE? Professores que doaram seus próprios cadernos?

Assim, é possível afirmar que tal organização não tenha seguido as normas e os procedimentos estabelecidos pela Arquivologia, refletindo uma organização pautada por profissionais Bibliotecários. Sobre isso, Sousa (1997) esclarece que

> A denominação dos dossiês e dos conjuntos documentais é criada aleatoriamente e, muitas vezes, dissociada dos elementos que representam.

> O caráter mnemônico desses títulos nem sempre é respeitado. Há casos em que esse trabalho é feito por bibliotecários. Eles criam códigos de classificação baseados na lógica e na metodologia da sua profissão. Em geral, dispõem os documentos por assuntos ou pelo nome pelos quais são conhecidos e aplicam a codificação decimal extraída do método de Melvil Dewey. Uma das principais características desses instrumentos é a fragmentação das unidades documentais. Desta forma, tratam os documentos individualmente, como se fossem livros ou periódicos (SOUSA, 1997, p. 32).

Nesse sentido, algumas mudanças na estrutura organizacional do centro aconteceram. Com a chegada de dois professores da Faculdade de Educação, Luciano Mendes e Andrea Moreno, o grupo passa a ter um novo perfil e "em continuidade e interrogações e realizações daqueles que nos precederam [o novo grupo] vem tentando avançar no trabalho com o acervo" (MORENO; MENDES, 2015, p. 29).

> Quando nós chegamos ao CEDOC o acervo estava todo inventariado pela Biblioteca, e é claro sem uma preocupação arquivística, sem uma preocupação com o pesquisador [...] com uma lógica de Biblioteca. Claro que de certo modo isso foi muito bom, porque preservou o acervo e tal. E aí quando nós chegamos, e é claro trazendo a experiência do Cemef, ficou claro que era preciso trabalhar com outra lógica, foi quando convidamos um professor da Escola de Ciência da Informação do curso de Arquivologia para nos ajudar, fizemos a seleção de bolsistas (ENTREVISTADA 4, 2016).

No sentido de avançar no tratamento de acervo, os investimentos estão caminhando em duas direções: "[...] na primeira, mais adiantada na concepção e realização, temos tentado cuidar do acervo acadêmico-científico sob a guarda do Centro, iniciando por sua limpeza e buscando ensaiar novas formas de arranjos arquivísticos" (MORENO e MENDES, 2015, p. 29-30).

Mais do que isso, vale acrescentar a afirmação da entrevistada 4:

> Acho que fizemos muitas coisas, né. Toda a coleção pessoal foi realocada, fizemos os quadros de arranjo e várias coisas [...]. Nós fomos montando quadros de arranjo dos acervos pessoais mesmo sabendo que eles eram provisórios, porque vai precisar de outro "pente fino". Para 2016, o investimento seria na biografia desses sujeitos para compreendermos um pouco, é... Quem são essas pessoas. Coisas que a gente descobriu, por exemplo, que essa Patrícia aqui [mostra o nome no inventário] nunca tinha sido professora da FaE. A gente não tinha a origem dessa documentação, a gente não sabia como eles vieram parar aqui [...].
> Então o que nós fizemos? Montamos novas caixas, para isso tivemos a orientação do pessoal da conservação, Márcia Almada esteve conosco e nos ajudou a pensar, não só a higienização, mas também a guarda e fomos então... Inclusive a gente é capaz... A gente colocou lá nas caixas: caixa "parara", antiga caixa "não sei o quê", porque se alguém da Biblioteca que é mais familiarizado com o Inventário quiser chegar ao documento isso não se perca (ENTREVISTADA 4, 2016).

Esses mesmos autores esclarecem que, a partir desse processo anteriormente relatado, o acervo constituiu-se da posição do professor e não do aluno:

> A partir do inventário de parte do acervo, anteriormente realizado pela direção da Biblioteca da FaE, e desse trabalho de higienização e reorganização da documentação, percebemos claramente que foi a partir da posição, ou do lugar, de professor (a) que o acervo se constituiu. Tudo, ou quase tudo, nele reflete essa posição ou esse comando na constituição do arquivo. A posição dos alunos só é percebida, por exemplo, pela ausência ou filtrada pelos professores. Esta parece ser, também, uma das formas de aproximação do fazer universitário com a universidade do fazer escolar: em toda e qualquer instituição escolar moderna o poder é desigualmente distribuído, cabendo aos professores a direção, mesmo que em profunda dependência das ações dos alunos (MORENO; MENDES, 2015, p. 30).

Assim sendo, observa-se que a vocação do CEDOC- FaE perpassa por um movimento de guardar e tratar aquilo que geralmente se perde quando estão sobre a guarda dos pesquisadores. Pois

> De modo geral, o que observamos na Faculdade de Educação é que o armazenamento do patrimônio acadêmico-científico que se refere ao ensino, à dinâmica da sala de aula, fica sob a responsabilidade do docente e, quase sempre, a depender de sua posterior reutilização ou de um possível retorno dos alunos. Situada, portanto, numa zona cinzenta entre o pessoal e o institucional, essa documentação fica totalmente sob responsabilidade do professor que sobre ela tem o poder de guardar ou, no mais das vezes, de descarte (MORENO; MENDES, 2015, p. 28).

Desse modo, compreende-se que o fascínio dos envolvidos nessa nova etapa do referido centro está justamente no desafio de cuidar para que os “cacos” da história permitam a possibilidade de que outras histórias sejam contadas. Essa perspectiva, muito possivelmente, está relacionada à área de atuação dos envolvidos como professores e pesquisadores no campo da História da Educação.

Nota-se, ainda, que o CEDOC já entendeu a necessidade e a importância de estabelecer uma política de acervo para o centro. Devido às peculiaridades, discute-se a possibilidade de uma política de acervo acadêmico-científico e as perguntas que movem essa discussão são:

> [...] o que foi guardado e o que importa guardar? Não se trata de uma pergunta trivial. Se se responde o que importa guardar tudo, lembrar tudo, tornar tudo memorável... como fazê-lo? E, sobretudo, para que fazê-lo? Se se acorda que é preciso selecionar... que critérios utilizar? Não sendo possível controlar as perguntas a serem elaboradas no futuro, importa hoje tornar públicas as seleções, as dúvidas, as intencionalidades que presidem as práticas de memória e de esquecimento de que organiza o arquivo (FARIA FILHO, 2013, p. 6).

Portanto, apesar de o inventário de parte do acervo ter sido realizado anteriormente, houve a necessidade de um “refazimento” pensando em novas formas

de arranjos e isso se deve às condições de organização que foi dado pelos profissionais anteriores.

2.3.6 Centro de Memória da Veterinária (CEMEMOR-Vet) [18]

O Centro de Memória da Veterinária foi idealizado por um professor em especial, o Prof. José Newton Coelho Meneses[19], nas discussões e planejamento da comemoração dos festejos de 75 da Escola de Veterinária (EV) da UFMG e está "vinculado à Diretoria e Vice-Diretoria" (ORGANOGRAMA- EV, 2015). O centro nasce de uma concepção de constituição da memória da EV, conforme pode ser visto na afirmação a seguir:

> O objetivo à época de criação foi a constituição da memória da Escola de Veterinária. A intenção do Centro não era escrever a história da Escola, nem das direções [...] Lá eles tem muito a ideia que de os relatórios da diretoria, é a história da Escola. E não é. Não é o que a Diretoria relata ao final da gestão que é... É um documento importantíssimo para a história, mas não é isso a história. Então, nós vamos construir uma memória. Vamos guardar as coisas que a gente acha que precisa guardar. [...] Então, foi muita discussão em cima de memória, foi muito bacana (ENTREVISTADO 5, 2015).

Assim, foi criado em 2006 o Centro de Memória da Veterinária, o qual é laboratório de pesquisa histórica, guarda arquivo de acervos documentais e é espaço museológico sobre as atividades profissionais de veterinários e do ensino, pesquisa e extensão da Escola de Veterinária da UFMG. Como *espaço de memória* "intenta construir a identidade social da profissão, através de atividades que objetivam: investigar, interpretar, conhecer, conservar, proteger, valorizar e informar" (MENEZES, [s.d]).

O Centro destina-se, então, à organização de um inventário do patrimônio histórico e cultural da Escola de Veterinária (doravante EV) da UFMG, estabelecendo-se como um espaço de pesquisa, discussões e exposições sobre a atividade veterinária.

Desse modo, estabeleceu-se que os objetivos do CEMEMOR-Vet estariam circunscritos em:

---

[18] Entendemos que o levantamento de fontes desse tópico (2.3.6) e do próximo (2.3.7) ficou prejudicado devido à dificuldade de encontrar os referidos centros abertos, bem como de localizar os atuais coordenadores.

[19] O referido professor ocupava o cargo de Professor do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, na Escola de Veterinária da UFMG. Hoje, porém, ele é professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

> -Estruturar um acervo de documentos manuscritos, iconográficos, orais, técnicos e tecnológicos sobre a história da Medicina Veterinária no Brasil e em Minas Gerais;
> -Inventariar, organizar e catalogar documentos históricos;
> - Angariar doações de acervos memorialísticos de importância para a ciência animal;
> -Constituir-se como espaço de consulta e de pesquisa aos documentos organizados e catalogados;
> - Construir meios e instrumentos de busca documental para pesquisadores, disponibilizando-os em outros espaços de memória;
> - Construir um espaço museológico como lugar de memória dos saberes, das técnicas e das tecnologias da ciência animal;
> - Organizar eventos científicos na área de história da ciência veterinária;
> - Coordenar as atividades de estágios de alunos na produção da memória científica (RESUMO DO PROJETO, [s.d.]).

Diante disso, o CEMEMOR-Vet conta com um espaço que abriga o arquivo histórico, o laboratório de pesquisa (que fica no espaço da biblioteca da EV) e um museu para exposições temporárias sobre diversas temáticas, localizado próximo à cantina da unidade. A Direção foi muito ativa na disponibilização e até construção dessa estrutura

> além de, imediatamente, arrumarem uma sala e depois arrumaram aquele outro espaço... Construíram aquele outro espaço. Ali onde está a exposição não era nada. O diretor construiu o espaço de exposição. [...] De toda forma, o espaço foi um presente para o Centro de Memória (ENTREVISTADO 5, 2015).

Vale ressaltar que a Direção da EV possibilitou e acreditou na potencialidade do CEMEMOR-Vet. Para isso, esteve sempre presente no referido centro, principalmente no diz respeito ao apoio financeiro necessário ao desenvolvimento, funcionamento e cumprimento dos objetivos propostos. Nesse quadro, cabe ressaltar que, conforme o Entrevistado 5

> Havia um repasse anual da Rede, tinha dois bolsistas via Pró- reitoria de extensão da UFMG e a exposição que ficou... com equipamento, ficou caro, quase quarenta mil reais e a Diretoria da Escola pagou, assumiu os custos da exposição. A exposição ficou muito bonita. Era uma exposição enxuta e muito didática (ENTREVISTADO 5, 2015).

O acervo do CEMEMOR-Vet, especificamente, é constituído de documentos institucionais, equipamentos utilizados nas aulas, muitos objetos, livros, materiais didáticos e etc., que foram recolhidos na unidade e recebidos por doação. Ressalta-se que há também algumas teses e alguns livros raros:

> O acervo é composto de documentos que a própria unidade produziu, né. Eu fiz tipo uma campanha, as pessoas que tinham documentos importantes para doarem [...], peças importantes, objetos importantes [...].
> Então foi todo um discurso de convencimento, de convencimento mesmo, de conversar. Então, olha, você tem uma coisa ai que era do Laboratório e que

> não é usado mais, mas é uma memória técnica de uma coisa importante... Isso é importante para a memória (ENTREVISTADO 5, 2015).

O processo de tratamento de acervo foi constituído sob orientação e parceria da biblioteca da unidade e contou também com atividades de bolsistas da área de conhecimento da história. Nota-se, no trecho a seguir, o esforço em elaborar inventários para que estes pudessem subsidiar as pesquisas.

> Os documentos foram todos descritos e foi feito o inventário. Nós fizemos um inventário de tudo. Tudo tem sua ficha que fica lá no fichário. Uma parte de documentos... os documentos em papel estão todos guardados em pastas, as fotografias estão acondicionadas de forma correta... Tudo arrumadinho e organizadinho. Tem umas peças enormes, que estão guardadas em uma sala da biblioteca. Tudo está inventariado. A ideia era fazer um catálogo para disponibilizar inclusive na internet. Digitalizar alguma coisa para colocar na página da Escola... As imagens, por exemplo, a ideia era digitalizar tudo para colocar na página (ENTREVISTADO 5, 2015).

Em depoimento vinculado no Notícia UFMG, José Newton Coelho de Menezes afirma “o Centro busca inventariar documentos e dar à memória da Veterinária uma interpretação útil para a sociedade” (NOTÍCIA UFMG, 2006).

Vê-se que, embora o Centro não contasse com profissionais da área de Arquivologia, especificamente, os envolvidos tinham a clareza da necessidade de, primeiramente, organizar e sistematizar o acervo tendo em vista seu pleno funcionamento, para somente depois pensar na possibilidade de mover ações de digitalizações e disponibilização virtualmente via página eletrônica da EV.

Destaca-se, também, a exposição “*Ars Veterinária*”, que foi resultado de uma parceria entre o CEMEMOR-Vet e professores da Escola de Ciência da Informação.

> Até a exposição que está lá é interessante ir ver. Foi o pessoal da Escola de Ciência da Informação (ECI) que me ajudou a fazer, foi a Letícia Julião o Paulo Sabino... ajudaram-me a montar, fizeram o projeto e tal. Tinha os estagiários da ECI que também ajudaram (ENTREVISTADO 5, 2015).

Nota-se que essas parcerias são importantíssimas, pois possibilita que alunos, em conjunto com professores, vivenciem a oportunidade de compreender as especificidades e a vicissitude de como criar e produzir uma exposição, sob os aspectos teóricos e de uma prática *in loco*.

Vale pontuar que o CEMEMOR-Vet hoje é coordenado pelo Professor Pedro Light, que, no entanto, está de licença para a realização do seu pós-doutorado fora do Brasil. Tal ausência configura-se como um percalço, uma vez que não há quem esteja respondendo pelo centro. Assim, por vezes, foi difícil levantar

informações atuais sobre o CEMEMOR-Vet e até mesmo conseguir encontrar o espaço aberto ao público.

2.3.7 Centro de Memória da Odontologia

O Centro de Memória da Faculdade de Odontologia (CMFO) nasce como uma das festividades dos cem anos de história da Faculdade de Odontologia da UFMG e está vinculado aos "Órgãos acadêmicos administrativos complementares – que comunica-se direto com a Diretoria" (ORGANOGRAMA F.O., 2015). O referido centro constitui-se

> como um laboratório de pesquisa histórica e um espaço de organização arquivística de acervos documentais sobre a Odontologia em Minas Gerais, além de ser espaço museológico e lugar de memória das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Faculdade de Odontologia da UFMG (CENTRO DE MEMÓRIA DA ODONTOLOGIA, 2015).

Embora sua constituição perpasse por um laboratório de pesquisa e organização arquivística, percebe-se que suas atuações mais enfáticas perpassam em difundir o conhecimento histórico sobre a Odontologia por meio da disponibilização do seu acervo ao público via espaços museais.

> Como espaço museológico, esse Centro de Memória norteia-se pela definição de museu do IPHAN "os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e instituições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas", ciente de que isso se dá pela produção contínua do conhecimento (CENTRO DE MEMÓRIA DA ODONTOLOGIA, 2015).

Diante disso, vale enfatizar as ações estabelecidas pelos então organizadores, as quais também poderiam ser nomeadas como objetivos específicos que norteiam as atividades estabelecidas pelo CMFO, quais sejam:

> -Documentar, restaurar e conservar adequadamente as coleções que compõem o acervo institucional da Faculdade de Odontologia, preservando a memória afetiva desta Instituição, contribuindo para a geração de novos conhecimentos;
> -Resignificar espaços com potencial museológico, utilizando uma linguagem lúdica e interativa visando à dinamização cultural do Centro de Memória;
> -Gerar processos de pesquisa científica, através do método de alfabetização cultural proposto pela educação patrimonial;
> -Tratar de modo sistemático as informações históricas e culturais sobre a história da odontologia em Minas Gerais, que já vêm sendo pesquisadas no Centro de Memória;
> -Formar um acervo comunitário do Centro de Memória, fruto das ações de pesquisa junto às comunidades envolvidas e oficinas com os usuários e público-alvo;

> -Popularizar os conteúdos e acervo do Centro de Memória e permitir o acesso à informação, disseminando conteúdos científicos, técnicos e didáticos, tanto junto ao público que freqüenta a Faculdade de Odontologia quanto a alunos das escolas da região, dos ensinos fundamental e médio;
> -Ampliar os conhecimentos histórico-culturais das comunidades beneficiárias, sob o foco da história da odontologia, contribuindo para um maior entendimento da importância dessa ciência na ampliação da qualidade de vida da população, bem como fortalecendo o envolvimento para a conservação do patrimônio material e imaterial da Faculdade e Centro de Memória;
> -Sensibilizar usuários da Faculdade, utilizando estratégias pedagógicas de educação patrimonial e de participação comunitária;
> -Cativar os diferentes tipos de público comunitário com a promoção de ações culturais em três níveis: fixas, temporárias e itinerantes, utilizando como recurso práticas alternativas e oficinas de Arte-educação e eventos culturais (CENTRO DE MEMÓRIA DA ODONTOLOGIA, 2015).

Percebe-se, no entanto, que, com o passar dos anos, as atividades do CMFO não se concentraram, de fato, em torno dos acervos de característica de arquivo. Embora possuam um acervo riquíssimo de documentos arquivísticos, esses se encontram em local não apropriado. O local de guarda é fechado ao público e os mesmos se encontram em armários de ferro. Além disso, apesar de os documentos estarem descritos e haver um instrumento de pesquisa, ele não está disponível ao usuário e/ou disponibilizado virtualmente.

Sendo assim, o acervo do CMFO constituiu-se, predominantemente, por “instrumentos que pertenceram ao dentista prático Affonsino Altivo Diniz, que atuou na região metropolitana de Belo Horizonte, mais precisamente em Santa Luzia entre o final do século XIX e meados do século XX” (PÔSTER SEMANA DO CONHECIMENTO, 2015).

> Os objetos foram doados por sua família, representada na figura de suas duas filhas, e o CMFO-UFMG como favorecido se responsabilizou por salvaguardar e expor esse material para a comunidade para promover a memória e os valores da prática Odontológica (PÔSTER SEMANA DO CONHECIMENTO, 2015).

Ainda, o CMFO possui um acervo composto por materiais provenientes da própria Faculdade de Odontologia, como também por material museológico recebido por doações de familiares dos personagens importantes para Odontologia de Minas Gerais.

Apesar dessa vocação museológica, o espaço dedicado à exposição não permanece aberto em horário comercial. Como essa responsabilidade fica por conta das bolsistas, encontra-se o espaço aberto no horário de 12h às 13h, de segunda a sexta-feira. Assim, o espaço deixa a desejar do ponto de vista do caráter extencionista, pois deveria permanecer aberto durante um período maior,

possibilitando, assim, a interação de usuários, pesquisadores e interessados de uma forma geral.

2.3.8 Análise categorizada dos Centros de Memória e Documentação da UFMG apresentados

Levando em consideração os dados apresentados anteriormente, afirma-se que os centros de memória e documentação da UFMG surgem de dois movimentos que se completam. O primeiro movimento abarca a ideia de preservação da memória da unidade acadêmica e da área/profissão, o que é apontado por quatro dos centros analisados. O outro movimento é a criação dos centros levando-se em conta as datas comemorativas, como é apontado por três deles.

Nota-se que, frequentemente, a proposta de criação dos centros é de um professor, em específico, ou de um conjunto deles. Afinal, se eles não se preocuparem, devido à ausência de uma política de acervo, a memória das unidades acadêmicas poderá se perder. Nesse contexto, uma das entrevistadas argumenta:

> Eu acho que a ideia da dona Izaltina [personagem importante no NUPEQS] era essa, se não guardar, não vai ter memória. [...] Então quer dizer, onde tem centro de memória é porque alguém, no lugar, se preocupou em guardar, porque eu sempre falo do processo da Escola de Farmácia, né. O Centro de Memória da Farmácia surge quando desocupou o prédio, quando eles trocam de prédio. Porque ai tinha uma pessoa, que era o Pianetti, atual diretor, que olhou aquilo: “O que eu vou fazer com isso aqui?” Porque comprou tudo novo, né. “Ah, vai deixar ai”. Ai ele começou a catar as coisas e levar. Então quer dizer, geralmente os Centros de Memória eles começam assim: alguém se preocupa [...] (ENTREVISTADA 2, 2015).

Sousa (1997) esclarece também que, do ponto de vista do tratamento dos arquivos, essa atuação individual de profissionais é um movimento que integra a administração pública brasileira como um todo, uma vez que

> As experiências brasileiras de tratamento dos arquivos localizados nos setores de trabalho da administração pública brasileira são muito pequenas e não se sustentam em políticas estabelecidas, mas em atuações individuais de alguns profissionais (SOUSA, 1997, p. 31).

Em consequência disso, quando tais professores se aposentam ou deixam, por motivos específicos, a coordenação e direção desses “lugares de memória” há uma descontinuidade das tarefas, o que pode ser verificado na afirmação a seguir:

> O Centro de Memória da Veterinária o pessoal está reclamando... Se eu não me engano, os meninos, os dois que eram estagiários lá, ficaram lá mais um seis meses ou até terminarem a bolsa. [...] As pessoas têm falado comigo que a Veterinária está com problema, não acha lá aberto e tal [ENTREVISTADO 5, 2015].

Somando a isso, a maior parte dos centros de memória possui Regimento Interno ou Regulamento, e alguns precisam passar por ajustes, conforme apresentado anteriormente. Entretanto, algumas diretorias das unidades não apóiam financeiramente, com recurso direto, as atividades realizadas e oferecidas pelos centros de memória.

No que diz respeito aos acervos abrigados pelos centros, eles são diversificados e foram sendo compostos por: recolhimentos, doações ou compra. Apesar de cada centro assumir uma vocação, conforme foi exposto, eles reconhecem como suas atividades as funções de museu, arquivo, biblioteca e espaço de pesquisa.

Além disso, percebe-se que cinco centros de memória na UFMG assumem a responsabilidade de custódia e organização de acervos arquivísticos provindos de duas distintas origens: recolhimento e doação.

A primeira origem, o recolhimento, caracteriza-se pelo desafio de enfrentar os documentos resultados da comprovação das atividades exercidas pela própria UFMG, mas que, devido à ausência de uma gestão documental na instituição, geraram volumes assustadores de massas documentais acumuladas. Essas são compostas, segundo LOPES (1993, p. 41), por documentos: i) ativos, eventualmente elimináveis sem critério, isto é, sem nenhum valor administrativo, técnico, legal ou histórico; ii) de valor intermediário, ou seja, que poderão ser descartados depois de um prazo administrativo, legal ou guardados para sempre e iii) de valor permanente, que interessam à pesquisa de fundo histórico. Isto é reforçado pela afirmação a seguir:

> Normalmente, eles não são considerados de arquivo, apesar de terem sido produzidos ou recebidos no quadro das funções e das atividades dos órgãos. [...] Em alguns casos, recebem a denominação “técnicos” e são enviados a bibliotecas e a centros de documentação. Nos órgãos governamentais, é possível encontrar conjuntos arquivísticos que são resultado da transferência dos documentos dos arquivos montados nos setores de trabalho. Esses acervos são denominados, comumente, “arquivos mortos”. Eles são identificados, também, por “arquivo geral” e “arquivo central” (SOUSA, 1997, p.35).

Conforme Sousa (1997), percebe-se que quando os centros de memória e documentação assumem a responsabilidade de cuidar dos acervos arquivísticos, eles já estão nos espaços denominados “arquivos mortos”, “arquivo central” e/ou “arquivo geral” e a desordem está instaurada:

> Não há organicidade, recolhimentos periódicos e controle do fluxo. A transferência se dá, principalmente, por questões relacionadas com o espaço físico e com o encerramento do ano em que os documentos foram produzidos ou recebidos. Secundariamente, a perda do valor administrativo e técnico, o encerramento de uma atividade e a falta de perspectiva de utilização futura norteiam essa passagem (SOUSA, 1997, p.36-37).

Assim, perde-se o controle sobre o acervo e, por consequência, torna-se difícil acessar as informações contidas nesses espaços. Os centros de memória e documentação tentam, apesar de todos os desafios e dificuldades, organizar essa documentação e dar acesso à informação.

A segunda origem, os recebimentos de documentos por doações, caracterizam-se, em grande parte, por serem arquivos ou coleções pessoais de professores e alunos que são ou eram importantes para a área de atuação da unidade e, consequentemente, para o campo de especialização do centro de memória e documentação.

Os Arquivos Pessoais, especialmente, precisam ser tratados com atenção, pois, como afirma Linhales (2014)

> No trabalho com os Arquivos Pessoais, cada acervo precisa ser reconhecido como um conjunto portador de uma identidade própria. Tal organicidade reinventa permanentemente as funções que estruturam os quadros de arranjo, em estreita relação contextual com as múltiplas atividades do titular do arquivo. Assim sendo, os arquivos pessoais desafiam algumas normas arquivísticas, exigindo reinvenções constantes (LINHALES, 2014, p.12).

No que diz respeito ao tratamento de acervo provindo das origens apresentadas anteriormente, ou seja, documento de caráter arquivístico, é possível afirmar que são distintos os tratamentos definidos e executados pelos centros de memória e documentação da UFMG. Isso se deve, principalmente, pela ausência de profissionais especializados, uma vez que tais espaços são coordenados por profissionais que atuam no campo de especialização na qual o centro de memória ou documentação pertence e, quando há estagiários executando as tarefas com acervo, raramente são graduandos em Arquivologia.

Nesse sentido, a presença de uma política de acervo para os centros de memória e documentação é necessária uma vez que a política dá diretrizes para a missão do centro e o ajuda a entender a dimensão do acervo, bem como fazer seu tratamento.

> A ausência de uma política institucional afeta outro tipo de acervo presente nos centros de memória: o arquivo documental corrente e permanente. Enquanto não se define o que é um arquivo institucional, com seus profissionais e espaços, é comum encontrar nos centros de memória parte

> significativa ou mesmo a totalidade dos arquivos da unidade (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 39).

Na UFMG, desde a contratação dos arquivistas nos anos 2008-2010 e a reunião desses profissionais devido à ausência de uma política no órgão, começou-se a rediscutir a temática, em que “após reuniões registradas em ata, elaboraram propostas entregues à Administração Central, com o intuito de conscientizar e propor ações à implantação de uma política de arquivos na UFMG” (DIARQ, 2015).

Assim, a partir dessa primeira ação, foi aprovada a Portaria nº 93 de 04 de outubro de 2012 que instituiu a Comissão de Estudos para definição de políticas e implantação do Sistema de Arquivos Institucional da UFMG (SIARQ-UFMG).

> Os trabalhos desta comissão avançaram no sentido de promover um diagnóstico da situação dos arquivos da instituição, sendo este o primeiro passo para a implantação de um sistema de arquivos para a Universidade. Entre as atividades que a comissão realizou estão o mapeamento preliminar das massas documentais das unidades acadêmicas e administrativas da UFMG; a formulação dos pré-requisitos iniciais para a proposta de um diagnóstico da situação dos arquivos das unidades administrativas e acadêmicas e a realização de visitas técnicas a sistemas de arquivos estruturados em outras universidades federais (DIARQ, 2015).

Diante disso, em 10 de julho de 2013, a Portaria n° 73 do Reitor cria a Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ) que só é oficialmente institucionalizada em 31 de março de 2015 como órgão auxiliar da Reitoria, através das Resoluções nº 01/2015 e nº 03/2015. Isto resultou na criação de sua Comissão Central Permanente de Avaliação de Documentos Arquivísticos (CPAD Central), através da Portaria nº 65 de 10 de julho de 2015 (DIARQ, 2015).

Assim, os centros de memória, principalmente, através da Rede de Museus e Espaços de Conhecimento, precisam participar das discussões da DIARQ. Pois, se os Centros possuem arquivos institucionais, como exposto no tópico 2.1, é de extrema importância entender como será a implementação da gestão de documentos.

> A Rede acredita que a Universidade deve enfrentar o desafio de definir o que é arquivo institucional e o que é acervo de memória. Trata-se de uma instituição que tem por objetivo produzir conhecimento, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Seus documentos não possuem apenas caráter administrativo, mas servem também para registrar como se pensou e se produziu o conhecimento. Portanto, o compromisso da Universidade com a historicidade da produção do conhecimento e da formação deve ser também revelado no empenho pela salvaguarda do seu acervo (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 39-40).

Entende-se que um bom exemplo é o caso do Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, que, além de manter

sob sua guarda o arquivo histórico, também entende e executa as normas e os procedimentos estabelecidos pelo Sistema de Arquivos.

Portanto, compreende-se que não pode ocorrer, como é uma realidade nos centros de memória e documentação da UFMG, os diferentes processos de tratamento de acervo. Isto porque nota-se, em sua maioria, que os seus centros não possuem procedimentos e acabam por misturar, na hora do tratamento, os acervos de diferentes proveniências.

Isso se deve também à ausência de profissionais formados nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia atuando nesses espaços, o que é evidenciado na fala da entrevistada 2 abaixo:

> A Universidade tem um museológo, um museológo, que está no Museu de História Natural e que vai aposentar. Então quer dizer, vai ficar um período sem museólogo nenhum, porque a pessoa vai aposentar para você abrir o concurso para poder entrar outro [...] (ENTREVISTADA 2, 2015).

Chama-nos a atenção que, apesar da atual valorização e do resgate da memória e do patrimônio, muitas iniciativas, como as dos centros de memória, encontram dificuldades para concretização, como por exemplo: a falta de apoio institucional, de financiamento e/ou pessoal qualificado e especializado. Assim, nota-se que, muitas vezes a preservação da memória é tratada de modo secundário pela UFMG.

Diante do exposto, sugere-se que os centros de memória e documentação – em conjunto com a DIARQ, da Rede de Museus e do Sistema de Bibliotecas da UFMG – proponham e executem juntos atividades para que a preservação da memória entre efetivamente na pauta de discussão da UFMG.

2.4 A PROPOSTA DE UM CENTRO VIRTUAL DE MEMÓRIA DA EXTENSÃO DA UFMG (CEVEX UFMG)

No ano de 2017, a Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) completará 50 anos e a Pró-reitoria de Extensão inclui na sua política de gestão (2014-2018) a dimensão da memória que deverá se articular com as já existentes políticas de extensão, de monitoramento e avaliação, de divulgação científica e de fomento da extensão. Tendo como horizonte essa data comemorativa, elaborou-se a proposta de criação de um Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (doravante CEVEX UFMG).

A constituição de tal centro tem como intuito “identificar, organizar e

difundir os aspectos centrais dessa história e fortalecer a identidade da extensão na UFMG que, ao longo desses anos, constituiu-se como um processo consistente e diverso" (ENTREVISTADA 6, 2015-2016). Ainda,

> Ao mesmo tempo, consideramos que a retomada dessa memória contribui para a reconstrução contínua não somente da história de uma instituição, mas, sobretudo, da memória de uma coletividade. A memória coletiva frequentemente define o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros reforçando assim o sentimento de pertencimento (ou não pertencimento); tal memória não é estática, é permanentemente elaborada e recontada ao mesmo tempo em que oferece um quadro de pontos de referência para o grupo e a instituição, neste caso, a Extensão da UFMG (ENTREVISTADO 6, 2015 - 2016).

Entendendo que a extensão, especificamente, constitui-se como uma função deliberada da universidade de estabelecer vínculos e interlocuções estreitas com a sociedade – seus atores, organizações, instituições e políticas públicas – nota-se que essa política estrutura-se por meio de ações que têm por finalidade aprofundar as ações de democratização do saber científico, artístico e tecnológico. Para tanto, procura socialmente o conhecimento acadêmico, reconhecendo os saberes populares e de senso comum, aprendendo com a comunidade e produzindo novos conhecimentos. Nessa dinâmica, a extensão busca construir ações indutoras do desenvolvimento social em diferentes âmbitos e espaços. As suas diretrizes específicas, caracterizadas pela interdisciplinaridade, pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela formação cidadã, favorecem um permanente processo de mobilização interna da instituição, o diálogo e a participação dos diferentes órgãos que a compõem. É por meio das ações de extensão e pela forma como esta aborda as questões e os desafios postos pela sociedade, que a Universidade se diferencia das demais instituições sociais. Esta instituição, por meio dos programas e projetos, é desafiada permanentemente a buscar respostas às perguntas e aos problemas que lhe são apresentados e que se tornam novos objetos de investigação científica atentos aos problemas da sociedade brasileira (BESSA DA SILVA, 2002).

Nessa perspectiva, a UFMG, ao longo de sua história, tem ocupado um espaço importante na produção do conhecimento científico, artístico e tecnológico e na oferta social deste conhecimento. Com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a universidade tem garantido a articulação política de suas ações com excelência, relevância e legitimidade social, contribuindo com o fortalecimento de políticas públicas (RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFMG, 2014). Isto é reforçado pela afirmação da Entrevistada a seguir:

> Uma data simbólica como a dos 50 anos da Extensão na UFMG, que coincidirá com os 90 anos desta Universidade, nos coloca algumas questões e desafios importantes: é fundamental tratarmos sobre o legado da extensão universitária para a sociedade, para seus docentes, discentes e corpo técnico-administrativo, para a construção de uma sociedade mais democrática, para a democratização do conhecimento, para o fortalecimento de uma sociedade cidadã. Consideramos que o exercício de organizarmos o CEVEX possibilitará uma avaliação importante desse legado[20] e pretendemos fazer isso juntamente com a comunidade acadêmica e as comunidades parceiras das ações de extensão (ENTREVISTADA 6, 2015-2016).

O projeto está considerando que os centros de memória, além de serem agentes formadores de memória, são também lugares consagrados a esta e têm como característica principal o fato de serem materiais. A memória tem o objetivo de definir e reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais. A negociação com o passado define seu lugar e mantém a coesão do grupo. A memória cria identidade (HALBWACHS, 2006). Portanto, um centro que tenha como objeto principal a memória da Extensão na UFMG tem muito a contribuir para essa identidade.

> Não podemos deixar de considerar a diversidade dessa história e das distintas concepções de extensão que ao longo do tempo estiveram em diálogo e muitas vezes tensão dentro da instituição [UFMG]. Consideramos que nisso está a riqueza de um centro que não tem a pretensão de contar uma história única ou centralizada em um único ator, mas na pluralidade de vozes e experiências (Santos, 1989; 2002; Ziller et al, 2010; Mayorga, 2012). [...] A proposição do CEVEX UFMG tem também como objetivo, refletir sobre a extensão universitária no contemporâneo e contribuir para seu fortalecimento (ENTREVISTADA 6, 2015-2016).

Nos anos de 2015 e 2016, o CEVEX está sendo constituído e, por isso, realizam-se pesquisas para fundamentar a criação desse centro. Nesse contexto, os objetivos, gerais e específicos da referida pesquisa são:

> Objetivo Geral:
> Realização da primeira etapa do projeto do Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (CEVEX UFMG), que consiste no levantamento, organização e análise de documentos, registros, produtos e discursos de e sobre a Extensão, desde suas origens na UFMG.
> Objetivos Específicos:
> -Levantar e organizar, juntamente com a comunidade acadêmica, as produções da extensão, seus documentos, registros em vídeo e fotográficos com foco na política institucional, programas e projetos, experiência e participação estudantil e experiência e participação comunitária;

[20]Legado está sendo entendido como [...] A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração (futuro). As ações que tornam os legados históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência ao tempo (HEYMANN, 2005, p. 4).

> - Realizar registros em vídeo e fotografia de atores e ações de extensão, com foco na política institucional, programas e projetos, experiência e participação estudantil e experiência e participação comunitária;
> - Organizar o material levantado e produzido através da elaboração de uma "linha do tempo" da extensão da UFMG (ENTREVISTADA 6, 2015-2016).

Na tentativa de cumprir tais objetivos, a equipe é composta por uma coordenadora com formação em psicologia social, três bolsistas de iniciação científica estudantes de psicologia e uma servidora técnico-administrativa em educação com formação em ciências biológicas. Durante a entrevista revelou-se que, no caso dos bolsistas "abrimos seleção para outras áreas, mas não apareceram interessados" (ENTREVISTADA 6, 2015-2016).

Nota-se que nessa primeira etapa que consiste no levantamento, na organização e na análise dos documentos e levando em consideração que na composição da equipe não há participação de profissionais da Ciência da Informação, entendemos que estes poderiam contribuir, e muito, para diretrizes claras e pertinentes para o levantamento e, principalmente, para a organização dos documentos, vídeos e fotografias. Isto ocorreria uma vez que

> O levantamento e diagnóstico documental do acervo é a fase mais importante no processo de construção e criação de uma unidade de informação, permitindo alcançar estágios e estudos fundamentados no ambiente virtual (COELHO; ASSIS, [s.d], p. 5).

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao tratamento documental, haja vista que consiste na organização sistemática de arranjos documentais com o intuito de reunir o maior número de documento e, por conseguinte, permitir a elaboração de instrumentos de pesquisa. Nesse contexto, vale o seguinte esclarecimento

> [...] no universo digital, uma biblioteca, arquivo ou museu, não podem tomar a decisão de adotar tecnologias de imagem para conversão e armazenagem permanente de coleções de pesquisa sob a forma digital, sem um profundo e contínuo compromisso com a preservação pela instituição de origem (CONWAY, 2001, p. 23).

O CEVEX da UFMG pretende, portanto, ser um dispositivo de organização, sistematização e ampla difusão da história e memória da extensão universitária na UFMG de forma digital/virtual. Mais do que isso, pretende, ainda, promover a

> - Colaboração com o fortalecimento da extensão da UFMG através da análise do seu legado para comunidade acadêmica e sociedade ao longo dos seus 50 anos de existência;
> - Colaboração com a sistematização e difusão das ações de extensão na

> UFMG ao longo dos seus 50 anos, com foco no reconhecimento desse setor da universidade como fonte fundamental de produção do conhecimento e diálogo entre distintos saberes. Pretende-se disponibilizar o material organizado para toda a comunidade acadêmica, atores diversos da sociedade, campo das políticas públicas, etc.;
> - Contribuição com os fortalecimentos da relação entre os atores envolvidos na extensão da UFMG em torno do projeto comum do Centro de Memória;
> -Contribuição com o processo de avaliação da dimensão pública e social da UFMG através da história da extensão universitária (ENTREVISTADA 6, 2015-2016).

É possível afirmar, através das informações levantadas, que essa é a primeira ideia de Centro Virtual de Memória na UFMG. Em outras universidades há relatos da existência de centros de memória digital, como são os casos do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília e do Centro de Memória Digital do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará.

No caso do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília (UnB) disponibiliza-se online um banco de dados com 1,5 milhões de imagens de documentos históricos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, o maior acervo de documentação sobre o Brasil existente no exterior. Ou seja, tratam-se de documentos que não dizem respeito à UnB.

Já o Centro de Memória Digital do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará tem como proposta a criação de um portal virtual de conteúdos que reúna a memória institucional e contemple vários tipos de suporte, armazenando as fontes de pesquisa do Instituto. Parece-nos que esta proposta mais se aproxima da proposta da UFMG e que, por isso, é fundamental que se avalie essa experiência para a continuidade dos trabalhos do CEVEX.

Finalizando, podemos ressaltar que, embora a proposta se apresente em fases iniciais, não se pode perder de vista os cuidados que as novas tecnologias implicam para que a proposta possa, de fato, cumprir seus objetivos, bem como proporcionar o acesso contínuo às consultas e pesquisas nos documentos.

3 O CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DO ESPORTE E DO LAZER- UFMG: UM CASO ESPECÍFICO

Alguns centros de memória e documentação da UFMG adéquam-se ao que Tessitore (2003) argumenta ser uma instituição híbrida: com característica de arquivo, biblioteca e museu. Outros, não se ajustam a essa definição. Esses centros, na UFMG, caracterizam-se por diferentes modelos em relação à denominação/ nomenclatura. A terminologia "*Centro de Memória"* ora é usada sozinha, como são os casos do "Centro de Memória da Engenharia", "Centro de Memória da Enfermagem", "Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer", " Centro de Memória da Farmácia", "Centro de Memória da Medicina", "Centro de Memória da Odontologia" e o "Centro de Memória da Veterinária"; e ora é usada a terminologia "Centro de Memória" somando o termo "Documentação e Pesquisa", como é o caso "Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação".

Além disso, os Centros de Memória da Engenharia, da Enfermagem, da Educação Física, do Esporte e do Lazer, da Medicina, da Veterinária e o Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação possuem característica de Arquivo, Biblioteca e Museu. No sitio eletrônico desses centros é recorrente a afirmativa de custódia de acervo híbrido, conforme verifica-se no quadro abaixo:

QUADRO 1
Característica do acervo dos centros pertencentes à Rede de Museus

Centros - pertencentes à Rede de Museus	Característica do Acervo
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	"Seu acervo diversificado assume características de biblioteca, de museu e de arquivo, incluindo livros, revistas, jornais, filmes, fotografias, manuais, diários, manuscritos, anotações de aulas, artefatos esportivos, arquivos pessoais, dentre outros".
Centro de Memória da Enfermagem	"O acervo do CEMENF é composto por documentação escrita e oral, iconografia, equipamentos e instrumentos do trabalho da enfermagem".
Centro de Memória da Engenharia	"Objetivo primordial de recuperar, reunir e manter o acervo técnico-científico e cultural da Escola de Engenharia da UFMG, de seus funcionários e ex-alunos, preservando a memória da instituição em seu contexto histórico".
Centro de Memória da Farmácia	"Busca resgatar, preservar e divulgar a história do ofício farmacêutico e da Faculdade de Farmácia da UFMG por meio da salvaguarda de equipamentos, utensílios, documentos, fotografias e material bibliográfico que fazem parte da sua trajetória".
Centro de Memória da Medicina	"O espaço do Centro de Memória da Medicina guarda, cuida e agrega itens ligados à memória institucional da Faculdade de Medicina e da arte médica em geral desde 1979. Esta é a principal razão de seu acervo ser variado e surpreendente. Ele é basicamente oriundo de doações de ex-alunos e ex-professores da instituição: equipamentos médico-hospitalares, instrumental cirúrgico de diversas especialidades médicas, telas, arquivos, fotografias, filmes, móveis, imagens, vidraria laboratorial, quadros de formatura e biblioteca médica de cerca de 1.200 títulos sobre diversas áreas da Saúde".
Centro de Memória da Odontologia	"Constitui-se como um laboratório de pesquisa histórica e um espaço de

	organização arquivística de acervos documentais sobre a Odontologia em Minas Gerais, além de espaço museológico e lugar de memória".
Centro de Memória da Veterinária	"Visa funcionar com laboratório de pesquisa histórica; como arquivo histórico (com acervos documentais sobre a atividade da Veterinária) e, ainda, como espaço museológico e lugar de memória das atividades profissionais de veterinários".
Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação	"Constituído por documentação institucional, produção de alunos e professores, material iconográfico, fílmico, bibliográfico e objetos tridimensionais".

FONTE: Elaborado pela autora.
Informações: Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG. (https://www.ufmg.br/rededemuseus/).

Outros centros, porém, embora descritos como "Centro de Memória" com característica de serem híbridos, como é o caso da Farmácia e da Odontologia, revelam-se preocupados principalmente com o campo museológico.

No caso do Centro de Memória da Farmácia, o acervo arquivístico é institucional e sua existência é anterior à criação do centro. Contudo, o acervo passa a ser incorporado ao centro como uma possibilidade de pesquisa. Já o acervo bibliográfico é pequeno e não passou por tratamento, conforme afirmado na entrevista a seguir:

> [...] os bolsistas fizeram um inventário das peças que foram recolhidas, aí já tinham sido doadas/ adquiridas algumas outras peças que formaram o acervo do centro de memória inicial. [...] O arquivo, ele já existia antes. Era separado. Porque o arquivo é institucional... Administrativo. O acervo arquivístico... Ele foi incorporado não como propriedade do Centro de Memória, mas como possibilidade de pesquisa desde que o centro foi pensado, porque a pesquisa principal pensada a época (uma das) tinha como base o arquivo [...]. Nós temos poucos documentos que estão em posse do centro de memória... Poucas fotos, alguns catálogos que a nós ainda não sabemos muito bem como iremos tratar. Por exemplo, os catálogos eles vão ser tratados como documento bibliográfico ou arquvístico? A foto... É um acervo tão pequeno que a gente não se preocupou com ele ainda [...] (ENTREVISTADA 3, 2015).

Observa-se, assim, que a ênfase de tratamento de acervo é voltada para os objetos que foram recolhidos, e não são uma prioridade os documentos biblioteconômicos e arquivísticos. Ou seja, ainda não foi estabelecido um tratamento

de acervo para os arquivos e materiais bibliográficos. Além disso, há uma ausência de normas e procedimentos para o acervo. O seguinte depoimento é claro a esse respeito

> [...] Nós sentimos a necessidade premente, nós precisamos de uma definição... Nós precisamos pensar o que nós queremos como acervo. É uma questão mais de necessidade mesmo. [...] A política facilita dizer não, facilita dizer sim para recebimentos de determinados acervos. No meu dizer, facilita... Por que os centros de memória, em geral, eles são muitos novos e para uma continuidade sem essa Política de Acervo fica bastante complicado que se sustente dessa forma. Nós fizemos visitas técnicas a outros museus e centros de memória... São Paulo, outros lugares... Rio Grande do Sul e nós percebemos que a Política de Acervos é fundamental, por se não vira gabinete de curiosidades [...] (ENTREVISTADA 3, 2015).

Camargo e Goulart (2015) chamam a atenção para o fato de que o problema de se criar regras nos centros de memória é algo recorrente

> Os centros de memória enfrentam dificuldades para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre as atividades da organização. É unânime a queixa dos gestores de que normas e procedimentos não têm sido formalmente estabelecidos, ou seja, não há rotinas a serem seguidas [...] (CAMARGO; GOULART, 2015, p.72).

Fica evidente, contudo, o fato de todos eles terem como objetivo – ou parte da missão – uma preocupação em comum: a de preservar e conservar a memória da instituição e da área/profissão, ou seja, o “resgate” de algo que estava sendo perdido.

Percebe-se que essa preocupação está diretamente relacionada à ausência de uma política institucional de arquivos, que é anterior à criação destes espaços. Assim, entende-se essa política institucional como a aplicação efetiva de políticas públicas mais gerais. Conforme destaca Jardim (2006, p. 10), “políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais”. O autor aponta também que, nos textos que discutem sobre a temática, muitas são as interpretações sobre políticas arquivísticas e escassas as reflexões mais aprofundadas. Não raro constata-se situações em que políticas públicas arquivísticas são formuladas e implementadas sem levar em consideração outras políticas de informação existentes. Do mesmo modo, também existem situações em que políticas públicas de informação ignoram as singularidades do campo arquivístico - fato que demonstra a ausência de interação entre as áreas (JARDIM, 2006).

Frequentemente confunde-se também a legislação arquivística com políticas públicas arquivísticas. Embora a legislação forneça princípios reguladores à política arquivística, ela não é uma política. Na verdade, a viabilidade de uma lei de

arquivos torna-se prejudicada se não for, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de uma política arquivística (JARDIM, 2006).

De forma breve,

> Entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2006, p.10).

Nesse quadro, há dois objetivos implícitos nas políticas públicas de arquivo que precisam ser tornados claros. O primeiro é vinculado às necessidades administrativas e o segundo é o patrimônio documental.

> Quanto aos objetivos necessários à administração propõe: garantir os direitos do Estado e dos cidadãos, contidos nos documentos de arquivo; oferecer informação acessível, que sirva para diagnosticar os problemas da comunidade; racionalizar a produção e utilização de recursos documentais; conferir transparência democrática aos atos do governo; estabelecer uma burocracia a serviço dos cidadãos. Quanto aos objetivos relacionados à preocupação com o patrimônio documental, propõe a conservação e acesso aos documentos de arquivos públicos e privados para pesquisadores e outros interessados (SOUSA, 2006, p. 6).

Outro aspecto a ser sublinhado é que as políticas públicas não são implementadas de forma abstrata. Para existirem, tais políticas precisam de bases institucionais. Nesse sentido, cabe lembrar que as universidades devem mostrar suas potencialidades através da realização efetiva das suas funções essenciais. E não há como se comprovar isso senão através dos documentos (BELLOTTO, 1992, p.16). Em outras palavras, os arquivos das universidades possuem sob sua guarda, conforme apontam Carpes e Castanho (2011, p. 193)

> documentos essenciais para a administração da universidade, no decorrer das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, esses documentos são testemunho da memória da instituição, podendo ser fonte de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores, entre outros.

Bellotto (1992, p. 12) confronta dois lados fundamentais das universidades: o ensino, pesquisa e extensão de um lado e, de outro, os arquivos. Estes, segundo a autora, prestam-se a informar as atividades técnico-administrativo e/ou sócio-cultural. Logo, o arquivo assume a característica de ser fonte das relações entre o Estado e a sociedade, instrumento de apoio à decisão administrativa, bem como guardião dos testemunhos que possibilitam a transmissão da cultura.

Ainda de acordo com Bellotto (1992, p. 19), o papel principal dos arquivos universitários é o de:

> 1) reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, história e funcionamento/desenvolvimento da universidade; 2) avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3) supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. Disto tudo depreende-se seu outro grande papel que é o de: 1) fornecer aos administradores as informações requeridas ao menor prazo possível; 2) ser a informação para a própria universidade, como um todo. Para satisfazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com a finalidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores.

Sendo assim, cabe ressaltar que a missão primária do arquivo universitário é de preservar a herança documental da instituição, que se amplia uma vez que extrapola os limites do campus universitário, com atividades e serviços prestados. Para que cumpram sua missão, os arquivos universitários devem implantar programas de gestão de documentos. Entende-se por gestão documental o "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos" (BRASIL, 2005, p 100).

De acordo com Couture e Rousseau (*apud* BELLOTTO, 1992):

> Uma política de tratamento de documentos é a forma concreta e estruturada de organizar os meios que permitirão o tratamento eficaz e rentável de documentos produzidos por uma administração. A política de tratamento de documentos deve ter como finalidade a planificação, o estabelecimento e manutenção de todos os meios (regulamentação, estrutura, programa) que tornem possível um controle racional, eficaz e rentável da criação, utilização, recuperação e conservação de documentos que esta administração produz/recebe no decorrer de suas atividades.

No Brasil ainda é muito recente o desenvolvimento de um saber arquivístico no âmbito dos arquivos universitários. Há menos de um quarto de século que a trajetória tornou-se sistematizada e embasada no conhecimento da Arquivologia.

Na UFMG, a presença do termo "Política de Arquivo" é registrado na Lei n. 971, de 16 de Dezembro de 1949, que federalizou a Universidade. A lei menciona a necessidade do profissional de arquivo, prevendo a contratação de sete deles, lotados nas seguintes unidades: Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Escola de

Arquitetura, Faculdade Ciências Econômicas, além da Reitoria. Também merece destaque a previsão da criação do Arquivo Central, implantado somente no início da década de 1970 e desativado nesta mesma década.

Esse Arquivo Central foi instalado no segundo andar do prédio da Reitoria, sendo responsável por recolher a produção documental de guarda permanente das atividades desenvolvidas na universidade. Sua criação foi o primeiro movimento de centralização das atividades de arquivo no âmbito das universidades brasileiras. A criação do Centro de Microfilmagem também foi uma iniciativa que merece destaque nos anos 1970. Pretendia-se, com essa iniciativa, modernizar a forma de preservação dos documentos na fase corrente. Buscava-se, com isso, promover também a liberação de espaço físico, com a eliminação dos documentos em papel. Entretanto, essa intenção não se concretizou, pois a mudança de suporte não permitia a eliminação dos documentos originais, sendo essa uma das razões da desastrosa desativação do referido arquivo.

Em razão da ausência de uma política institucional de arquivos, as massas documentais da UFMG foram se acumulando de maneira desorganizada. Em 1976, foi realizado o primeiro diagnóstico dos acervos da UFMG, constatando que o problema estava se agravando.

Essa situação, ao longo das décadas seguintes, não foi alterada. A Lei de Arquivos de 1991 estimulou os arquivos institucionais a voltarem ao centro dos debates. Em 1992, foi sediado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Ressalta-se que:

> Esse seminário foi um marco na história dos arquivos universitários no Brasil, ocasião em que passam a ser tratados como área especializada da Arquivologia, fazendo emergir sua importante missão de contribuir para o desenvolvimento das instituições de ensino superior, subsidiando suas ações administrativas; pedagógicas, no âmbito da pesquisa, ensino e extensão; culturais e sociais, para a consecução dos objetivos institucionais (BOTTINO, 2012, p.23).

As Universidades Federais de Santa Maria (UFSM) e da Paraíba (UFPB) foram pioneiras na implantação de gestão de documentos em arquivos. As portarias, respectivamente, nº 23, de 31 de outubro de 1997, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no 219, Seção 1, de 12/11/1997, e da Portaria nº 30, de 25 de julho de 2001, publicada no DOU nº153, Seção 1, de 10/08/2001, aprovam a Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às suas atividades-fim (BOTTINO, 2012).

Diante do exposto, percebe-se que ao longo do tempo o cenário dos arquivos universitários brasileiros foi sendo transformado e outras iniciativas foram

surgindo, seja através de reunião de bibliografia, retomada de grupos de pesquisa ou esforços para cumprimentos de lei (OHIRA *et al*, 2004). Graças a isso, alguns passos foram dados visando à criação de uma política no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFES) no que tange à gestão de documentos. Nesse contexto, o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), instituído em 2003, é um marco importante no âmbito federal.

Conforme já evidenciado, entre 1998 e 2000 foi realizado novo diagnóstico das massas documentais da UFMG, constatando a existência de cerca de 15 km de documentação em suporte tradicional sem tratamento algum. Tal constatação inspirou importantes iniciativas. Em 2004, iniciou-se a concepção de um sistema de arquivos para a UFMG por meio do projeto-piloto da Faculdade de Farmácia (FAFAR), cujo objetivo era a implementação de uma política de arquivos, assegurando "o apoio necessário ao planejamento e à tomada de decisões, bem como a preservação da memória técnico-científica e administrativa da instituição" (SANTOS; SANTOS, 2012, p.77).

Infelizmente, "a descontinuidade das atividades e projetos, a inexistência de planos de trabalho a curto, médio e longo prazos [...] são aspectos que ocorrem em todas as funções nos órgãos governamentais, são só com relação aos arquivísticos" (SANTOS,1997, p.44) e por isso o projeto não teve continuidade nas demais unidades acadêmicas da UFMG.

Ainda em 2006, dada a emergência de um instrumento de gestão de arquivos para a realização dos trabalhos nas instituições de ensino superior, foi realizado pelo Arquivo Nacional o I Workshop com Instituições Federais de Ensino Superior. Os temas ressaltados foram: classificação, temporalidade, destinação de documentos de arquivo relativos às atividades fim. Como produto desse encontro, após uma consulta púbica no SIGA, gerou-se o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das IFES.

> A recente aprovação desse instrumento normativo pelo Arquivo Nacional gera a expectativa de que a gestão documental se institucionalize nas IFES e impeça a acumulação de documentos sem critérios de avaliação de forma desordenada, bem como a eliminação de registros com valor histórico (NASCIMENTO, 2012, p.98).

Em 2008, ocorre outra mudança importante: começam a ser contratados arquivistas na UFMG. Tal situação gerou condições propícias para que, em 2012, fosse criada uma comissão para estudar a implantação de uma política institucional de

arquivos. No ano seguinte, começa a ser implantada a Diretoria de Arquivos Institucionais. É, então, retomada a discussão sobre a importância dos seus arquivos e o desafio enfrentado é exatamente o mesmo encarado por todas as IFES brasileiras: atender às prescrições da Lei 8.159.

Há que se ressaltar que, a Lei 8.159 foi, sem sobra de dúvida, um avanço para os arquivos brasileiros, uma vez que, muitos países não possuem ainda uma legislação específica que aborde as questões de organização, proteção e utilização dos arquivos (COUTURE; ROUSSEAU, 1998 *apud* CRUZ, 2007). Contudo, a existência da lei não é sinônimo de sua efetiva implementação. Nesse sentido, a UFMG vive um fenômeno corriqueiro em várias outras Instituições Federais.

> Houve um aumento exponencial na produção de documentos a partir de meados do século passado, devido, sobretudo, ao avanço tecnológico e à multiplicação de serviços públicos, impondo às instituições a tarefa de implementar a gestão de documentos. [...] Se a gestão for devidamente implementada, conforme determina a legislação federal, uma parcela dessa documentação será de guarda permanente, enquanto os documentos sem valor probatório ou histórico poderão ser eliminados (BOLETIM UFMG, 2014).

Em razão da ausência de uma política institucional de arquivos, percebe-se que, ao longo da história da UFMG, os centros de documentação e os centros de memória, nas diversas unidades, passaram a executar importantes ações de salvaguarda, organização e preservação da memória institucional, devido - cabe repetir - à ausência de cumprimento da legislação.

Considera-se, assim, que a ausência de uma Política Pública de Arquivo é um fator que impulsiona o crescimento e criação de centros de memória e documentação. Essa hipótese orientou nosso trabalho de pesquisa, uma vez que a ausência da gestão documental leva ao acúmulo de documentos e, muitas vezes, a degradação desses. Isto gera, portanto, a preocupação com a perda desses documentos e da memória neles registrada.

Somando a isso, há uma confusão entre arquivos e centros de memória, considerando-os mutuamente excludentes. Muitas vezes, pondera-se que arquivo substitui centro de memória, quando na verdade, um deveria complementar o outro.

Nesse sentido, procurou-se fazer um levantamento de dados a partir do documento intitulado "*Relatório Síntese: Diagnóstico da massa documental acumulada da UFMG*" de coordenação da Diretoria de Arquivos Institucionais DIARQ/UFMG, datado em fevereiro de 2015. Esse levantamento resultou na Tabela 2 a seguir:

TABELA 2 - Volume de documentos acumulados: Unidade da UFMG X Centro de memória

Nome da unidade- UFMG	**Massas documentais acumuladas em metros lineares**	**Nome do centro de memória**	**Volume de documentos no centro de memória em metros lineares**	**Porcentagem da massa documental no centro de memória**
Faculdade de Educação	1088,12	Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da FaE	150,00	13,78 %
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	448,05	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer –CEMEF–	47,44	10,58 %
Faculdade de Ciências Econômicas	1167,35	Centro de Memória	53,00	4,54 %
Faculdade de Medicina	3668,49	Centro de Memória da Medicina- CEMEMOR-	126,00	3,43 %
Escola de Enfermagem	685,37	Centro de Memória da Enfermagem- CEMENF-	15,00	2,18 %
Faculdade de Odontologia	584 (Depósito)	Centro de Memória da Odontologia	9,00	1,54 %
Faculdade de Direito	841,22	Centro de Memória	2,00	0,23 %
Escola de Veterinária	766,23	Centro de Memória da Veterinária	–	–

FONTE: Elaborado pela autora.
Informações: "*Relatório Síntese: Diagnóstico da massa documental acumulada da UFMG*", fevereiro de 2015.

Nota-se que na primeira coluna da tabela foi descrito o nome da unidade pertencente à Universidade e, em seguida, os metros lineares das massas documentais acumuladas. Em contrapartida, na terceira coluna foi nomeado o centro de memória. Nas últimas colunas, respectivamente, há o volume dos documentos sobre responsabilidade no centro, em metros lineares, e a porcentagem pertencente ao centro em relação ao acumulado pela unidade.

Observa-se na Tabela anterior que dois centros de memória, logo, duas novas unidades são incluídas. São eles: O Centro de Memória da Faculdade de Ciências Econômicas e o Centro de Memória da Faculdade de Direito. Os mesmos não foram apontados até agora, pois não pertencem ao escopo dessa pesquisa, que fica balizada à Rede de Museus e Espaços de Conhecimento. Apesar disso, fizeram parte do Relatório Síntese e avaliou-se importante acrescentá-los para essa análise, em específico.

Ainda, analisando a tabela delineia-se a possibilidade de comparar o volume de documentos em metros lineares dos centros de memória *versus* os metros lineares das massas documentais acumuladas. Evidencia-se, assim, que, embora exista uma porcentagem de documentos institucionais sob custódia dos centros de memória, a quantidade de massas documentais acumuladas nas unidades acadêmicas é em proporções bem maiores, reafirmando que a falta de gestão documental leva ao acúmulo desordenado de documentos.

Desse modo, certifica-se a afirmativa do “centro de memória” não substituir o arquivo ou o inverso. Além disso, os centros de memória não têm como atribuição os serviços arquivísticos na administração corrente. Em outras palavras, não classifica os documentos nem avalia sua destinação. Há, sim, a necessidade de uma Política de Arquivo para controlar e/ou evitar a formação dessa grande quantidade de massa documental. Uma proposta equilibrada seria o trabalho em conjunto de ambas instituições e, até mesmo, os centros de memória e de documentação serem aspectos a ser contemplados pela política.

Também cabe discutir aqui outro aspecto que merece atenção: a função arquivística de aquisição no arquivo e no centro de memória. A aquisição é “ato ou efeito de adquirir” (FERREIRA, 1999) e recolhimento “[...] é o envio dos documentos remanescentes da aplicação dos prazos ditados pela avaliação/tabelas de temporalidade para a custódia definitiva nos arquivos finais” (BELLOTTO, 1991, p.143).

Diante dessas definições, chama-nos a atenção que

> [...] o arquivo recebe os documentos através de uma passagem natural, dentro das idades do documento: arquivo corrente, central, intermediário e permanente. O material será obrigatoriamente recolhido, sem haver, por parte do arquivista, qualquer seleção para aquisição (BELLOTTO, 1991, p. 41).

Desse modo, segundo BELLOTTO (1991, p. 143), o recolhimento no arquivo pode ser sistemático, revestido de certa regularidade ou "selvagem". O recolhimento sistemático é regular e organizado, seja no que diz respeito às datas, ou em relação à apresentação do material vindo do arquivo intermediário. Já o revestido de certa regularidade é feito diretamente dos arquivos correntes aos arquivos permanentes, quando ultrapassados os limites do uso primário. E, finalmente, o recolhimento "selvagem" é quando grandes massas documentais aleatórias são literalmente "descarregadas" nos arquivos permanentes, sem obediência a critérios técnicos.

Em contraposição ao arquivo, o centro de memória

> segundo a sua natureza e filiação e confirmando a sua posição mista, receberá seu acervo por compra, doação, permuta ou, à semelhança de arquivos, por recolhimento, se se tratar do centro de uma instituição e não de um centro que reúna documentação por especialidade (BELLOTTO, 2014, p.42).

Vê-se, dessa forma, que a composição do acervo de um centro de memória está relacionada, quando existente, à sua política de acervo. Em contrapartida, no arquivo existe uma naturalidade do fluxo documental, trata-se de uma reunião orgânica, ou seja, o acervo de um arquivo faz-se naturalmente e cumulativamente de acordo com as funções exercidas pelo órgão.

Sendo assim, pode-se afirmar que na UFMG os centros de memória e documentação não seguem uma padronização, o que existe são diferentes modelos de centros e que, por isso, possuem regras, estatutos, regimentos e/ou políticas específicas para cada um.

Diante disso e das visitas realizadas aos centros de memória da UFMG, foi possível perceber que apenas o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef) possui uma política de acervo constituída e em prática, como trataremos a seguir. Não excluindo, com isso, a afirmativa de que em muitos casos, na universidade, os "centros de documentação [e memória] são reuniões artificiais de documentos, estes dos mais variados tipos" (BELLOTTO, 2014, p.42).

Sobre a Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, cabe mencionar que foi fundada em 15 de novembro de 1953.

Hoje, conta com uma estrutura que engloba o Cemef. Salienta-se que este “lugar de memória” é destaque e é, também, nosso objetivo de pesquisa específico.

O Cemef tem como objetivos

> - Recuperar, preservar e divulgar a memória do curso de Educação Física da UFMG;
> - Acolher, preservar e divulgar documentos históricos relativos à memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer.
> - Realizar e fomentar estudos e pesquisas em História da Educação Física, do Esporte e do Lazer;
> - Estimular estudos interdisciplinares, promovendo intercâmbios com Centros congêneres nacionais e/ou internacionais;
> - Fomentar diferentes formas de divulgação da produção científica em História da Educação Física, do Esporte e do Lazer;
> - Organizar e promover eventos, mostras, cursos, exposições e outras iniciativas similares com vistas à socialização do conhecimento (CEMEF, 2015).

A história da EEFFTO/UFMG é marcada por algumas fases importantes para Educação Física em Minas Gerais. Destaca-se o documento do acervo do Cemef “*Necessidade da criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais*”, de 1947, que é capaz de elucidar os movimentos, em Belo Horizonte, de possibilidades e mobilizações para a criação da primeira Escola de Educação Física mineira.

> Publicado em formato caderno e contendo 14 páginas, o documento tem como signatários os professores Sylvio Raso, Teodomiro Marcelos, Antonio Macedo, Antenôr Horta, Ayerton Araújo, Maria Yedda Vecchio Mauricio, Hebert Almeida Dutra e Gabriel Godoi. Na década de 1940, todos eles atuavam em escolas públicas ou particulares, desenvolvendo o ensino da Educação Física, e, ou, em clubes de Belo Horizonte [...] (LINHALES; NASCIMENTO, 2014, p.39).

Esse documento foi entregue às lideranças políticas, mas o pedido não foi atendido pelo então governador Milton Campos. Em 1952, Juscelino Kubitschek já havia o sucedido quando foi criada a primeira escola de Educação Física, que nasceu, inclusive, do estreito diálogo com os instrutores da Polícia Militar, instituição na qual o novo governador exercera a Medicina. Os signatários do documento aguardariam ainda alguns meses até que as Faculdades Católicas criassem uma segunda escola de Educação Física na cidade, onde grande parte do grupo assumiu encargos docentes e de liderança na área (NECESSIDADE..., 1947, p. 11).

Em fevereiro de 1952 iniciaram-se as atividades da primeira Escola denominada Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. No segundo semestre desse mesmo ano, foi criada a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura. Na primeira Escola, a formação

era orientada com ênfases militares e, na segunda, com um propósito técnico-pedagógico. Contudo, já no ano seguinte, em 30 de setembro de 1953, houve a fusão das Escolas, em acordo firmado entre o governador Juscelino Kubitschek e Dom Cabral, representante da Igreja Católica em Belo Horizonte. A partir disso, a instituição foi denominada Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEFMG), a qual

> passou a ter uma organização mista, mantida com recursos da Diretoria de Esportes do Estado e recebendo orientação pedagógica da Sociedade Mineira de Cultura, com destaque para a inclusão da disciplina Cultura Religiosa no currículo (LINHALES; NASCIMENTO, 2014, p.41).

Na década de 1960, a instituição vivenciou uma crise financeira e a solução encontrada constituiu-se como parte das ações do então governo militar que, por decreto, incorporou-a à Universidade Federal de Minas Gerais, em 1969 (LINHALES; NASCIMENTO, 2014). Contudo, somente em 12 de dezembro de 1977 houve a inauguração da nova sede no Campus Pampulha. Dentre as diversas instalações, ressalta-se que a nova escola teria um espaço no segundo andar para a Biblioteca, elaborada segundo um planejamento denominado "*projeto de informações*", em três etapas, a saber: 1ª) Implantação da nova biblioteca da Escola em 20 de setembro de 1977 com 7.000 volumes; 2ª) Implementação do Centro de Documentação e Informação (CEDOC) em agosto de 1978 e 3ª) Implementação do Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (SIBRADID).

Chama-se a atenção à peculiaridade em relação às demais unidades da UFMG, de já ter existido, na mencionada Escola, um Centro de Documentação e Informação. Fundado em 1978, o CEDOC possuía como supervisora uma Bibliotecária. Isto nos leva a crer que a ausência do profissional arquivista na época e a formação acadêmica intitulada "*bibliotecário documentalista*" justificava a função assumida por tal profissional. Assim, na época, o documentalista era

> principalmente um bibliotecário que se especializa em outra área ou um especialista de área do conhecimento que estudava Biblioteconomia. Ele aí aprenderia as técnicas de organizar e classificar os documentos. Mas pode ser também um doutor em alguma área qualquer que façam um treinamento de bibliotecário e arquivismo. [...] A documentação sempre foi uma matéria do curso de biblioteconomia. Na época que eu estava, eu tinha o domínio de cinco línguas e isso me levou a interessar por organizar matéria científica em qualquer área. [...] O primeiro curso que eu fiz foi o oferecido pela Escola de Ciência da Informação: documentação. Depois a Escola mandava buscar professores do Estrangeiro. Eu tive aula com um professor de Portugal que era especialista em documentação, e comecei a estudar como que o Paul Otlet e La Fontaine, que foram os primeiros documentalistas do mundo moderno. Eles criaram vários mecanismos para você classificar a ciência, separar e aproximar o que fosse interessante. E sempre o objetivo do documentalista é organizar por assunto, além de título e autor o assunto é

> vital. Então eles criam um tipo de livro, são os chamado Tesauros em Latim. A Educação Física que é atualizado periodicamente e que trás os termos em inglês (ENTREVISTADA 7, 2014).

Nessa direção, é possível compreender que a intenção de formação desse profissional, embora demonstre preocupação com o tratamento documental, perpassa por outro caminho de instrução diferente do profissional arquivista dos tempos atuais. Confirma-se, através da entrevista, que o objetivo da bibliotecária documentalista voltava-se para a organização dos documentos arquivísticos em “assuntos”, justificando-se um centro de documentação e informação reunindo acervo por especialidade ou tema de estima.

Nesse contexto, com o propósito de oferecer informações aos alunos, professores e especialistas em Educação Física, o CEDOC compunha-se por uma Biblioteca, Setor de Periódicos, Banco de Dados, Mapoteca, Setor de Audiovisual e Fotocópias.

A Biblioteca estrutura-se em 7.000 volumes de obras especializadas e matérias conexas (UFMG – CARTILHA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1978). Além disso, dois sistemas de informações faziam parte da Biblioteca:

> 1.1- Biblioteca Universitária - Com 24 unidades ligadas diariamente através de um serviço de malote permite aos nossos leitores solicitar, através do Empréstimo entre Bibliotecas, livros pertencentes a qualquer componente do Sistema. O acervo da Biblioteca Universitária é de aproximadamente 500.000 volumes.
> 1.2- BIREME (Biblioteca Regional de Medicina) – A Biblioteca da Escola de Educação Física, pertencendo à área Biomédica é membro da BIREME [...]. A BIREME fornece fotocópias de artigos de revistas. As fotocópias dos artigos editados, nos últimos três anos, são gratuitas. A BIREME é depositária das publicações da ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (ONU) (UFMG – CARTILHA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1978, p. 2).

Chama-nos a atenção, também, os demais setores que compunham o CEDOC,

> 2- SETORES DE PERIÓDICO - Jornais e revistas especializadas e de Cultura Geral à disposição dos leitores. Em 1979, teremos 80 títulos de Revistas Estrangeiras e 10 Revistas Nacionais compradas, além de 50 títulos recebidos por doação.
> 2.1- INDEXAÇÕES DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS - Em ordem de assunto você encontra indicações dos artigos mais importantes e atuais na área da Educação Física.
> 3- BANCO DE DADOS - Fornece indicações ou cópias de dados relevantes para Educação Física no Brasil e no Mundo. [...]
> 4- MAPOTECA - Coleciona gravuras, atlas de anatomia, cinesiologia, biomecânica, fisiologia, ginástica, pôsteres de esportistas famosos, etc.
> 5- SETORES DE AUDIO-VISUAL - Onde você pode encontrar: retroprojetores, filmadoras, gravadores, toca-discos, projetores de slides,

> projetores de carrossel, projetores cinematográficos individuais e grandes de 8mm, super 8 e 16mm, áudio-visores Ektagraphic, Filmoteca, discoteca, slides.
> 6- FOTOCÓPIAS - Serviço de fotocópias NASHUA no local ou pelo correio (UFMG – CARTILHA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1978, p. 2 e 3).

A partir dessa afirmação, é possível perceber que o CEDOC debruçava-se na função, principalmente, de apoio à pesquisa, divulgação do acervo e informação. Tessitore (2003) discorre sobre esse contexto de centro de documentação, esclarecendo que

> o centro de documentação [...] reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ ou referências sobre uma área específica da atividade humana. [...] - diversidade que é, ao lado da especialização temática, a marca distintiva dos Centros de Documentação, e que está presente também em suas atividades referenciadoras (TESSITORE, 2003, p. 14-15).

Importa refletir também acerca das características do banco de dados de "*fornecer indicações ou cópia de dados relevantes*". Uma vez que “representa algum aspecto do mundo real, às vezes chamado de minimundo ou de universo” (ELMASRI; NAVATHE, 2011), o tal banco de dados do CEDOC reflete sobre cópias de dados.

Atualmente, observa-se que diferentes iniciativas têm surgido em Escolas de Educação Física de Universidades públicas do país, no que se refere à necessidade de preservação e custódia de sua documentação institucional e de preservação da memória do campo, destacando-se a criação de centros de memória e documentação. Iniciativas que estão, em grande parte, ligadas aos profissionais que atuam no campo de atuação de História da Educação Física e áreas afins. Embora sejam experiências diferentes, tanto em termos de institucionalização quanto em propósito de trabalho, podemos destacar as ações em curso no

> Centro de Memória do Esporte (CEME) na UFRGS, no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEFEL) da UFS, o PROTEORIA na UFES, o CEMEFEL/IFSULDEMINAS, em Muzambinho e o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef) na UFMG (NASCIMENTO *et al,* 2013 p.52).

No que diz respeito ao Cemef, este centro foi criado na Universidade Federal de Minas Gerais em 2001 e está vinculado ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO). O propósito inicial era o de estabelecê-lo como um lugar com condições estruturais capazes de contribuir para a recuperação, preservação, conservação e divulgação de

documentos relativos à história da própria Escola de Educação Física, que, dispersos na instituição, corriam risco de degradação ou perda. Atualmente, além das ações de pesquisa em História da Educação Física e temáticas afins, o centro de memória possui um acervo constituído e o mesmo inclui uma diversidade de documentos de arquivo, biblioteca e museu (NASCIMENTO *et al*, 2013).

Os primeiros movimentos voltados para a preservação da memória da Educação Física da UFMG são datados de 1999 com projeto denominado de "*Escola de Educação Física/ UFMG- Projeto Memória Institucional*" e possuía como "*objetivo recuperar, preservar, organizar e armazenar e divulgar os documentos referentes à memória institucional da Escola de Educação Física/ UFMG*" (PROJETO MEMÓRIA INSTITUCIONAL, 1999). Os objetivos específicos estavam norteados em

> 1- Recuperar, preservar, organizar e armazenar os documentos oficiais; 2- Indexar atas da Congregação, do Conselho Departamental, dos Colegiados e Departamentos; 3- Recuperar, preservar, organizar e armazenar os documentos sobre a história administrativa e cultural da Unidade; 4- Divulgar os documentos da memória, através de catálogos, exposição permanente, produção de CD Rom e disponibilização na página da Escola na internet (PROJETO MEMÓRIA INSTITUCIONAL, 1999).

Chama a atenção os termos utilizados, como por exemplo, a ideia inicial de um "projeto" e não de um "centro de memória". Soma-se a isso a separação realizada entre documentos oficiais, atas e documentos sobre a história, isto é, foram considerados separadamente.

Nota-se, também, o uso de um termo específico da área de conhecimento da Biblioteconomia: indexar. De acordo com a NBR 12676 (ABNT, 1992, p.2), indexação é "o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação", isto é, trata-se da representação dos assuntos de um documento por meio de termos/conceitos extraídos do próprio texto.

Importa destacar que o termo acima mencionado deve-se ao envolvimento do profissional de Biblioteca nessa primeira fase. Identifica-se, assim, uma preocupação na organização e identificação do acervo de fotografias.

> Havia até uma sala reservada no segundo andar e a bibliotecária de então, coordenava um pouco esse movimento, chegou organizar as fotografias, Shirlei Maciel o nome da bibliotecária, chegou a organizar o acervo de fotografias que está conosco até hoje, e trouxe alguns professores já aposentados para, por exemplo, identificar as pessoas que estavam na fotografia, o local onde elas estavam. Estou dando esse exemplo, para dizer desse primeiro movimento (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS - Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 1).

Ainda na fonte “Projeto Memória Institucional, 1999” é importante ressaltar que a “coleta de dados” contaria com a colaboração dos docentes e, no caso de ex-docentes e herdeiros de falecidos, notificação aos seus familiares, bem como com a ajuda de outras unidades. Progredindo, no ano de 2001, outra proposta (“pontapé” inicial) assinada pelo Professor Tarcísio Mauro Vago é apresentada ao então diretor da Escola de Educação Física da UFMG, Pablo Juan Grecco.

> Um dia o então, diretor da Escola de Educação Física, o professor Juan Grecco, passando por mim no corredor da escola, me disse “Tarcísio, está na hora de organizarmos o nosso Memorial, gostaria que você se envolvesse com isso”. Ora, eu não era nem professor efetivo da Escola de Educação Física, eu era professor do Centro Pedagógico, e estava a um mês de defender a minha tese [...] aí então eu disse a ele “Opa, me deixa concluir o meu doutorado que e eu me envolvo com isso". A partir daí, quando chegou 2000, eu voltei, defendi e voltei para UFMG e então ele novamente me procurou "e então Tarcísio, você já defendeu sua tese? Vamos organizar o Centro de Memória?". Então eu falei que iria fazer uma proposta, e fiz um primeiro documento que você pode encontrar... Está aqui no Centro de Memória. [...] Então eu apresentei um documento que eu nem teria coragem de chamá-lo de rudimentar, era menos do que rudimentar. Dizendo que o objetivo de criar um Centro de Memória era primeiro o de preservação de documentos importantes para da Escola de Educação Física da UFMG, mas também da área de Educação Física e que pudessem virtualmente depois, tornarem-se documentos importantes para estudos e pesquisas. E isso eu fiz como se fosse uma mensagem para ele, uma cartinha para ele. Ele pegou este documento levou a congregação, como se fosse um super projeto [risos] e então foi imediatamente aprovado, já era início de 2001 [...] a congregação aprovou e então estava criado o Centro de Memória da Educação Física como chamávamos naquele momento (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS - Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 1).

Nessa proposta de abril 2001, intitulada “*Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFMG* (nome provisório)”, o projeto mostra-se mais esclarecedor, atuando em dois eixos assim nomeados: o primeiro especialmente dedicado à história da *Escola de Educação Física da UFMG* e outro dedicado à *História da Educação Física em Minas Gerais e no Brasil*.

Além disso, a organização se daria em dois eixos:

> Primeiro Eixo de Organização: “Memorial da Escola de Educação Física da UFMG”. Objetivo: Guarda de material histórico relativos à Escola de Educação Física: a) documentos históricos da Escola; b) objetos doados por Professores da EEF em diferentes épocas (livros; revistas; manuais; cadernos; fotografias; medalhas; troféus; aparelhos; vestuário; etc [...]).
> Segundo Eixo de Organização: “História da Educação Física”. Objetivo: Favorecer a pesquisa e a divulgação da produção sobre a história da educação física no Brasil, especialmente em Minas Gerais.
> Eixos derivados: 1. História das Instituições de formação docente em Educação Física (Escolas Normais; Escolas Superiores de Educação Física, Escolas de Educação Física do Exército; outras); 2. História Escolar da Educação Física; 3. História do Esporte; 4. História da Dança; 5. História da Capoeira; 6. História da Ginástica; 7. História dos Jogos; 8. História dos Brinquedos e das Brincadeiras; 9. História da Educação Física a partir de impressos (legislação; cadernos de professores; artigos; dissertações; teses; anais, outros); 10. História da Educação Física a partir de fontes orais:

> memória dos professores (de escolas de ensino fundamental, médio, superior e de escolas superiores de educação física); memória de alunos (primeira, segunda e terceira idade) (ALGUMAS IDÉIAS, 2001, p.2).

Com base em tais ideias e sugestões, é aprovada, em reunião da Congregação no dia 07 de maio de 2001, a criação do "*Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFMG"*. Porém, em 2002, alguns novos apontamentos são feitos e estabeleceram-se objetivos mais claros e sólidos, sendo eles

> Objetivo Geral: consiste na criação de um Centro de Memória com a finalidade de organização, preservação, pesquisa e divulgação do acervo bibliográfico, arquivístico e museológico produzido pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais.
> Objetivos Específicos: - Promover a organização de um grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física- resgatar, fomentar e divulgar a história da EF a partir de Minas Gerais;
> -Criação de Núcleos Temáticos, com vistas a organização de acervos específicos (Núcleo de História das Instituições de formação docente em EF; História Escolar; História do Esporte; História da Dança; História da Capoeira; História da Ginástica; História dos Jogos; Brinquedos e Brincadeiras; História do Lazer)
> -Estimular estudos interdisciplinares e intercâmbio com grupos e entidades congêneres, nacionais/ internacionais.
> -Organizar e promover eventos periódicos, mostras, cursos e outras iniciativas similares.
> -Disponibilidade do acervo para consultas internas e externas (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2002, p.1).

Nota-se que a proposta dos eixos de organização, apresentada no primeiro documento, é transformada em criação de núcleos temáticos de organização e também surge a proposição de grupo de pesquisa e estudos.

Criado o centro, composto naquela época por apenas três pessoas, Prof. Tarcísio Vago e mais dois bolsistas, começou-se um processo do recolhimento da documentação, que hoje é claramente denominado de "*recolhimento romântico, selvagem*" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.2). Percebe-se que a proposta inicial era reunir os documentos, sem a preocupação de regras ou princípios. O seguinte depoimento é claro a esse respeito:

> Com que princípios? Com esse único princípio, "não podemos deixar ir para o lixo". Eu não tinha nenhum conhecimento a respeito de Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, *nada*, restauro, *nada*, eu sou professor de Educação Física, e daí também, como naquele primeiro documento, o tal do documento rudimentar, eu tinha falado de coleção de professores, e como eu tinha sido aluno de todos os professores fundadores da escola, conhecia esses professores e sabia que alguns já haviam falecido, nós começamos um movimento de ir ao encontro desses professores, dos que estavam vivos ou de suas famílias (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS –Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 4).

Desse modo, é possível dizer que a constituição do centro de memória nasce da necessidade de guardar algo que poderia ser perdido ou destruído. O surgimento dos lugares de memória, segundo Nora (1993), é

> [...] a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais [...] (NORA, 1993, p. 22).

Contudo, o vínculo estabelecido com a estrutura da Escola e, por consequência, com a UFMG, deu-se através da elaboração do Regimento Interno do Cemef, uma vez que

> O 'Regimento Interno' regulamenta a organização e o funcionamento do Centro em consonância com o disposto na legislação vigente na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e com o Estatuto e o Regimento Geral da UFMG. Conferir ao CEMEF este 'documento de identidade' cumpre também a função de garantir a sua existência institucional [...]. Assim regulamentado, o CEMEF também se apresenta em melhores condições para concorrência em editais públicos de fomento a estudos e pesquisas (LINHALES, CUNHA e VIANA, 2007, p. 7-8).

Nota-se a ausência de normas e regras da Arquivologia no tratamento documental dos documentos arquivísticos do Cemef. A organização muitas vezes pautou-se em princípios biblioteconômicos, seja pelo não conhecimento dos conceitos arquivísticos, seja pela presença somente do profissional bibliotecário no quadro de funcionários da universidade, o que é confirmado a seguir:

> E aí vem o segundo movimento que é, então, de organização desse acervo. Eu não tinha competência, a professora Meily em um primeiro momento e a professora Cristina começaram a desenvolver os modos de organizar esse acervo, em um primeiro momento mais baseados nos princípios da Biblioteconomia do que da Arquivologia, e nesse movimento começou assim, e houve um deslocamento, sem abandonar algo da biblioteconomia que é importante, mas hoje nós pensamos esse Centro de Memória (Cemef) como um arquivo (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 6).

Nessa direção, já em 2007, com a chegada da Professora Doutora Meily Assbú Linhales, percebe-se que mudanças começaram a acontecer. Pode-se inferir – a partir da análise da entrevista cedida ao *Projeto Garimpando Memórias* – que esse é um momento de mudanças de intenções e amadurecimento de conceitos. Nesse sentido, é possível afirmar o início do pensamento pelo viés da Arquivologia no Cemef:

> [...] A gente sabia que tinha acervo que era institucional e sabia que tinha acervo de ex-professores, eram essas duas diferenciações. Tinha uma produção de acervos que era o projeto história oral, que a gente tinha

> também. [...] Eu tinha uma sensação de que os arquivos que não poderiam ser misturados estavam sendo misturados, me incomodava profundamente. Além de uma lógica que era uma lógica de classificação por tipos documentais [...]. Isso tudo para mim era objeto de preocupação, porque eu já estava lendo, estudando muita coisa relacionada à Arquivologia e compreendendo, não só compreendendo, mas me convencendo de que o respeito aos fundos e ao princípio da ordem original eram coisas que das quais a gente não poderia abrir mão, sob o risco de embaralhar algumas fontes, algumas informações, inclusive para a pesquisa histórica (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.2).

Observa-se, desse modo, que nesse primeiro momento havia pouca clareza sobre o acervo e, portanto, dificuldade para a organização. Somando a isso, fica evidente que o princípio da proveniência[21] e o princípio do respeito à ordem original[22] não estavam sendo seguidos ou ainda não eram entendidos nessa fase.

Ainda em condições difíceis de trabalho, pois a sala que funcionava o Cemef era relativamente muito pequena para suportar todo o acervo, além de reuniões e processo de tratamento, produziu-se o primeiro *Instrumento de Pesquisa: o guia de fontes*, no ano de 2007, organizado pelas professoras Meily e Maria Cristina Rosa.

> Em documento estabelecido [...] foi possível constatar um exercício organizativo orientado ora por tema de pesquisa, ora por tipos ou gêneros documentais. Nessa fase, as orientações pautavam-se mais por pressupostos biblioteconômicos, orientadores de uma classificação pouco atenta aos princípios básicos da arquivística (LINHALES; NASCIMENTO, 2014 p. 43).

Contudo, no ano de 2006 o Cemef concorre a uma Chamada Pública – *Ciência e Tecnologia para o Esporte - 01/2006, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MTC)*, por meio da FINEP (Financiadora de Projetos) e os principais produtos são: construção da nova sede do Cemef (2006-2011), expansão do grupo de estudo e pesquisas e a produção do *"Levantamento e catalogação de fontes para o estudo da Educação do Corpo em Belo Horizonte (1891-1930)".*

Sendo assim, em julho de 2011, o novo prédio é inaugurado e a nova instalação conta com 250m^2 (01 salão de exposições, 02 salas para reserva técnica, 01 sala de tratamento de acervos, 02 gabinetes de professores, 01 secretaria, 02 banheiros e 01 copa) melhorando substancialmente as condições de trabalho.

Concomitante, através do projeto "*O CEMEF/UFMG como lugar de memória e pesquisa da história do esporte em Minas Gerais: organização e conservação de acervos*" (Edital FAFEMIG- 2009), o Prof. Adalson Oliveira do Nascimento, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, começa a atuar no Cemef

[21] Princípio da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras (BRASIL, 2005, p. 127).
[22] Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu (BRASIL, 2005).

especialmente com o tratamento documental do acervo arquivístico. “Ressalta-se também a interlocução realizada, no formato de consultoria com dois especialistas em organização de arquivos: Leandro Nunes, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, e Pedro Brito, do Arquivo Público Mineiro” (LINHALES, 2014).

As contribuições do Prof. Adalson ao Centro de Memória pautaram-se no auxílio à organização do acervo e dos instrumentos de pesquisa. Ou seja, o olhar de um profissional com experiência na área de Arquivologia se junta à equipe.

> Eu fiquei junto com a professora Meily coordenando o trabalho de acervo de documentos arquivísticos, os documentos gerados pela própria Escola de Educação Física, a escola começou em 1952, então, parte do acervo que foi gerado na escola desde 1952 foi acumulado e estava lá, sob a guarda do Cemef, eu fiquei junto com a professora Meily no trabalho de organização desse acervo gerado pela própria escola. É um acervo bem diversificado em termos de suporte, tem documentos em papel, fotografias, filmes, fitas, enfim, cartuchos com fitas de áudio e vídeo que eram materiais utilizados em aula, objetos tridimensionais, documentos dos mais diversos suportes mas que tem essa característica, são documentos produzidos no funcionamento da escola, a partir de 1952 (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson Oliveira do Nascimento, 2014, p.2).

Desse modo, chama-nos a atenção que o Cemef não apenas possui documentos recebidos pela temática de interesse: Educação Física. Há um recolhimento de documentos institucionais, que foram produzidos para comprovar uma ação de um determinado órgão. E que, portanto, deveriam ser de responsabilidade da instituição que o produziu, ou seja, a Escola de Educação Física da UFMG.

O acervo do Cemef não pode ser confundido com o Arquivo da Instituição, uma vez que apenas uma parte encontra-se sob a responsabilidade do Centro e na unidade ainda existem documentos produzidos legalmente e formalmente. Ademais, o Cemef não implementa a Gestão de Documento, classificando, avaliando e determinando a destinação dos documentos em fase corrente e intermediária. Em razão da não implementação dessas funções arquivísticas, o referido centro está longe de atuar como um Arquivo Setorial.

Vale lembrar que não cabe ao Cemef tomar para si essa responsabilidade de lidar com as massas documentais acumuladas que surgiram e surgirão. Deveria, legalmente, ser uma responsabilidade da UFMG e da EEFFTO. É claro que a vontade e a necessidade de preservação dessa documentação não impede o fato do Cemef querer assumir essa obrigação.

Nessa direção, é plausível a justificativa do referido centro em organizar apenas a documentação institucional de 1952 (fundação da Escola de Educação Física) até o período de 1980, pois a partir dessa data passam a compor a unidade os cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Entretanto, a EEFFTO continua

produzindo documentos no que diz respeito à Educação Física, como também a Fisioterapia e Terapia Ocupacional. E devido à ausência de uma Política Arquivística da UFMG, a massa acumulada tende a aumentar consideravelmente e, com o passar do tempo, sua organização também será exaustiva.

Portanto, a situação ideal de uma gestão documental efetiva para UFMG geraria a tranquilidade ao Cemef de organizar outros acervos de interesse, já que os institucionais estariam organizados e disponíveis, servindo de apoio e base para as pesquisas realizadas pelo centro.

3.1 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO

O processo de aquisição de acervo do Cemef, conforme apresentado brevemente, passou por etapas distintas desde a sua criação. A primeira etapa ficou caracterizada como “um processo de recolhimento que hoje a gente chama de um recolhimento muito romântico, todo mundo que chegava dizia para o Tatá [Tarcísio] que tinha alguma coisa, ele dizia: “Leva para o CEMEF” (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.2). Esse movimento começou a acontecer em 2002 como uma inquietação na busca por documentos importantes que poderiam estar se perdendo. O depoimento seguinte explana tal preocupação:

> Então, eu enviei um projeto agora já para a reitoria da UFMG pedindo bolsistas dentro de um programa específico que havia, consegui dois bolsistas, os dois primeiros bolsistas, que foram a Amanda e o Roberto Kanitz Júnior e nós três éramos o Centro de Memória da Educação Física, naquela sala que estava destinada. O que nós fizemos naquele primeiro momento? Saímos, tão somente orientados por isso, “os documentos são importantes, vamos atrás deles”, saímos a busca de documentos, por exemplo, fomos a biblioteca da Escola de Educação Física para ver obras importantes, obras raras que nós tínhamos e que estavam a ponto de ser descartadas, porque não havia uma política de preservação, de guarda, elas eram descartadas, havia obras em que professores escreviam nelas próprias, desatualizadas, e aquilo ia para o lixo (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 3).

Sendo assim, o mesmo procedimento aconteceu para a coleta de outros acervos que se encontravam dispersos. Nota-se, através do depoimento a seguir, que a EEFFTO/ UFMG não implementava cuidados com os documentos produzidos/acumulados.

> [...] eu me recordava de alguns álbuns de fotografia que vi na minha época de estudante, quando eu fui presidente do Diretório Acadêmico em 1981, e nas reuniões da sala da Congregação havia uma estante com vários álbuns de fotografia [...] “onde será que estão esses álbuns?” Fui na direção e não deram notícia, fui então ao porão, abaixo da escadaria do auditório [...] E era mesmo isso, era um porão completamente típico de um porão abandonado,

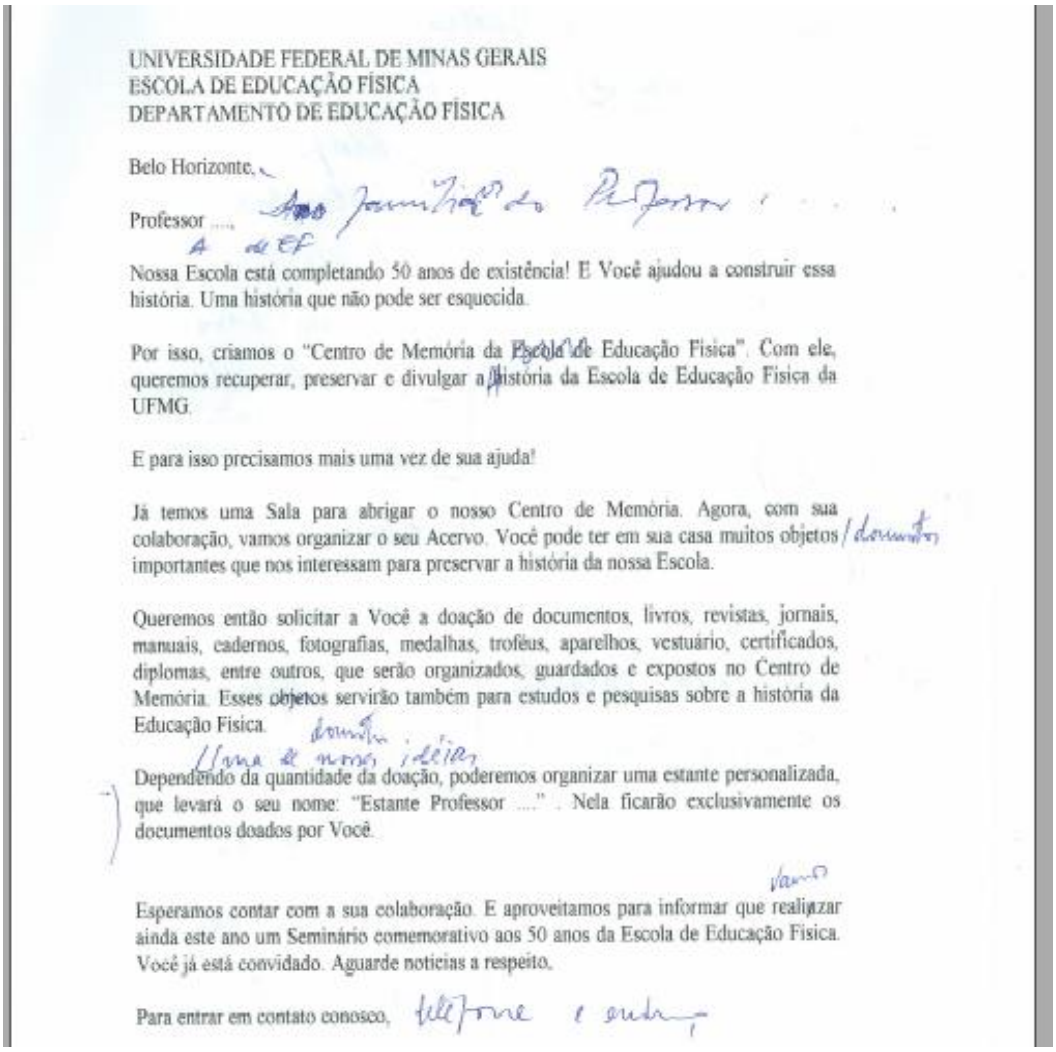
> em meio a computadores abandonados, mesas, móveis estragados, lá estavam alguns documentos, eu encontrei junto com a Amanda e com o Roberto, estes álbuns e aí começamos (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS –Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 4).

Nessa direção, surge um sentimento de "*sedução*" pelos documentos, fato corriqueiro para os envolvidos pelo trabalho. Ao mesmo tempo, registrava-se um ímpeto de tristeza ao se deparar com tamanho descuido:

> E aí fomos tomados por um sentimento próprio de quem acaba se envolvendo com isso, "como podemos fazer isso com a nossa história?" E então reunimos documentos e aí disso, da biblioteca para o porão, do porão para os departamentos, dos departamentos para a direção, os livros de ata... E fomos descobrindo documentos, documentos, documentos, e havia uma outra sala que é o famoso arquivo morto, e fomos pedindo, aí pedimos autorização para a direção da escola, para reunir naquela sala que estava reservada, pelo menos os documentos dos trinta primeiros anos da escola, a escola foi criada em 1952, 1953 então que até 1983 nós tivemos acesso, foi usado esse acesso e começou o processo de reunião de documentos (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS –Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 4).

Por conseguinte, realizou-se o recolhimento dos Arquivos Pessoais de Professores (assim denominados atualmente) pautado na busca com a intenção de "ir ao encontro desses professores, dos que estavam vivos ou de suas famílias" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Tarcísio Mauro Vago, 2014, p. 4). A Figura 5 a seguir exibe o modelo o qual era encaminhado para a sensibilização desse tipo de acervo:

FIGURA 5- Modelo de carta de solicitação à doação de acervo (Cemef)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Belo Horizonte, ...

Professor ....

Nossa Escola está completando 50 anos de existência! E Você ajudou a construir essa história. Uma história que não pode ser esquecida.

Por isso, criamos o "Centro de Memória da Escola de Educação Física". Com ele, queremos recuperar, preservar e divulgar a história da Escola de Educação Física da UFMG.

E para isso precisamos mais uma vez de sua ajuda!

Já temos uma Sala para abrigar o nosso Centro de Memória. Agora, com sua colaboração, vamos organizar o seu Acervo. Você pode ter em sua casa muitos objetos importantes que nos interessam para preservar a história da nossa Escola.

Queremos então solicitar a Você a doação de documentos, livros, revistas, jornais, manuais, cadernos, fotografias, medalhas, troféus, aparelhos, vestuário, certificados, diplomas, entre outros, que serão organizados, guardados e expostos no Centro de Memória. Esses objetos servirão também para estudos e pesquisas sobre a história da Educação Física.

Dependendo da quantidade da doação, poderemos organizar uma estante personalizada, que levará o seu nome: "Estante Professor ...." . Nela ficarão exclusivamente os documentos doados por Você.

Esperamos contar com a sua colaboração. E aproveitamos para informar que realizar ainda este ano um Seminário comemorativo aos 50 anos da Escola de Educação Física. Você já está convidado. Aguarde notícias a respeito.

Para entrar em contato conosco, ...

Fonte: Arquivo Cemef/UFMG.

Assim, muitos acervos foram reunidos em razão de serem considerados de relevância para a área de estudo da História da Educação Física, o que é confirmado por Linhales (2014):

> Os primeiros acervos pessoais chegaram ao Cemef/UFMG entre 2001 e 2004, por iniciativa dos pesquisadores atuantes no Centro. Foram ações de recolhimentos motivadas pelo interesse em reunir acervos considerados importantes para a História da Educação Física. Foram doados por familiares de alguns professores já falecidos e, posteriormente, outros conjuntos documentais se juntaram a esses, doados por professores já aposentados ou ainda em atividade, que escolheram pessoalmente depositar seus acervos acumulados no Centro (LINHALES, 2014).

Contudo, tomando o *Guia de Fontes* como referência inicial, fica claro que esse instrumento de pesquisa ressaltou a importância de “tirar o CEMEF desse lugar,

de um recolhimento sem critérios" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p. 3).

Assim sendo, atualmente o processo de aquisição de acervo orienta-se pela elaboração da nova linha de acervo findo o processo de organização dos arquivos institucionais do Cemef (momento de elaboração do livro) e, mais especificamente, em 2014 com os estudos e reflexões do pós- doutorado da Prof. Meily. Ela mesma esclarece

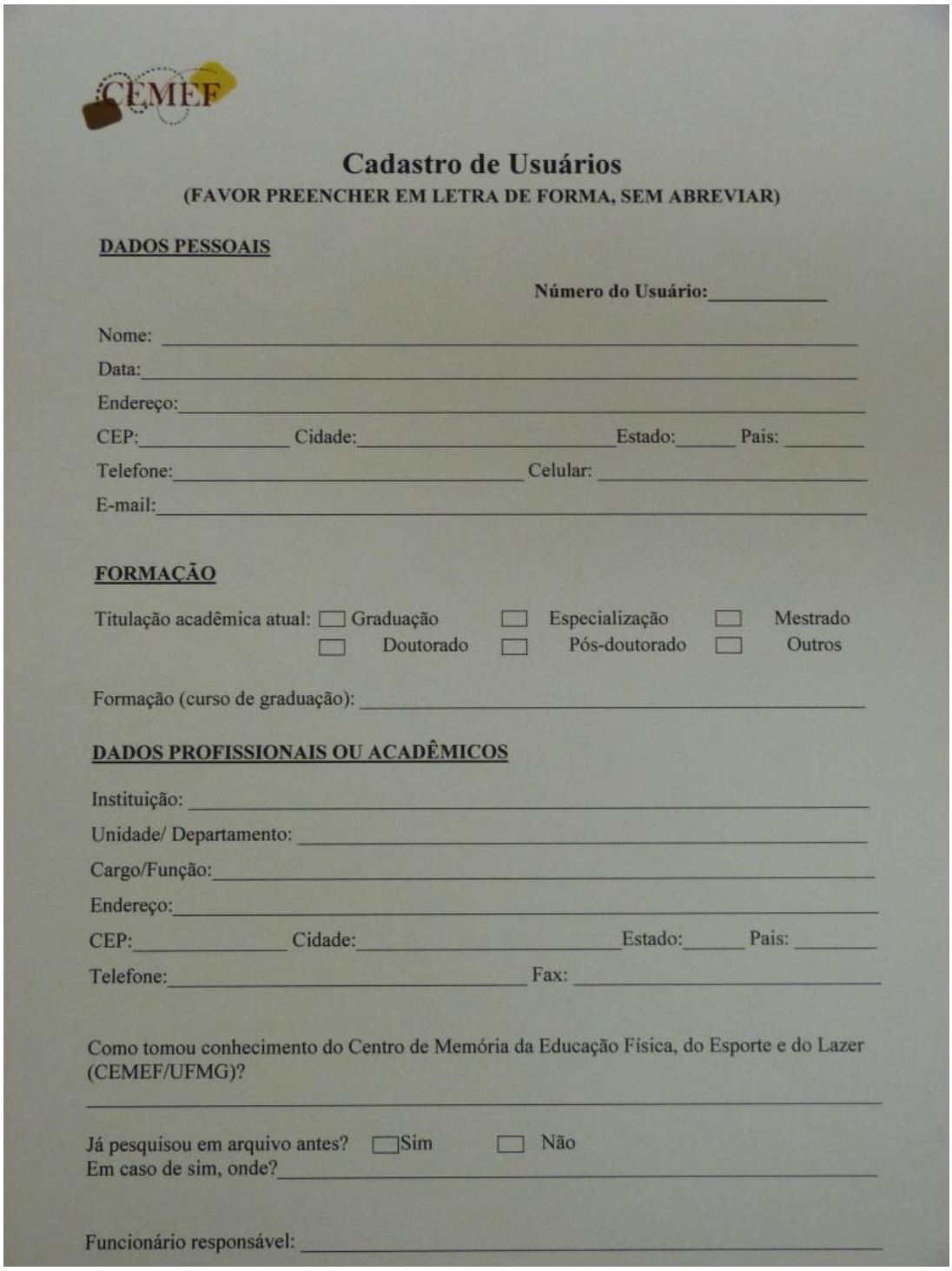
> 2014, que é o momento dos documentos da política de acervos [...] é fruto de minhas reflexões do pós- doutorado, levando minhas questões de pesquisa para discutir com a Luciana Heymann. Ela colocava questões que me provocava a pensar alguns equívocos do nosso arranjo. Acho que é um momento, eu entendo assim, é uma fase, um estágio, e ele foi absolutamente necessário, assim como o anterior, do guia de fontes, também foi (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p. 4).

A política de acervo, no caso do Cemef, surge como uma necessidade de estabelecer “procedimentos de recolhimento [...] era uma urgência, uma necessidade" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p. 4). Embora não tenha sido uma preocupação explícita do Cemef na elaboração da política, Bicalho (2011), a seguir, chama a atenção para o usuário:

> A política de formação de acervo deve ser definida pelo próprio Centro de Memória, sendo, contudo, necessário proceder a uma constante avaliação com base na demanda dos usuários e no que é considerado importante para a trajetória da área e da instituição que a abriga. A existência do espaço e do material disponível no acervo se justifica na medida em que são utilizados pela comunidade interna e/ou por pesquisadores e público externo. Para tanto, os Centros de Memória devem buscar o contato efetivo e sistemático entre as fontes de informação (itens do acervo) e os usuários (BICALHO, 2011, p. 18).

Além disso, analisando-se a “*Política de Acervo do Cemef*”*,* nota-se a padronização e o respaldo para toda a linha de acervo em identificar o usuário, bem como seus supostos interesses de pesquisa, conforme explicitado a seguir:

FIGURA 6- Formulário de Cadastro de Usuário do Cemef



CEMEF

Cadastro de Usuários

(FAVOR PREENCHER EM LETRA DE FORMA, SEM ABREVIAR)

DADOS PESSOAIS

Número do Usuário:_____

Nome: _____

Data:_____

Endereço:_____

CEP:_____ Cidade:_____Estado:_____ Pais: _____

Telefone:_____ Celular: _____

E-mail:_____

FORMAÇÃO

Titulação acadêmica atual: ☐ Graduação ☐ Especialização ☐ Mestrado
☐ Doutorado ☐ Pós-doutorado ☐ Outros

Formação (curso de graduação): _____

DADOS PROFISSIONAIS OU ACADÊMICOS

Instituição: _____

Unidade/ Departamento: _____

Cargo/Função:_____

Endereço:_____

CEP:_____ Cidade:_____Estado:_____ Pais: _____

Telefone:_____ Fax: _____

Como tomou conhecimento do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG)?

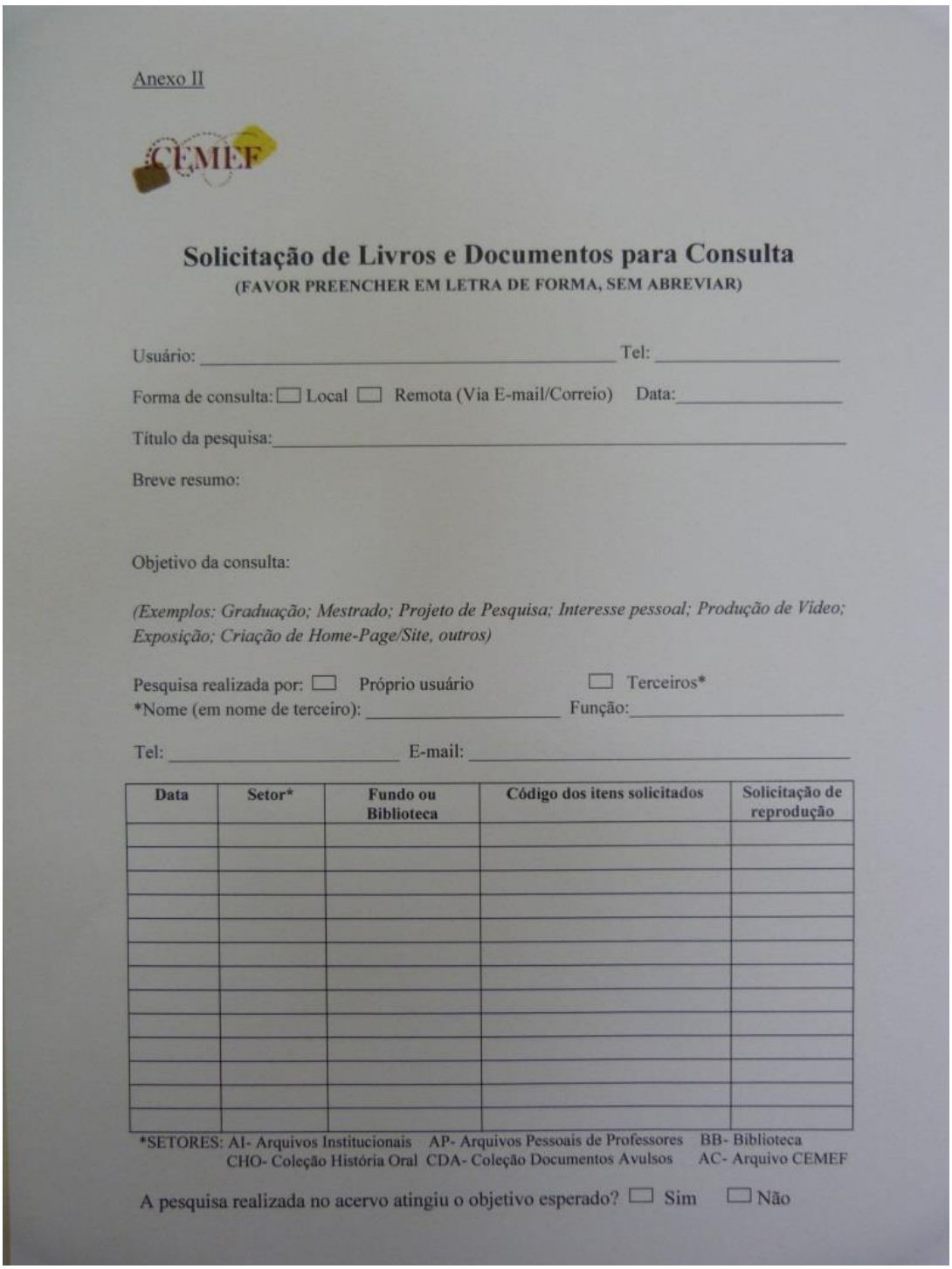
_____

Já pesquisou em arquivo antes? ☐Sim ☐ Não
Em caso de sim, onde?_____

Funcionário responsável: _____

FONTE: Política de Acervo do Cemef/UFMG

FIGURA 7- Formulário de Solicitação de livros e Documentos para Consulta do Cemef



Anexo II

CEMEF

Solicitação de Livros e Documentos para Consulta

(FAVOR PREENCHER EM LETRA DE FORMA, SEM ABREVIAR)

Usuário: _____ Tel: _____

Forma de consulta: ☐ Local ☐ Remota (Via E-mail/Correio) Data: _____

Título da pesquisa: _____

Breve resumo:

Objetivo da consulta:

(Exemplos: Graduação; Mestrado; Projeto de Pesquisa; Interesse pessoal; Produção de Video; Exposição; Criação de Home-Page/Site, outros)

Pesquisa realizada por: ☐ Próprio usuário ☐ Terceiros*
*Nome (em nome de terceiro): _____ Função: _____

Tel: _____ E-mail: _____

Data	Setor*	Fundo ou Biblioteca	Código dos itens solicitados	Solicitação de reprodução

*SETORES: AI- Arquivos Institucionais AP- Arquivos Pessoais de Professores BB- Biblioteca
CHO- Coleção História Oral CDA- Coleção Documentos Avulsos AC- Arquivo CEMEF

A pesquisa realizada no acervo atingiu o objetivo esperado? ☐ Sim ☐ Não

FONTE: Política de Acervo do Cemef/UFMG.

Avalia-se que a identificação do usuário e o interesse de pesquisa viabiliza o Cemef a quantificar os usuários efetivos no Centro, assim como possibilita entender quais acervos são pesquisados por linha. Para, além disso, gera um controle de

acesso, comum a outros espaços de disponibilização da informação. Bellotto (2014) ressalta que

> é preciso que se levante o perfil do usuário, pois só quem conhecendo quem é e o que procura o seu cliente habitual, o centro de documentação estará apto a servi-lo eficazmente [...] (BELLOTTO, 2014, p.42).

Somando a isso, verifica-se que todo possível recolhimento e/ou doação depois da Política elaborada, passa pela "*Comissão Técnica de Acervo do Cemef*", que assim é definida:

> A Comissão Técnica de Acervo do CEMEF/UFMG é composta por três (03) membros, eleitos bianualmente, conforme previsto no Estatuto. É responsabilidade da Comissão avaliar todo e qualquer conjunto documental de interesse do CEMEF/UFMG relativos aos Fundos Institucionais, Arquivos Pessoais de Professores, Livros e Periódicos, Depoimentos Orais, Coleções e/ou Documentos Avulsos. É tarefa da Comissão Técnica de Acervo agendar com os possíveis doadores ou responsáveis uma avaliação prévia. Para a decisão final, será levado em conta os critérios de interesse que orientam a Linha de Acervo do Cemef/UFMG". Nos casos de aprovação e incorporação de novos acervos ao Cemef/UFMG, serão assinados os termos (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014, p. 5).

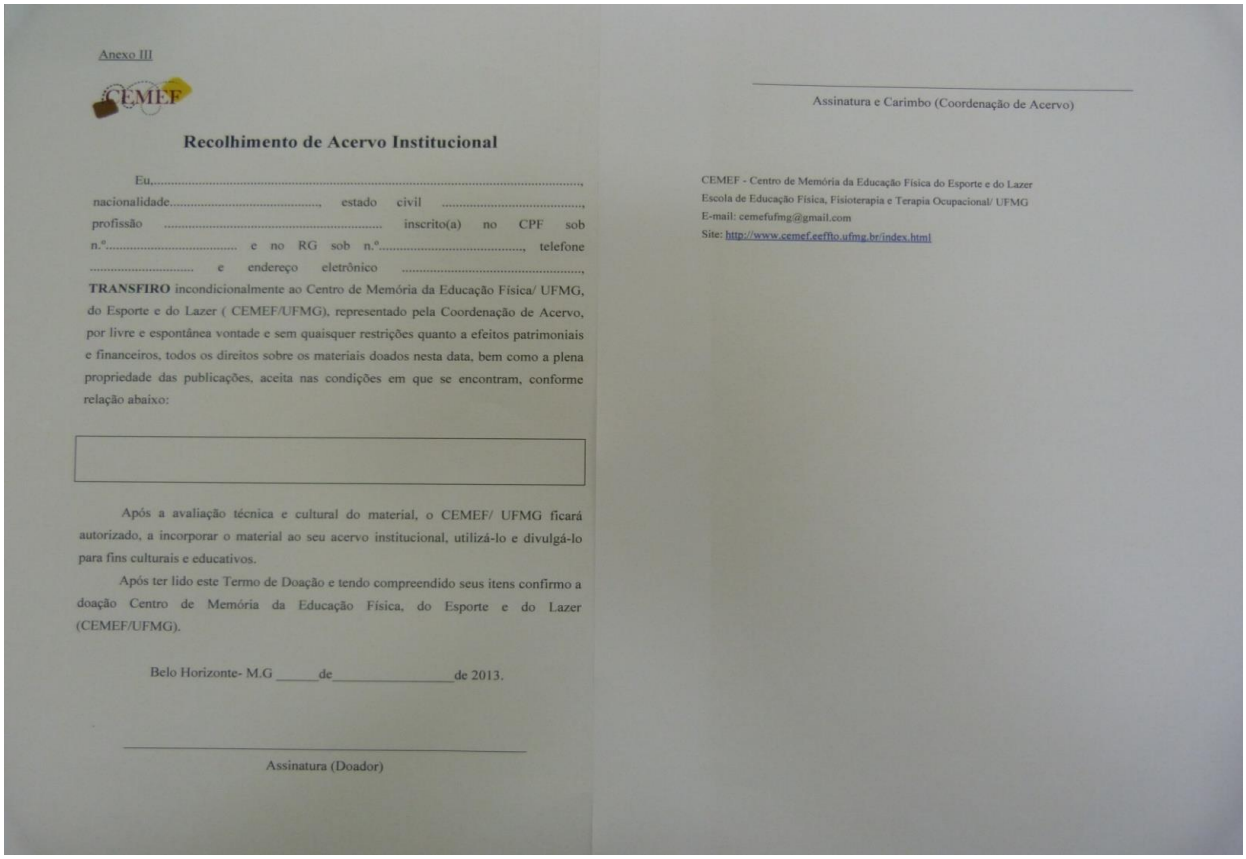
Contudo, observa-se ainda que o método de Recolhimento foi estabelecido para cada linha do acervo, em particular. Julgou-se importante explicitar cada um, deixando claras as intenções estabelecidas.

Com relação aos *Arquivos Institucionais,* é demarcado como de interesse:

> documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e tridimensionais da temporalidade 1952-1980, produzidos e acumulados pelas instituições: "Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais (1952-1954)", "Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais (1952-1954)", "Escola de Educação Física de Minas Gerais (1954-1969)" e "Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1980)" (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014, p. 5).

Sendo assim, "para novas junções, a Comissão Técnica de Acervo do Cemef deverá ser comunicada formalmente e haverá uma avaliação prévia da documentação. Nos casos de aprovação do recolhimento será assinado o "Termo de Recolhimento"" (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014, p. 5). Importa destacar que esse termo procura formalizar os recolhimentos sobre os materiais doados, conforme nota-se na fonte.

FIGURA 8- Recolhimento de acervo Institucional (Cemef)



Anexo III

CEMEF

Recolhimento de Acervo Institucional

Eu,....., nacionalidade....., estado civil ....., profissão ..... inscrito(a) no CPF sob n.º..... e no RG sob n.º....., telefone ..... e endereço eletrônico .....,

TRANSFIRO incondicionalmente ao Centro de Memória da Educação Física/ UFMG, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG), representado pela Coordenação de Acervo, por livre e espontânea vontade e sem quaisquer restrições quanto a efeitos patrimoniais e financeiros, todos os direitos sobre os materiais doados nesta data, bem como a plena propriedade das publicações, aceita nas condições em que se encontram, conforme relação abaixo:

Após a avaliação técnica e cultural do material, o CEMEF/ UFMG ficará autorizado, a incorporar o material ao seu acervo institucional, utilizá-lo e divulgá-lo para fins culturais e educativos.

Após ter lido este Termo de Doação e tendo compreendido seus itens confirmo a doação Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG).

Belo Horizonte- M.G _____de_____de 2013.

Assinatura (Doador)

Assinatura e Carimbo (Coordenação de Acervo)

CEMEF - Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/ UFMG
E-mail: cemefufmg@gmail.com
Site: http://www.cemef.eeffto.ufmg.br/index.html

FONTE: Política de Acervo do Cemef/UFMG.

Observa-se na Figura 8 que no espaço delimitado para a relação dos materiais recolhidos não são seguidas algumas recomendações pelo Arquivo Nacional. Dever-se-ia incluir, ainda,

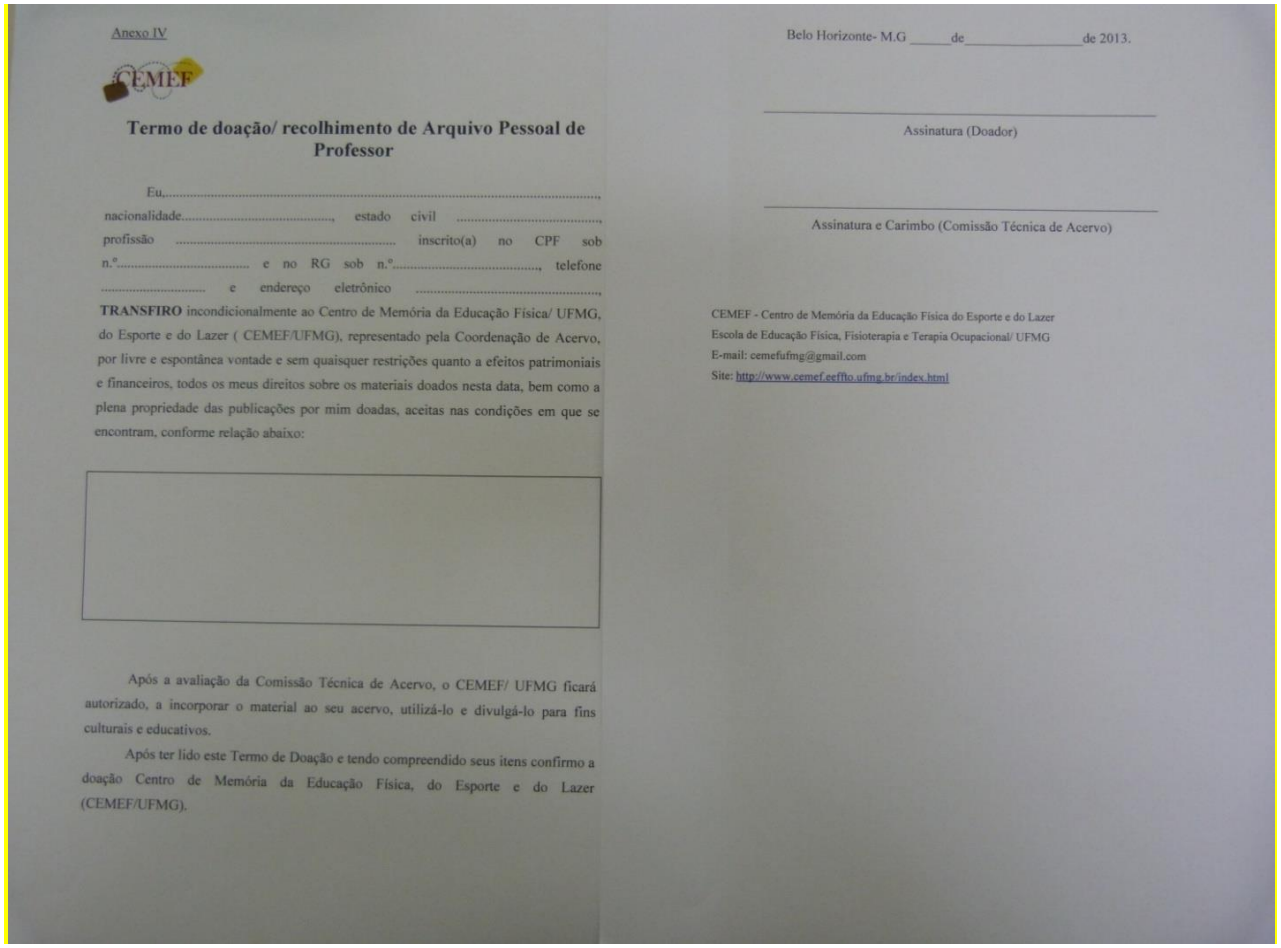
> Na elaboração da relação e do termo de recolhimento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome do órgão ou entidade transferidor (a); as séries documentais; as datas-limite; *a mensuração (em metros lineares); a quantificação (quantidade de caixas)*. Recomenda-se que os documentos a serem transferidos ou recolhidos deverão ser acompanhados de todos os instrumentos de busca existentes, incluindo listagens, fichários, bases de dados, etc.(BRASIL, 1985, p. 2-5).

Analisa-se, contudo, que pela ausência de gestão documental há a possibilidade de o recolhimento ser “selvagem” (conforme já dito anteriormente) e, por isso, dificulta-se o preenchimento dos tópicos “séries documentais” e as “datas-limite”.

Para os *Arquivos Pessoais de Professores* é de relevância “a junção desses fundos os documentos acumulados por professores e ex-professores das diferentes fases da EEFFTO/UFMG, ao longo de suas trajetórias como docentes”

(POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/UFMG, 2014, p. 5). A formalização da doação dar-se-á com a assinatura do "*Termo de Doação de Arquivo Pessoal de Professor*". Vê-se nesse termo, conforme ilustra a Figura 9, a atenção do responsável de não apenas doar, mas autorizar para fins de utilização e divulgação do material para fins educativos e culturais.

FIGURA 9- Termo de doação/recolhimento de Arquivo Pessoal de Professor (Cemef)



Anexo IV

CEMEF

Termo de doação/ recolhimento de Arquivo Pessoal de Professor

Eu,.....,
nacionalidade....., estado civil ....., profissão ..... inscrito(a) no CPF sob n.º..... e no RG sob n.º....., telefone ..... e endereço eletrônico .....,

TRANSFIRO incondicionalmente ao Centro de Memória da Educação Física/ UFMG, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG), representado pela Coordenação de Acervo, por livre e espontânea vontade e sem quaisquer restrições quanto a efeitos patrimoniais e financeiros, todos os meus direitos sobre os materiais doados nesta data, bem como a plena propriedade das publicações por mim doadas, aceitas nas condições em que se encontram, conforme relação abaixo:

Após a avaliação da Comissão Técnica de Acervo, o CEMEF/ UFMG ficará autorizado, a incorporar o material ao seu acervo, utilizá-lo e divulgá-lo para fins culturais e educativos.

Após ter lido este Termo de Doação e tendo compreendido seus itens confirmo a doação Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG).

Belo Horizonte- M.G _____de_____de 2013.

Assinatura (Doador)

Assinatura e Carimbo (Comissão Técnica de Acervo)

CEMEF - Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/ UFMG
E-mail: cemefufmg@gmail.com
Site: http://www.cemef.eeffto.ufmg.br/index.html

FONTE: Política de Acervo do Cemef/UFMG.

Compreende-se que a *Coleção História Oral* é um caso específico e que, por isso, somente haverá incorporação de novos acervos quando ocorrer o término de projetos para esse fim.

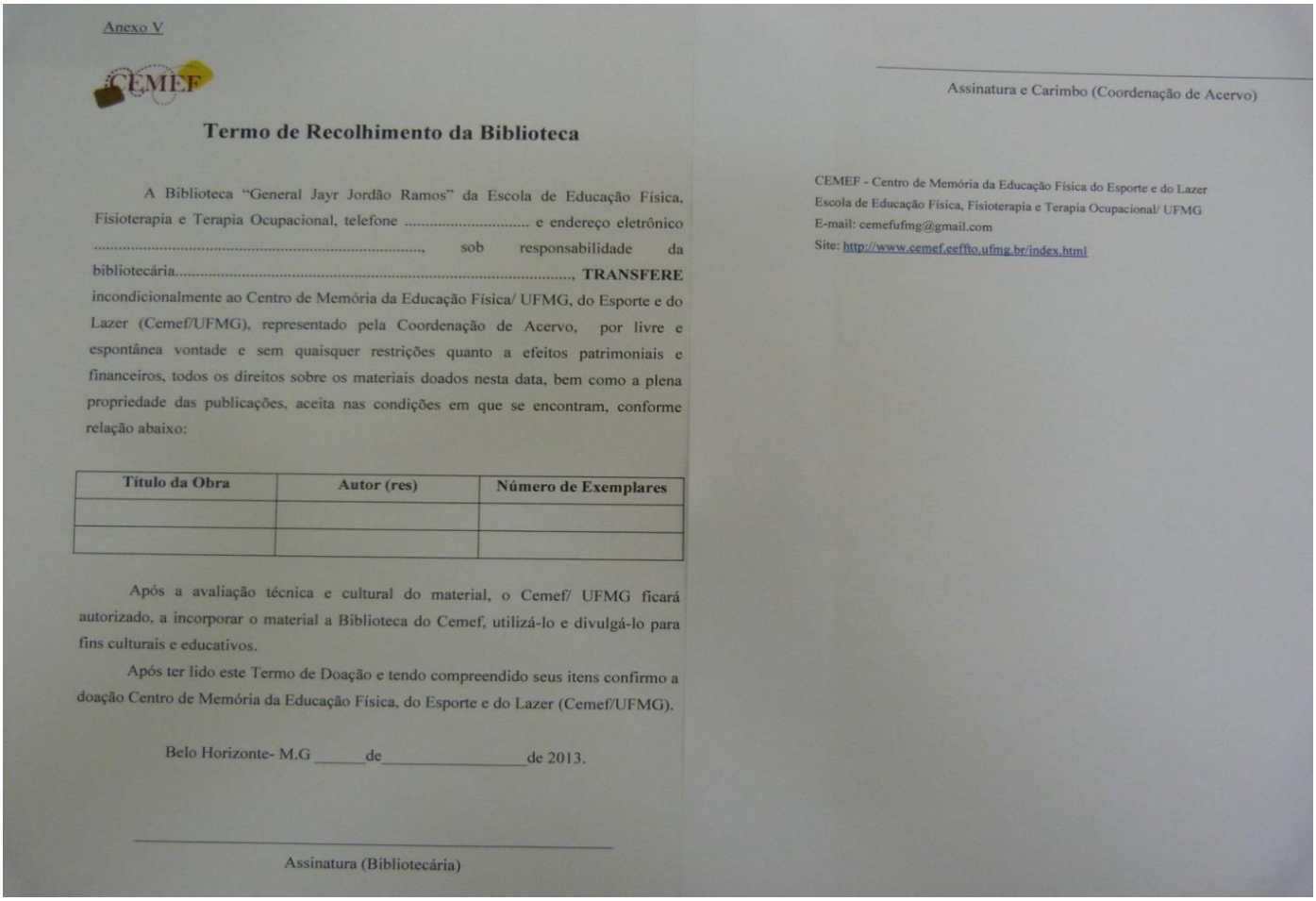
Do mesmo modo, a *Coleção de Documentos Avulsos* mostra-se especial, pois "por não se tratar de uma prioridade do Cemef o recolhimento de Documentos Avulsos, a Comissão Técnica de Acervo avaliará o valor dos documentos para a memória e a pesquisa histórica, decidindo posteriormente pela incorporação à coleção" (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014, p. 6).

Finalmente, torna-se alvo de interesse para a *Biblioteca do* Cemef

> os livros, manuais e periódicos da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional são avaliados e recolhidos ao Cemef pela Comissão Técnica de Acervo quando são considerados como obras de relevância histórica. Em caso de recolhimento da Biblioteca de EEFFTO/UFMG, será necessária a assinatura do Termo de Recolhimento de Biblioteca (Anexo V). Já no caso de exemplares doados ao Cemef por seus respectivos autores, o termo a ser preenchido o Termo de Doação de Livro(s) (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014, p. 7).

Tem-se na Figura 10 abaixo o Termo de Recolhimento de Biblioteca e na Figura 11, posteriormente, o Termo de Doação. Em ambos é marcante a presença de transferência por livre e espontânea vontade e sem restrições quanto a efeitos patrimoniais e financeiros. Observa-se, assim, a preocupação do Cemef em não ser apenas um local de guarda, mas também de difusão das informações que trazem os materiais recebidos pelo centro.

FIGURA 10- Termo de Recolhimento da Biblioteca (Cemef)



Anexo V

CEMEF

Termo de Recolhimento da Biblioteca

A Biblioteca "General Jayr Jordão Ramos" da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, telefone ..... e endereço eletrônico ....., sob responsabilidade da bibliotecária....., **TRANSFERE** incondicionalmente ao Centro de Memória da Educação Física/ UFMG, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG), representado pela Coordenação de Acervo, por livre e espontânea vontade e sem quaisquer restrições quanto a efeitos patrimoniais e financeiros, todos os direitos sobre os materiais doados nesta data, bem como a plena propriedade das publicações, aceita nas condições em que se encontram, conforme relação abaixo:

Título da Obra	Autor (res)	Número de Exemplares

Após a avaliação técnica e cultural do material, o Cemef/ UFMG ficará autorizado, a incorporar o material a Biblioteca do Cemef, utilizá-lo e divulgá-lo para fins culturais e educativos.

Após ter lido este Termo de Doação e tendo compreendido seus itens confirmo a doação Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG).

Belo Horizonte- M.G _____de_____de 2013.

_____

Assinatura (Bibliotecária)

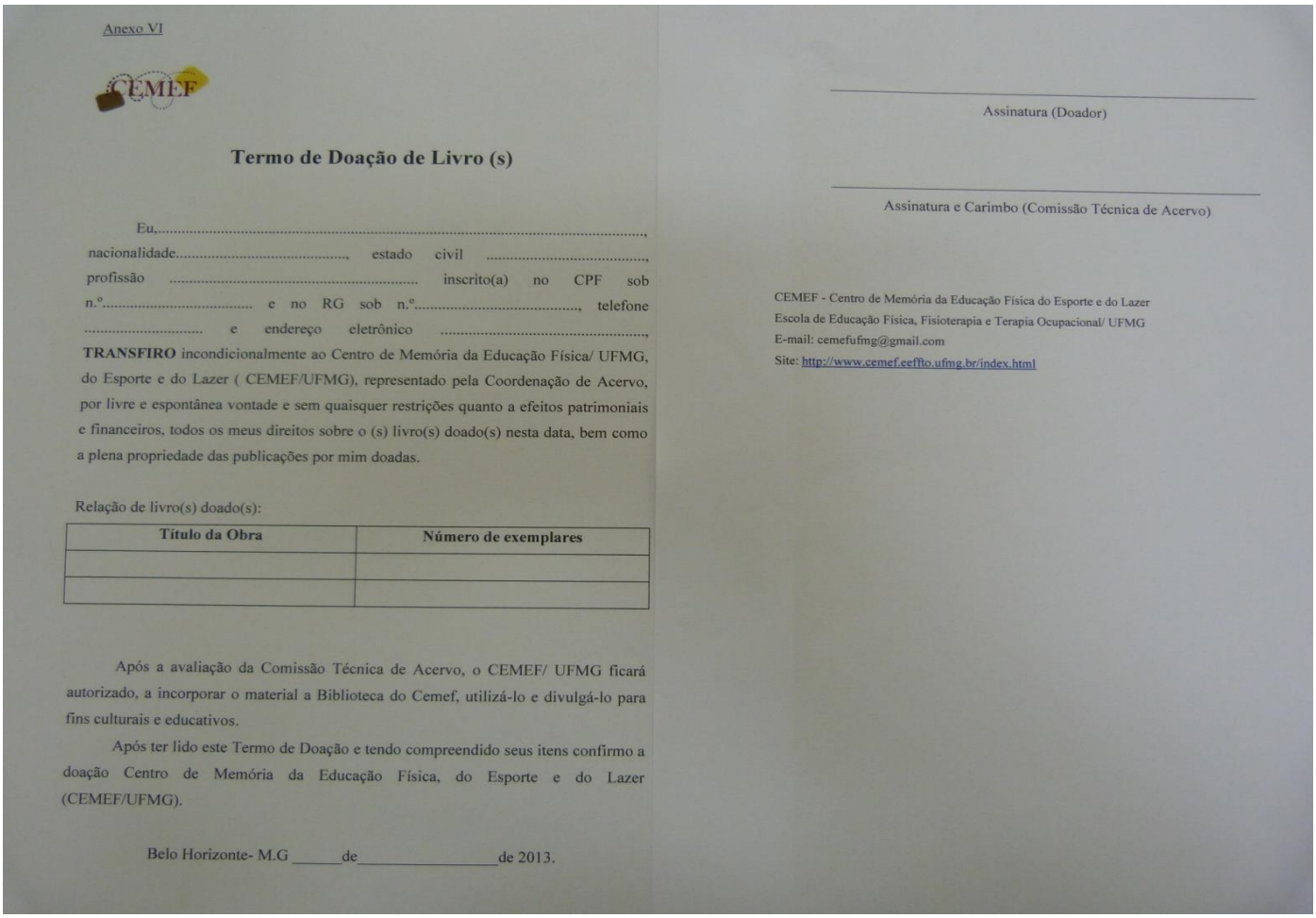
_____

Assinatura e Carimbo (Coordenação de Acervo)

CEMEF - Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/ UFMG
E-mail: cemefufmg@gmail.com
Site: http://www.cemef.eeffto.ufmg.br/index.html

Fonte: Política de Acervo do Cemef/UFMG.

FIGURA 11- Termo de Doação de Livro(s) (Cemef)



Anexo VI

CEMEF

Termo de Doação de Livro (s)

Eu,.....,
nacionalidade....., estado civil .....,
profissão ..... inscrito(a) no CPF sob n.º..... e no RG sob n.º....., telefone ..... e endereço eletrônico .....,

TRANSFIRO incondicionalmente ao Centro de Memória da Educação Física/ UFMG, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG), representado pela Coordenação de Acervo, por livre e espontânea vontade e sem quaisquer restrições quanto a efeitos patrimoniais e financeiros, todos os meus direitos sobre o (s) livro(s) doado(s) nesta data, bem como a plena propriedade das publicações por mim doadas.

Relação de livro(s) doado(s):

Título da Obra	Número de exemplares

Após a avaliação da Comissão Técnica de Acervo, o CEMEF/ UFMG ficará autorizado, a incorporar o material a Biblioteca do Cemef, utilizá-lo e divulgá-lo para fins culturais e educativos.

Após ter lido este Termo de Doação e tendo compreendido seus itens confirmo a doação Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG).

Belo Horizonte- M.G _____de_____de 2013.

_____
Assinatura (Doador)

_____
Assinatura e Carimbo (Comissão Técnica de Acervo)

CEMEF - Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/ UFMG
E-mail: cemefufmg@gmail.com
Site: http://www.cemef.eeffto.ufmg.br/index.html

Fonte: Política de Acervo do Cemef/UFMG

3.2 O processo de tratamento dos acervos do CEMEF

Conforme já mencionado, no início do processo de tratamento dos acervos do Cemef, os profissionais envolvidos na organização pautavam-se nas diferenças entre acervo institucional, acervos de ex-professores e uma produção de um projeto denominado "história oral".

Nota-se, três anos depois de criação do Cemef, em 2003, a busca por encaminhamentos e/ou experiências que pudessem auxiliar no tratamento a ser dado à documentação recolhida. Marina Alves Amorim[23], em documento entregue a Tarcísio Mauro Vago, salienta a necessidade conhecer outras experiências para traçar as diretrizes para o Centro. Ela argumenta

> Acredito que o primeiro passo que o primeiro passo a ser dado pelo Centro deveria ser investir no tratamento da documentação recolhida e, paralelamente, continuar um esforço de recolhimento de mais documentação. Nos casos dos acervos, o primeiro passo seria visitar duas instituições referência em Belo Horizonte, o Arquivo Público Mineiro e o Museu Histórico Abílio Barreto, no intuito de conhecer o *knowhow* deles em se tratando do inventário e guarda de fotografias, objetos e textos. A partir dessas visitas, seriam traçadas as diretrizes para o Centro. Como vamos proceder o inventário da nossa documentação? Qual a melhor forma de arquivá-la? [...] (LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO, 2003, p. 1).

Os primeiros passos efetivos de tratamento de acervo iniciaram-se com a elaboração do Guia de Fontes[24], denominado "*Guia de Fontes:* acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer" [25], finalizado em 2007. Observa-se que o tipo de instrumento não pode ser definido como ideal – já que o ideal seria o inventário[26] – mas possibilitava a visualização da dimensão do acervo. Mais do que isso, facilitava o pesquisador a identificar o que havia no Cemef.

> Esse guia [...] já trazia uma descrição sumária dos fundos institucionais [...] nesse guia já havia informação sobre os arquivos pessoais. Naquela época se fazia uma distinção, então tinha lá a coleção de fotografias, a coleção de documentos tridimensionais e essas coleções também já estavam descritas

---

[23] Marina contribuiu com o Cemef realizando o "Levantamento diagnostico e proposta de encaminhamento". Ela é doutora em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora em letras pela Université Rennes 2/ Universitéd'HauteBretagne (UHB) - tese em cotutela internacional, tendo desenvolvido dois estágios pós-doutorais na UFMG, um em história e outro em educação. É pesquisadora do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas (CEPP).

[24] "O Guia é um instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos" (BRASIL, 2005, p. 92).

[25] O "*Guia de Fontes:* acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer" pode ser consultado em www.eeffto.ufmg.br/cemef/download/guiafontesCEMEFdez07.pdf.

[26] "Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação poderá refletir ou não a disposição física dos documentos" (BRASIL, 2005, p. 99).

> no guia. Hoje a gente entende que os documentos tridimensionais e as fotografias fazem parte dos fundos institucionais, mas de qualquer maneira, do ponto de vista lógico, do ponto de vista intelectual, já havia esse guia, quer dizer, já havia um primeiro tratamento. Eu considero que era um trabalho preliminar, bastante sumário, quer dizer, já havia ali uma identificação [...] (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson Oliveira do Nascimento, 2014, p.4).

Destaca-se que, no depoimento supracitado, faltava uma compreensão do que é um fundo e o que é uma coleção. Parte do acervo foi estabelecido como acervo e outra como coleção. Fica claro, contudo, que esse descuido se deve à ausência de compreensão da terminologia arquivística. Exemplificando,

> O Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer está em funcionamento há três anos. Na organização de seu acervo, destacam-se:
> 1. Organização da Biblioteca de Obras Históricas da Educação Física: livros, manuais e revistas, dentre outras;
> 2. Acervo de Documentos de reconhecido valor histórico: Atas; Ofícios; Diários; Boletins; Jornais; Revistas; etc. relativos à Educação Física e Esportes;
> 3. Banco de Programas Curriculares de Escolas de Educação Física;
> 4. Catálogo de Professores(as) da Escola de Educação Física;
> 5. Catálogo de Alunos(as) da Escola de Educação Física;
> 6. Acervo de Fotografias relacionadas à Educação Física, ao Esporte e ao Lazer;
> 7. Banco de Entrevistas de Professores de Educação Física;
> 8. Acervo de Impressos (legislação, manuais, revistas, etc.)
> 9. Acervo de Fontes Orais (memória de professores de Educação Física de escolas de educação básica e superior; memória de alunos);
> 10. Fichário temático de fontes concernentes à história da Educação Física, abrangendo material de natureza institucional, livros didáticos, suportes materiais de ensino, iconografia e a produção de alunos e professores;
> 11. Índice de fontes sobre legislação da Educação Física;
> 12. Repertório de fontes textuais e iconográficas sobre a Educação Física;
> 13. Coleções Personalizadas, com acervos bibliográficos doados por Professores da EEF;
> 14. Acervo de suportes materiais do ensino de Educação Física: cadernos de Professores e alunos; utensílios; aparelhos; equipamentos;
> 15. Acervo de Artigos; Anais; Monografias, Dissertações e Teses sobre a História da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG, 2004, p.4-5).

Ao analisarmos esse mesmo Guia do ponto de vista do tratamento físico dado aos documentos, percebe-se que as técnicas utilizadas foram apenas de higienização.

> [...] do ponto de vista do tratamento material, parte do acervo tinha passado por limpeza, mas as condições eram ainda bem iniciais porque não se tinha ainda tratamento adequado, em termos de se pensar os papéis mais indicados para condicionamento, não existia salas climatizadas (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson Oliveira do Nascimento, 2014, p.4).

Contudo, com o projeto aprovado (já mencionado: Edital FAFEMIG- 2009) e com a equipe contando com a Professora Meily e o Professor Adalson, definiu-se

que o primeiro trabalho voltar-se-ia para os documentos arquivísticos, mais especificamente os documentos institucionais. Somando a isso, a aprovação do projeto permitiu a expansão da equipe com bolsistas e recursos para a compra de materiais necessários para o tratamento e acondicionamento do acervo.

O início do trabalho voltou-se para identificação dos documentos e a retirada de outros da sala do *"Arquivo Morto".*

> O primeiro trabalho foi um trabalho de identificação, quer dizer, verificar os tipos de documentos, são atas, são correspondências, são relatórios, documentação relacionada ao ensino, são diários de classe? A gente não sabia do que se tratava, então fizemos um trabalho de identificação das tipologias. Verificamos quais os tipos documentais havia por tipologia, ata, relatório, convênio, correspondência, diário de classe, então, identificamos as tipologias (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson Oliveira do Nascimento, 2014, p.5).

Importa destacar que o fato de os documentos retirados do depósito estarem sem nenhuma prévia identificação leva-nos a acreditar que existe uma ausência de critérios de avaliação, tramitação e destinação final da documentação que é produzida pela unidade, tornando-se difícil garantir e respeitar o ciclo de vida dos documentos.

O segundo passo de tratamento de acervo deu-se com a tentativa de elaboração dos Quadros de Arranjos. Procurando entender o porquê da existência daquelas tipologias, compreendeu-se o funcionamento da escola e a sua história.

> Um segundo procedimento foi entender essas tipologias a partir das funções da Escola de Educação Física, então, por exemplo, se tínhamos relatórios queríamos entender o porquê daqueles relatórios. Porque, afinal de contas, nenhum documento nasce para se tornar documento de arquivo, todo documento nasce para registrar um ato. [...] Nós queríamos entender o funcionamento da escola, então, se tínhamos relatórios, atas, queríamos entender o porquê desses documentos, a origem desses documentos, porquê eles foram gerados. [...] Na hora de organizar a documentação do Cemef a gente buscou, justamente, essa história passada, fazer essa retrospectiva para poder fazer essa classificação dos documentos (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson Oliveira do Nascimento, 2014, p.5).

O terceiro e último passo do tratamento do acervo arquivístico do Cemef estruturou-se na classificação e elaboração dos Instrumentos de Pesquisa, sendo o Inventário aquele que se julgou mais importante (composto por índices), conforme os campos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

> Finalizada a classificação, ou melhor, paralelamente a esse trabalho de arranjo, classificação dos documentos, arranjo é sinônimo de classificação, então, paralelamente a esse trabalho de arranjo e classificação nós fomos já elaborando os instrumentos de pesquisa, então essa é a etapa de descrição de dos documentos, se você entrar hoje [2014] no site do CEMEF você vai

> ver lá os inventários da documentação (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson Oliveira do Nascimento, 2014, p.6).

Nesse sentido, escassas são as bibliografias que exploram o tema do tratamento ideal para uma situação de organização de massa documental acumulada. Encontram-se apenas, de forma geral, relatos gerais das experiências de organização de acervos acumulados. Não cabe, aqui, julgar o certo ou o errado, mas cabe avaliar o que de melhor essas experiências revelam.

O Cemef procurou entender seu acervo, avaliou e estudou qual o melhor tratamento para os documentos arquivísticos. Esse entendimento e prática, na medida do possível, seguiram os preceitos da Arquivologia. Todo esse processo foi traduzido no livro *"Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um centro de memória"* (Org. Meily Asssú Linhales e Adalson de Oliveira Nascimento) que nos revela:

> Este livro tem como propósito partilhar uma experiência de organização de acervos. [...]. Um trabalho coletivo e processual, tecido a muitas mãos e que exigiu olhares multidisciplinares voltados para a preservação do patrimônio documental abrigado pelo Centro. São apresentados os procedimentos adotados e os saberes produzidos, como um convite ao diálogo com pesquisadores de centros congêneres. O trabalho foi realizado por docentes e alunos do CEMEF/UFMG em um movimento de pesquisa que envolveu a Educação Física, a Arquivologia, a História e a Museologia como campos de troca e debate. Nesses encontros entre sujeitos, histórias, documentos e memória constatamos a importância das parcerias na experiência de conservação e organização de acervos em Centros de Memória (LINHALES; NASCIMENTO (Org.), 2013, sinopse).

Para além disso, a biblioteca do Cemef constitui-se de livros, revistas e periódicos que foram recolhidos da biblioteca *"General Jayr Jordão Ramos"* - EEFFTO. Em parceria com a coordenadora da Biblioteca, dados do acervo foram inseridos no catálogo online da Base Pergamum da UFMG[27], que se encontra fisicamente na reserva técnica do Centro. Os pesquisadores podem consultar o livro, mas ele é classificado no modo não circulante, ou seja, o usuário da biblioteca da Universidade não tem a possibilidade de fazer empréstimo.

Vale ressaltar que as bibliotecárias têm grande importância no que diz respeito à organização da biblioteca, como também no processo de constituição do Cemef. O seguinte depoimento confirma essa condição:

> No início quem nos ajudou muito foram as bibliotecárias, as bibliotecárias aqui da Escola e algumas que a gente chamou para nos ajudar lá da biblioteca universitária. Acho que elas contribuíram num primeiro momento,

[27] A Base permite o acesso ao Catálogo Online, que possibilita a consulta ao acervo do Sistema de Bibliotecas da UFMG, o empréstimo, a renovação e a reserva de livros.

> do sentido da gente construir uma identidade para o Centro. Depois a gente identificou que a lógica que rege o trabalho da Biblioteconomia talvez não fosse suficiente pela natureza dos acervos que a gente tinha aqui, que são acervos com características de arquivo (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.7).

Assim sendo, chegou-se ao final das etapas de organização, em específico dos arquivos institucionais, com a seguinte linha de acervo estabelecida

> No livro a linha de acervos ainda está em uma situação que eu considero intermediária: arquivos pessoais, fundos institucionais, biblioteca, isso não mudou, a coleção história oral, e o que a gente chamava de coleção iconográfica, coleção audiovisual e coleção tridimensional, isso aqui mudou [em 2014] (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.3).

Vê-se, dessa forma, que a organização dos arquivos institucionais do Cemef gerou um duplo movimento: o de elaboração de um instrumento de pesquisa e a promoção de processo de estudo e amadurecimento de uma linha de acervos.

Com essa linha de acervo estabelecida e com a chegada da metodologia que rege o trabalho arquivístico, começou-se um investimento para uma nova organização (para além do guia de fontes) dos Arquivos Pessoais do Cemef.

A professora Meily, estudiosa do tema e entusiasmada, debruçou-se sobre a temática com a proposta de pós-doutoramento no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC- RJ), com a supervisão da professora Luciana Heymann no ano de 2014. O objeto de estudo dela definia-se nos

> [...] processos de organização dos Arquivos Pessoais do CEMEF/UFMG, acervo compostos por conjuntos documentais doados por ex-professores que atuaram no Curso de Educação Física. Esse tipo específico de acervo, os modos de acumulação e as vicissitudes de sua chegada e custódia no CEMEF, serão aqui tomados como práticas institucionais e arquivísticas que envolvem a um só tempo, a pesquisa histórica relativa à Educação Física em Minas Gerais e a produção do CEMEF como "lugar de memória". Pretende-se investigar, não só a organização e guarda desses arquivos, mas também a participação ativa dos agentes na produção de sentidos e referências, tendo em vista o modo como são realizadas as escolhas conceituais e metodológicas que autorizam e legitimam a operação arquivística em curso (LINHALES, 2014, p.10).

Somando a isso, aprovou-se junto à FAPEMIG o projeto "*Arquivos de Professores: construções conceituais e metodológicas na organização dos Arquivos Pessoais do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG)*" (Edital 01/2013 Chamada Universal). Coordenado pela Professora Meily, possibilitou, através de bolsistas e apoio financeiro, o desenvolvimento das

atividades que dizem respeito à especificidade do tratamento de documentos de arquivo.

> No CEMEF/UFMG a afirmação e a legitimação os diversos arquivos de professores constituem um tema e um fazer arquivístico importantes para a história da Educação Física e da formação docente, demandando um trabalho interdisciplinar com os campos da História, da Arquivologia e da Educação. Para além das atividades de preservação, os arquivos pessoais alargam as possibilidades temáticas e metodológicas para a pesquisa e a formação (LINHALES, 2014, p. 10).

Os Arquivos Pessoais do Cemef começam a ser organizados em 2006 e distinguem-se dos demais por terem sidos doados por familiares de alguns professores já falecidos e haver também doações por parte de professores já aposentados ou ainda em atividade (Linhales, 2014).

> Uma primeira organização dos Arquivos Pessoais no CEMEF/UFMG foi realizada em 2006, com critérios que transitavam entre o campo da Biblioteconomia e o da Arquivologia. Ainda como um trabalho embrionário, a documentação foi identificada como “Coleção de Ex-professores” [...] (LINHALES, 2014, p. 14).

Assim sendo, o primeiro Arquivo Pessoal de Professor a ser organizado foi do Professor Herbert de Almeida Dutra, modelo que balizou a organização dos demais arquivos pessoais. O trabalho permitiu não só a organização, mas o diálogo conceitual e metodológico para a compreensão dos Arquivos Pessoais.

> Na organização desses arquivos somos permanentemente convocados a duvidar das premissas da objetividade e da imparcialidade que por muito tempo orientou o trabalho arquivístico. Deparamos com uma dimensão ativa e interessada da prática arquivística, pois nos reconhecemos como produtores de sentidos – pelas escolhas realizadas, pelos arranjos estabelecidos. Por certo, tais operações não implicam um desprezo ao debate metodológico. Todavia, o que se coloca como desafio é a busca de como organizar acervos de homens e mulheres ordinários, professores e professoras, que ao longo do tempo fizeram de seu ofício na Educação Física um percurso de algum modo revelado e escondido no emaranhado de seus documentos (LINHALES, 2014, p.13).

Nota-se que o trabalho realizado no referido centro é um trabalho pioneiro e original na UFMG no que se refere aos Arquivos Pessoais, especificamente os de Professores, que apresentam características ímpares. Revela-se, portanto, ser então essa a vocação, diferenciada, do Cemef.

Nesse contexto de organização e diálogo conceitual e metodológico com os Arquivos Pessoais, foi-se compreendendo e problematizando que havia a necessidade de aperfeiçoar a Política de Acervos do CEMEF. O seguinte depoimento é claro a esse respeito

> Mais ou menos no meio do pós-doutorado, eu escrevi um texto [...] produto das minhas leituras, dos meus estudos e do que eu já estava desenhando para a pesquisa com o arquivo do Herbert de Almeida Dutra [...] E quando mostrei esse texto para a Luciana Heymman, que foi minha supervisora, ela teve uma sacada genial, ela falou algo assim: “Meily, seu texto mistura duas coisas que são distintas, o seu inventário de pesquisa nos arquivos pessoais, como um objeto, e sua preocupação em organizar a política do CEMEF". [...] Tinha uma questão que era aqui da gestão do Centro, do estabelecimento da política... Isso exige um investimento de pesquisa também, mas eu estava embolando as duas coisas [risos]. Mas a Luciana é uma pessoa genial, ela foi muito generosa em me ajudar a pensar as duas coisas. Ela começou a me fazer perguntas sobre o CEMEF, e começou a me dar sugestões de como organizar esses enquadramentos, eu fazia algumas perguntas, ela me dava sugestões. A partir disso eu voltei [...] E tenho um outro grupo de pesquisa [...] que se chama " Arquivos Pessoais". [...] Foi no âmbito desse grupo que a gente desenhou essa política (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p. 6).

No trecho supracitado, chama-nos a atenção o olhar ímpar de outro profissional que, com vasta experiência, buscou esclarecer e apontar a realização de mudanças na política do Cemef. Camargo e Goulart (2015, p. 72), por sua vez, observam que “uma tarefa contínua dos centros é sensibilizar as áreas de interesse, investindo no diálogo e na explicação das metas e dos resultados do trabalho que realiza. Às vezes é preciso refrear o recolhimento de documentos [...]”. Assim, elabora-se uma nova política de acervos do Cemef, que entrou em vigência no segundo semestre de 2014. Com a criação e formalização de regras e procedimentos, rotinas começam a ser seguidas, facilitando as decisões a serem tomadas. O seguinte trecho confirma isso:

> A gente pode dizer com mais tranquilidade o que o CEMEF recolhe o que o CEMEF não recolhe, porque não recolhe. A questão não é porque a Meily não quer, porque a Cristina não quer, é porque a gente precisa zelar pela linha de acervos que, nesse momento, a gente considera que é mais importante para o Centro. E que é o tamanho das nossas pernas, não adianta a gente querer recolher tudo o que aparece, se a gente não tem condições internas de fazer todo o ciclo de tratamento dos documentos. Acho que em termos de fases, ciclos, eu diria que é isso (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.4)

Portanto, em meio a avanços e retrocessos acerca dos processos de tratamento, atualmente a linha de acervo é composta por seis eixos: “Arquivos Institucionais”, “Coleção História Oral”, “Coleção de Documentos Avulsos”, “Biblioteca”, “Arquivo Cemef/UFMG” e “Arquivos Pessoais de Professores”, de modo que

> O que se tem de ajuste? A documentação iconográfica, audiovisual e tridimensional, ela é toda da Escola de Educação Física, não veio nada de fora, então nós vamos inserir tudo isso nos fundos institucionais: parte das ações de gestões, parte das ações de ensino, parte das ações de pesquisa. Tudo organizado em coerência com os quadros de arranjo dos dois fundos. Os arquivos pessoais, eles chamam agora arquivos pessoais de professores [...]. Também entendemos que a gente tem que começar a fazer memória do próprio CEMEF, criamos o arquivo do CEMEF e vamos começar a organizar,

> bem organizado, isso está muito disperso por problemas de gestão de secretaria. Queremos começar a organizar a memória dos nossos projetos de pesquisa, dos nossos projetos de extensão, dos nossos seminários. E a biblioteca [...] tudo inserido na base Pergamum, mas fisicamente está aqui conosco. Temos também a coleção história oral e, por fim, a gente criou uma coleção que se chama coleção de documentos avulsos. A ideia é não expandir essa coleção não. Mas onde abrigar coisas que a gente recebeu, que tem valor histórico inestimável, e que não faz sentido ser excluído da linha de acervos do Centro (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.5).

Percebe-se a clareza que este centro apresenta em relação à preservação da organicidade do seu acervo, possuindo a característica de ser não apenas um centro de memória constituído de acervos unidos pelo conteúdo, mas também um arquivo que contém documentos unidos organicamente. A exposição dos eixos da política de acervo, a seguir, deixa ainda mais clara essa assertiva.

FIGURA 12- Linha de Acervo do Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer (Cemef)

FONTE: Política de Acervos do Cemef/ UFMG, 2014, p. 2.

Os Arquivos Institucionais compõem-se por documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e ainda por objetos tridimensionais. Esses documentos foram recolhidos do chamado “Arquivo Morto”, do setor de audiovisual e de alguns gabinetes e laboratórios da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, entre 2001 e 2012. Após procedimentos de avaliação foram classificados em dois fundos. Um fundo é denominado “Escola de Educação Física de Minas Gerais”, está circunscrito entre o ano de criação das duas primeiras escolas, 1952, e o

ano em que ocorreu a transferência da instituição para a Universidade Federal de Minas Gerais, 1969. O outro fundo, “Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais”, possui documentos do período entre 1969-1980, primeira década depois da federalização. O acervo textual reúne informações sobre o suporte papel. São documentos de ensino, pesquisa e extensão produzidos pelas Escolas nos períodos 1952-1969 e 1969-1980. O acervo iconográfico reúne fotografias e diapositivos, além de alguns quadros e cartazes. São documentos que abarcam toda a temporalidade dos dois Fundos Institucionais. O acervo audiovisual é composto por filmes em películas e fitas magnéticas de áudio e vídeo, com registros de campeonatos e outros eventos relativos à dança, ao esporte e à recreação – nacionais e internacionais. Inclui também filmes didáticos em inglês e em alemão, utilizados na formação de professores na Escola de Educação Física nas décadas de 1960 e 1970. O acervo tridimensional é composto por diversos itens pertencentes à EEFFTO/UFMG. Dentre os objetos da instituição, alguns foram encaminhados ao Cemef por funcionários ou recolhidos em um mutirão pelos professores e alunos no porão da própria Escola. Muitos estão patrimoniados e possuem número de tombo (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014).

Na Tabela 3 é possível verificar a quantificação dos itens documentais por unidades do “Arquivo Institucional” do Cemef. Somando a isso, no *link* a seguir consultam-se os Índices dos Fundos Institucionais:
www.eeffto.br/cemef/dowload/consulta_fundos_instutionais.pdf.

TABELA 3 - Quantificação dos itens documentais por gênero do “Arquivo Institucional” do Cemef

Item Documental	**Quantificação (aproximadamente)**
Documentação textual	120 caixas
Documentação audiovisual - fotografias	2330 itens
Documentação audiovisual – Diapositivos/slides	5018 itens
Documentação audiovisual - Filmes película e fitas magnéticas de áudio e imagem	520 itens
Documentação Tridimensional	50 itens

Fonte: Elaborado pela autora.
Informações: Apresentação de Slide sobre o Cemef/ UFMG.

Os Arquivos Pessoais de Professores se distinguem dos demais por terem sido doados por familiares de docentes já falecidos, por professores já aposentados

ou, ainda, por aqueles que, em atividade, escolheram pessoalmente depositar seus acervos acumulados no Cemef/UFMG (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014).

Observa-se que a Coleção História Oral é composta por fontes orais produzidas através da escuta de pessoas e dos registros de suas lembranças e experiências. Apenas serão incorporados à Coleção História Oral os depoimentos estabelecidos a partir de projetos de pesquisa e/ou extensão do Cemef que tiveram a História Oral como principal propósito. Essa coleção inclui prioritariamente os documentos produzidos a partir dos projetos de pesquisa intitulados *Eu vou te contar uma história... Memórias de esportes e ruas de recreio (1940-1970)* e *Coleção história oral: memória de esportes e ruas de recreio em Minas Gerais (1940-1980),* realizados respectivamente nos biênios 2008-2009 e 2010-2011 (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014).

A Coleção de Documentos Avulsos acolhe a documentação que, custodiada pelo Cemef, não se acomoda às características que conferem unidade às demais categorias que emolduram a linha de acervo do centro. Já a biblioteca é constituída por um conjunto de livros, manuais e periódicos oriundos da Biblioteca da EEFFTO mediante avaliação da Comissão Técnica de Acervo do Cemef. Também inclui exemplares doados ao Cemef por seus respectivos autores. Toda a coleção está indexada no catálogo *on-line* de bibliotecas da UFMG, o que possibilita a pesquisa baseada em descritores (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014).

O Arquivo Cemef/UFMG reúne documentos relativos à própria história institucional do centro e inclui os projetos concluídos, a memória das edições do Seminário do Cemef e das exposições realizadas, os documentos administrativos, etc. (POLÍTICA DE ACERVO DO CEMEF/ UFMG, 2014).

Observa-se, a partir das análises e dos levantamentos realizados, que, além de um centro de memória, o Cemef possui a finalidade de ser também um centro de pesquisa. Isto porque realiza pesquisa para os processos de organização e envolve os bolsistas e interessados nessa função, caracterizando, assim, o centro como “lugar de pesquisa e formação”.

> [...] muitos deles [os orientandos] constituíram seus objetos de pesquisa a partir dos arquivos, eles têm muito o que colaborar, porque sabem localizar, sabem dizer das coisas, isso também acaba fazendo com que a presença aconteça, agora mais da iniciação científica, os mestrandos e doutorandos em função de muitos deles estarem trabalhando, não se envolvem tanto (LINHALES, 2014, p. 17).

Salienta-se que uma linha de acervo torna-se, por vezes, uma contribuição para projetos de outras linhas, reafirmando a relevância dessa interação entre pesquisa e formação.

> Os Arquivos Pessoais do CEMEF/UFMG já foram mobilizados como fonte em alguns trabalhos de conclusão de curso, iniciação cientifica e também pesquisas de mestrado. Além desses trabalhos monográficos, os arquivos de professores foram fecundos no desenvolvimento de outros projetos coletivo do Centro. Nas duas edições (2009 e 2011) do projeto "Coleção História Oral: Memória de Esportes e Ruas de Recreio" os arquivos pessoais contribuíram oferecendo referências para a organização dos roteiros de entrevista e também na fase de análise e interpretação dos depoimentos. No projeto "Circularidade de modelos pedagógicos e formação de professores de Educação Física em Belo Horizonte: vestígios de práticas no acervo do CEMEF/UFMG (1950-1980)", também foram tomados como fontes, especialmente no sub-eixo temático relativo aos dispositivos didáticos (LINHALES, 2014, p. 18).

Nesse contexto, destaca-se que os depoimentos para o *Projeto Garimpando Memórias*, dos professores Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Andréa Moreno, Tarcísio Mauro Vago, Meily Assbú Linhales e Adalson de Oliveira Nascimento, envolvidos de alguma forma com o Cemef, são unânimes em definir o Cemef como um centro de documentação (usa-se por vezes o termo "*arquivo*") e, mais do que isso, como um centro de pesquisa. O quadro a seguir é esclarecedor a esse respeito:

QUADRO 2
Definição do Cemef por depoentes envolvidos com o centro

DEPOENTE	**DEPOIMENTO**
Marcus Aurélio Taborda	"Eu acho o CEMEF uma baita experiência, eu acho muito legal o CEMEF, pela proposta. Primeiro por uma questão estrutural, que eu acho fantástico o que eles conseguem fazer aqui. [...] Então, pensar que o Tarcísio e a Meily com suas equipes de alunos colaboradores conduzindo isso aqui, eu acho fantástico, admirável e impressionante. [...] e aqui as coisas estão organizadas, tem um trabalho sistemático de organização, da produção de fontes, organização de fontes, eu já acho fantástico. Mas eu acho fantástico também, que não se limita a isso, o fato dos colegas estarem preocupados a dar uma consequência, tanto do ponto de vista da produção do conhecimento, a pesquisa, quanto a sua extensão, sua disseminação, os projetos de extensão, isso me dá mais empolgação, ou seja, não basta organizar documento, chavear a porta e ir para casa, os documentos organizados e

	ninguém saber disso. [...] Ou seja, o CEMEF me parece uma entidade total, no sentido mais positivo, porque ele organiza acervo, trata documento, preserva o documento, mas produz o conhecimento a partir disso, introduz a possibilidade de extensão para a comunidade. Então eu acho que a vocação do CEMEF é essa, eu gosto dessa vocação [...]" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Marcus Aurélio Taborda, 2014, p.7).
Andrea Moreno	"[...] Então, o CEMEF, eu acho que ele é um espaço que tem duas faces, vamos dizer assim. Ele é um grupo de estudos, então tem toda a rotina de um grupo. [...] Então ele é um grupo de estudos em torno da temática da educação do corpo. Aliás, eu acho que o CEMEF, no início, foi muito isso e se caracterizava assim, mas hoje ele não é mais só isso. Eu acho que ele cada vez mais assumiu seu caráter de arquivo e ganhou uma especialidade nisso, onde o CEMEF faz parte da rede de museus, é um dos centros de memória exemplares da redes de museus, pela maneira como organizou o seu acervo, como cuida de seu acervo, que é um trabalho feito efetivamente pela Meily. [...] Então eu acho que ele é isso, ele é as duas coisas. Ele não é só um arquivo, porque ele tem toda uma dinâmica de pesquisa [...]" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Andrea Moreno, 2014, p. 13) .
Tarcísio Mauro Vago	"Então, hoje o Centro de Memória é um híbrido de arquivo, biblioteca e museu, e centros de estudos, posso dizer que tem esse quarteto aqui. Ele é uma biblioteca? Sim. Ele é um arquivo? Sim. Ele é um museu? Sim. Ele é também um centro de estudos com a produção de conhecimento daqui" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Tarcísio Mauro Vago, p. 14).
Meily Assbú Linhales	"Como um centro de pesquisa e documentação, eu acho que o CEMEF é as duas coisas, nós temos centro de memória aqui na UFMG que são pequenos museus, é um memorial da escola, não é a característica do nosso. Nosso centro de memória tem característica de um centro de documentação, pensando o documento como arquivo, biblioteca e museu, acho que a gente é um centro de documentação e é, ao mesmo tempo, um centro de pesquisa" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p. 22).

Adalson Oliveira do Nascimento	"Então, eu defino como um lugar de pesquisa e de guarda da memória também, quer dizer, acho que são duas funções que estão inter-relacionadas, quer dizer, a pesquisa e a guarda para subsidiar as pesquisas do próprio grupo e de outros pesquisadores de fora também. [...] o CEMEF é diferente porque o CEMEF, ele abriga de forma muito consolidada, um grande grupo de pesquisa" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson Oliveira do Nascimento, 2014, p. 16).

Fonte: Elaborado pela autora.
Informações: Depoimentos Projeto Garimpando Memórias CEME- ESEF- UFRGS.

Logo, a definição apresentada pelos depoentes

> [...] se aproxima daquela elaborada por Tessitore (2003) para Centros de Documentação, já mencionada anteriormente. Acredita-se que esteja ocorrendo, atualmente, uma preferência pela utilização do termo Centro de Memória, para designar o tipo de entidade aqui estudada, por apresentar terminologicamente um caráter mais direto e ao mesmo tempo abrangente relacionado a "memória" que indicaria, a priori, não se limitar a "documentos", muitas vezes compreendidos como papeis, somente. A principal diferença entre os chamados centros de documentação e os centros de memória está no fato de que nos Centros de Memória, os itens do acervo (sejam eles característicos de arquivo, biblioteca ou museu), não possuem origem diversa, se constituindo a partir da própria área ou instituição que representa (BICALHO, 2011, p. 18).

No âmbito de uma universidade convém-nos analisar o papel financeiro desta nos processos e na preservação da memória documental, uma vez que o apoio recebido pelo Cemef da UFMG ressume-se ao terreno do espaço físico utilizado pelo centro, a colaboração para o final da construção do novo prédio, os valores referentes a contas de água e luz e o pagamento de prestação de serviços como conserto de ar condicionado e alguns poucos materiais de consumo. Recursos chegam ao Cemef também pela Rede de Museus e Espaços de Conhecimentos da UFMG, ou seja, "A Rede capta um recurso pequeno todo ano, ela capta um recurso e um percentual desse recurso vai para cada um dos membros, pouquinho dinheiro sete, oito mil reais por ano" (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.10).

Assim sendo, grande parte do apoio financeiro do Cemef partiu da captação de recursos via projetos financiados pelas agências de pesquisa, como por exemplo:

> "O CEMEF/UFMG como lugar de memória e pesquisa da história do esporte em Minas Gerais: organização e conservação de acervos- Vigência: nov. 2009 a out. 2011- Financiamento: FAPEMIG", "Garimpando, organizando e divulgando a memória no CEMEF- Vigência: jan. 2012 a jan./2013- Financiamento: PROEX/UFMG", "Eu vou te contar uma história... Memórias de Esportes e Ruas de Recreio (1940-1970)- Financiamento

> ME/SNDEL/REDECEDES", "Arquivos de Professores: construções conceituais e metodológicas na organização dos Arquivos Pessoais do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG) - Vigência: fev. 2014/fev. 2016 - Financiamento: FAPEMIG (Edital 01/2013 Chamada Universal)" (CEMEF, 2015).

Portanto, fica claro que

> Eu poderia dizer que a Escola [EEFFTO] tem um respeito pelo nosso trabalho, mesmo aqueles colegas que não entendem muito bem o que é isso, acham que isso não é Educação Física, aquelas coisas, mas eu acho que tem um respeito pelo nosso trabalho. Quer dizer, hoje dentro dessa Universidade, a gente começou a ser respeitado depois que começamos a captar dinheiro, se a gente não tivesse captado [...], eu não sei, entendeu? (PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales, 2014, p.10).

Vê-se, desse modo, que existe pouca reflexão na UFMG em torno dos processos de preservação da memória documental, relativos aos seus próprios acervos, centros de documentação, memória e pesquisa. Nesse sentido, a Rede de Museus e Espaços de Conhecimento e a coordenação da Diretoria de Arquivos Institucionais DIARQ/UFMG têm proposto esses debates.

Precisa-se ampliar a discussão, expandindo para os destinos dos arquivos universitários brasileiros, conforme destaca Nascimento (2012):

> O debate e as ações em torno da preservação da memória do ensino superior no Brasil ainda são bastante tímidas e é notável a ausência de políticas sistemáticas voltadas para a guarda dos arquivos permanentes produzidos nas universidades. Também se observa, em relação aos arquivos universitários, a ausência de literatura no campo da Arquivologia. Pode-se dizer que esta é uma temática periférica e que pouco tem mobilizado os profissionais da área. De outro lado, o interesse pela pesquisa em arquivos produzidos em Instituições Federais (IFES) ganhou impulso nas últimas décadas devido à renovação da pesquisa histórica, que passou a interessar por registros da educação, da ciência e da técnica. Essa renovação trouxe maior demanda para o tratamento de arquivos produzidos em instituições educacionais e para o acesso a documentos gerados nas atividades das universidades (NASCIMENTO, 2012, p. 97).

Nesse sentido, se as ações arquivísticas que se preserva e que, concomitantemente, institui legados e monumentalidades, também parece plausível interrogar as contribuições que o Cemef tende a oferecer sobre o assunto, no debate com outros centros congêneres, na medida em que o momento presente evidencia uma celebração da memória e um modismo desavisado de recolhimento de acervos (LINHALES, 2014).

De forma conclusiva, podemos dizer que, conforme explicitado nesse capítulo, o Cemef, através de seus sujeitos, está permanentemente questionando, melhorando e afirmando seu trabalho como um centro de memória e um centro de

pesquisa. Por tal peculiaridade, tem sido um caso específico entre os espaços analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa abordou a importância, para a Universidade Federal de Minas Gerais, dos setes denominados "*Centros de Memória*" e um "*Espaço de Ciência e Cultura*" que pertencem à Rede de Museus e Espaços de Conhecimento.

Grande parte dessas iniciativas, no entanto, está longe de corresponder ao que é determinado pela legislação ou tecnicamente orientado pela gestão documental. Os mencionados centros, conforme mostramos, trabalham quase sempre com a formação de coleções de documentos (quase sempre através de critérios não explicitados), desconsiderando ou não conhecendo a noção de "fundo" arquivístico, cujos acervos são produtos da dinâmica interna das instituições. Convém advertir que, além disso, eles assumem a responsabilidade de guarda de documentos institucionais que acabam por se misturar com a formação de coleções.

Nesse sentido, foi primordial identificar que centros de memória, documentação e arquivo, apesar de terem como elemento em comum o documento, trabalham-no de forma peculiar. Compreender as diferenças entre centro de memória, centro de documentação e arquivo revelou-nos que, embora um centro de memória seja uma instituição híbrida que possui arquivo, biblioteca e museu, não é bom que se traga o conceito isolado dessas para definir centros de memória. A instituição que mais se aproxima do centro de memória em relação à definição é o centro de documentação.

Concebidos no âmbito do recente movimento de resgate e valorização da memória e do patrimônio, cada centro na UFMG preserva a memória de uma área do conhecimento a qual a unidade está vinculada. Nesse sentido, esse trabalho permitiu-nos refletir acerca da tensão entre a formação dos acervos, seu tratamento técnico e as questões políticas que envolvem esses centros.

Os centros de memória e documentação na UFMG – que, por sinal, não são um caso isolado, reproduzindo realidades muito semelhantes à de outras IFES – surgem em um contexto de preservação da memória e valorização do passado. Dessa forma, os centros surgem como iniciativas de um professor ou de um conjunto deles, que se preocupam em conservar algo que não foi institucionalmente guardado e que, por isso, seria abandonado ao esquecimento e à perda.

Considerando esse fato, buscamos compreender qual é a vocação de cada centro e como ocorreu o processo de composição e organização de acervos. A análise das fontes revelou-nos que os centros de memória e documentação possuem vocações específicas, ligadas aos professores/gestores, a área de conhecimento e unidades acadêmicas em que estão situados. No que diz respeito à composição de

acervos, grande parte dos centros não possuem uma política de acervos estabelecidas e assumem a responsabilidade de custódia e organização de acervos arquivísticos, provindos de duas distintas origens: recolhimento e doação.

No que diz respeito ao tratamento de acervo provindo das origens supracitadas, é possível afirmar que distintos são os tratamentos definidos e executados pelos centros de memória e documentação da UFMG. Isso se deve, principalmente, pela ausência de profissionais especializados, uma vez que tais espaços são coordenados por profissionais que atuam no campo de especialização ao qual o centro de memória ou documentação pertence e, quando há estagiários, executando as tarefas com acervo, raramente são graduandos em Arquivologia.

Compreende-se que não pode ocorrer, como é uma realidade nos centros de memória e documentação da Universidade, os diferentes processos de tratamento de acervo. Nota-se que, em sua maioria, os centros não possuem procedimentos e acabam por misturar, na hora do tratamento, os acervos de diferentes proveniências. Isso se deve, também, à ausência de profissionais formados nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia atuando nesses espaços.

Contudo, ao relatar o caso específico do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), constatou-se a presença de uma política de acervo constituída e posta em prática, bem como os processos de composição e tratamento de acervo, que se mostraram complexos. Isto evidencia que, apesar da atual conjuntura pelas quais o Cemef se contra, foram alcançados avanços significativos.

Outro aspecto que deve ser sublinhado é a trajetória dos primeiros movimentos de preservação da memória na Universidade Federal de Minas Gerais. Isso permitiu-nos constatar que os centros de memória e documentação surgem, de certa forma, de uma escolha política da Universidade, já que as experiências anteriores apontadas na pesquisa foram descontínuas na tentativa de se estabelecer uma gestão de documentos para UFMG como um todo.

Verificou-se que, apesar de todos os tópicos apresentados na pesquisa, convém ressaltar que dentro das possibilidades cabíveis os centros de memória e documentação não deixam de cumprir um importante papel para as unidades acadêmicas e para a UFMG.

Por fim, recomenda-se para estudos futuros a construção de um debate acerca da preservação da memória no que diz respeito aos arquivos pessoais de professores e pesquisadores presentes nos centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; BATALHA, Cláudio H. M. . Preservação da Memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p. 65-78.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676*: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli*. Arquivo* estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

_____. Uma política de arquivos para a universidade brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., Campinas, 1992. Atas. Campinas: UNICAMP, 1992.

BENHAMOV, F.*A Economia da Cultura.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. (Como fazer, 1). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998.

BESSA DA SILVA, Paulo. A dimensão da extensão nas relações com o ensino e a pesquisa. In: ARAGÃO, Rosália Maria Ribeiro de; SANTOS NETO, Elydio dos: BESSA DA SILVA, Paulo. Tratando a Indissociabilidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. São Bernardo do Campo: UMESP, 2002.

BICALHO, Lucinéia Maria. Trabalho de conclusão de curso: Centros de Memória em Espaços Acadêmicos. Belo Horizonte, outubro de 2011.

BOLETIM INFORMATIVO [da] Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996. n. 23, jan. 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. *Universidade & Arquivos:* gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 23-35.

BRASIL. Arquivo Nacional. Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

_____. Arquivo Nacional. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. Lei n. 8159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF, v.29, n.6, p. 455, jan. 1991, Seção I.

BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. Oficina de História: ensino, memória e patrimônio histórico. Projeto História. São Paulo, n. 40, p. 333-356, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n1vo11ano1_artigo12.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. *Centros de Memória:* uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, 112p.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p. 49-63.

CARNEIRO, Patrícia Carla Oliveira. Memória e patrimônio científico e tecnológico: o centro de memória da engenharia. Belo Horizonte, 2013.

CARPES, Franciele Simon; CASTANHO, Denise Molon. A política nacional de arquivos na perspectiva das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, vol.16, n. 4, p. 192- 211, dez. 2011.

CASSARES, N. C.; MOI, C. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.

Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer- Cemef/UFMG. Disponível em <https://www.eeffto.ufmg.br/cemef>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

COELHO, Maria Elvira Rodrigues; ASSIS, José Fernando Pina. Relato da Criação do Centro de Memória Digital do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará- UFPA. ?. 11p. Disponível em https://www.sibi.ufrj.br>pdf>orais>final_104>. Acesso em: 29 de outubro de 2015.

COLOMBO, Fausto. *Os Arquivos Imperfeitos*- memória social e cultura eletrônica. SP: Editora Perspectiva: 1991.

CONARQ- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em:<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf.> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

CONWAY, Paul. *Conservação no universo digital*. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. 32p. (Conservação preventiva em biblioteca e arquivos; 52).

CORAIOLA, Diego Maganhotto. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em Administração do Brasil. Cad. EBAPE. BR, v.10, artigo 1, Rio de Janeiro, Jun. 2012, p.254-269.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. Os centros de Documentação e Memória da UNESP. O Centro de Documentação e Memória (CEDEM). Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In: Silva, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p. 79-84.

CRUZ, Emília Barroso. *Manual de gestão de documentos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007. (Cadernos do Arquivo Público Mineiro; n. 1).

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. (2011) Sistemas de Bancos de Dados. Pearson, 6a. Edição em português.

FARIA, Leila da Piedade Lobo de. História do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerias. [s.d.].

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio*. Século XXI. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1999.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *Estudos Museológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 64-74, 1994.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. *Monografia* (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo: ECA/USP, 2005. Disponível em: http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf.

FUSTER RUIZ, Francisco. Archivística, archivo, documento de archivo... necessidad de clarificar los coceptos. Anales de documentación, n.2, p. 103-120, 1999.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" In: *Mitos, emblemas, sinais:* Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado. 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, p. 264- 275,1988.

GOULART, Silvana. *Patrimônio Documental e História Institucional*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory: more than a metaphor, less than an analogy. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking.* Santa Barbara (CA): Libraries Unlimited, 2010, p. 163 - 179.

HERMETO, Miriam; OLIVEIRA, Gabriela Dias de. Ação Educativa em Museus: produção de conhecimento e formação para a cidadania. In: AZEVEDO, Flávia Lemos

Mota de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (Orgs.) *Cidadania, memória e patrimônio*: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. De arquivo pessoal a patrimônio cultural: reflexões acerca da produção de legados. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005

HUGO, Elza Helena de Almeida Hugo. Monografia: A Trajetória da Organização do Acervo Histórico do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais- CEMEMOR. Belo Horizonte, 2010.

INDOLFO, A. C. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. In: *Arquivística. net*, v.3, p. 28-60, 2007.

INDOLFO, Ana Celeste. 20 anos da lei de arquivos. In: VENÂNCIO, Renato Pinto et al. *Universidades & Arquivos:* gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação/UFMG, 2012, cap. 1, p. 9-22.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul./dez. 2006, p. 5-16.

JARDIM, José Maria. *Políticas públicas de informação:* a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). IX Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia, São Paulo, 2008.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivo no Brasil.* Niterói: EDUFF, 1995.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 43 a 64.

LAVILLE, Christian: DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória.* 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Suely Torres de Melo dos Santos. *Projeto de criação do Centro de Memória do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada:* uma história de competência, paixão e perseverança. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

LINHALES, Meily Assbú. *Arquivos de Professores:* construções conceituais e metodológicas na organização dos Arquivos Pessoais do Cemef/UFMG. Relatório de estágio pós-doutoral. Rio de Janeiro: CPDOC, outubro de 2014.

LINHALES, Meily Assbú; CUNHA, Luciana Bicalho da; VIANA, Juliana de Alencar. Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer: ordenando acervos, produzindo sentidos. In: *IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais.* Juiz de Fora, 2007. Disponível em:<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/1b_4.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2015.

LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. O esporte e suas práticas nas linhas e entrelinhas de um processo de organização de arquivos. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.27, n.2, jul./ dez. de 2014.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 115p.

LOPES, Luis Carlos. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. Ciência da Informação, Brasília, v.22, n. 1, p. 41-43, jan./abr. 1993.

LOZENZO CARDOSO, Pedro Luis; MORENO, Agustin Vivas. *Lecciones de archivistica general y documentaciondelpatrimonio histórico.* Badajoz: Universidad de Extremadura, 2004, p. 57-71.

MACULAN, B. C. M. S. *Manual de normalização*: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFMG e do PPGCI/UFMG. 2. ed. atual. e rev. Belo Horizonte: UFMG, 2011. E-Book. ISBN 978-85-914076-0-6. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/normalizacao>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

MARQUES, Rita de Cássia; SEGANTINI, Verona Campo. Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais. IN: Adalson Nascimento, Andrea Moreno (Orgs.). *Universidade e Patrimônio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, p. 31-44.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. In: *I SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS*, 1991, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, 1992. P. 27-48.

MENEZES, José Newton Coelho de Menezes. *Resumo do projeto do Centro de Memória da Veterinária*. [s. d].

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro, Hucitec/Abasco, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? In: *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0102311X1993000300002elng=enenrm=iso. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

MOREIRA, Regina da Luz. *Brasilianistas, historiografia e Centros de Documentação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-75, 1990. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/65.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2015.

MORENO, Andrea; Mendes, Luciano. Patrimônio acadêmico-científico da Universidade: uma contribuição a partir da História da Educação. IN: Adalson Nascimento, Andrea Moreno (Orgs.). *Universidade e Patrimônio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, p. 31-44.

NASCIMENTO, A. O.; LINHALES, M.A.; ALMEIDA, G. O.; OLIVEIRA, G. S. L.; SOUTTO MAYOR, S. T.; NODARE, Thaís. Investigando contextos: organização dos arquivos do CEMEF/UFMG. In: Meily Assbú Linhales; Adalson Nascimento. (Org.). *Organizando arquivos, produzindo nexos:* a experiência de um Centro de Memória. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, v. 1, p. 51-70.

NASCIMENTO, Adalson. Experiências de arranjo e descrição em acervos de Instituições Federais de Ensino Superior. In VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. *Universidade & Arquivos:* gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte, 2012, p. 97-111.

NEVES, Lucilia de Almeida. *História oral:* memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara AunKhoury. *Projeto de história*. São Paulo, n.10, p. 07-28, Dez/1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. *Arquivos públicos do Brasil:* da realidade à virtualidade. [200-?]. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. Localização: CEDIC.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural.* 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PÔSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Saber fazer e fazer saber: os museus de Ciência da UFMG. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-72MSXT/disseta_o_de_helga_cirstina_gon_alves_possas.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 de maio de 2016.

RAMOS, Helena Pessoa; GLEZER, Raquel. O centro de documentação histórica da fundação de amparo à pesquisa do Estado de São Paulo. *Revista de História da USP*, n. 72, 1967.

REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus>. Acesso em: 25 de mar de 2015.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NESVES, Lucília de Almeida. Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores (1961-1990). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In: JORGE, Vítor Oliveira (org.). *Conservar para quê?* Porto/PT: Universidade do Porto / Faculdade de Letras, 2005. Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/39365/2/fribeirogestao000112993.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2015.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach Rodrigues. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. Geogete

Medleg Rodrigues; Ilza Leite Campos. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v.2, p. 210-230.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. 1ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALGADO, João Amílcar. O centro de memória da Medicina de Minas Gerais vai completar 25 anos. Belo Horizonte. [s.d.].

SANTOS, Silvana Aparecida Silva dos; SANTOS, Vilma Moreira dos. UFMG: o projeto piloto da organização de arquivos da Faculdade de Farmácia. In VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. *Universidade & Arquivos***:** gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte, 2012, p. 62-69.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.), INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Tarcisio Barbosa de. *Arquivística:* temas contemporâneos. Distrito Federal: SENAC, 2008.

SANTOS, Vilma Moreira dos. Arquivos universitários e arquivos em universidades: alguns aspectos da administração de arquivos nas universidades brasileiras. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 78-84, jan.-jun. 1994.

SCHELLENBERG, T. R. *The Appraisal of Modern Public Records, Modern Archives Reader:* Basic Readings on Archival Theory and Practice. National Archives and Records Service, p. 57–70, 1984.

_____. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FVG, 1974.

SILVA, Zélia Lopes da Silva. O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, um centro de "Memória" local? In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p. 85-95.

SMIT, J. W. Como organizar o arquivo enquanto sistema de informação. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2005. [Manual].

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/1026>Acessado em: 05 maio de 2014.

_____. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 21, n.1, p. 31-50, jan/jun. 1997.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: Um perfil. In*:* ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.161-175.

_____. Como implantar centros de documentação. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. Disponível em:

<http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf>. Acessado em: 10 de outubro de 2015.

THOMASSEM, Theo. *Uma primeira introdução à Arquivologia.* Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 65 a 92.

TOTINI, B., GAGETE, E. Memória empresaria, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, P. (Org.). *Memória de empresa*: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: ABERJ Editorial, 2004, p. 113-126.

UFMG, Relatório de Gestão da. Belo Horizonte, 2014.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. Modelo de referência para gestão de projetos de museus e exposições- Volume 1.Belo Horizonte: Escola de Belas Artes/UFMG, 2012.

VON SIMSON, Olga R. de Morais. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: O exemplo do Centro de Memória da Unicamp. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores associados, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

FONTES PESQUISADAS

1- Documentos administrativos e documentos informativos de divulgação

ALGUMAS IDÉIAS iniciais para a organização de um “Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFMG” (nome provisório)- ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ UFMG- Sugestões apresentadas por Professor Tarcísio Mauro Vago. Entregues ao Professor Pablo Juan Grecco, Diretor da EEF/ UFMG, em 26 [?] de abril de 2001. Acervo do Cemef/ UFMG. Arquivo Cemef/ UFMG.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA – UFMG. Sítio Eletrônico. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/bu/index.php/colecoes-especiais>. Acesso em: 26 de dezembro de 2015.

CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DO ESPORTE E DO LAZER. Sítio eletrônico. Disponível em: <www.eeffto.ufmg.br/cemef/>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CEMEF/UFMG – documento estabelecido sobre o Centro de Memória, 2004. Acervo do Cemef/ UFMG. Arquivo Cemef/ UFMG.

CEMEFAR. Centro de Memória de Escola de Farmácia. Disponível em: <http://www.farmacia.ufmg.br/cemefar/>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ENFERMAGEM DA UFMG. Disponível em:<www.enf.ufmg.br/centrodememoria>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CEMEMOR. Centro de Memória da Medicina da UFMG. Disponível em: <www.medicina.ufmg.br/cecemor/>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ENGENHARIA. Convênio. 1994. (Cópia).

CENTRO DE MEMÓRIA DA MEDICINA. Belo Horizonte, [s.d.].

CENTRO DE MEMÓRIA DA ODONTOLOGIA. Disponível em:<http://www.odonto.ufmg.br/centro-de-memoria/>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

CMA- Unicamp. O Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp. Sítio eletrônico. Disponível em: <www.fcm.unicamp.br/fcm/centro-memoria-e-arquivo-cma>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CMU- CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP. Disponível em: <www.cmu.unicamp.br>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CURSO DE HISTÓRIA DA MEDICINA. Programa de Disciplina do primeiro semestre de 2013. Disponível em: http://ftp.medicica.ufmg.br/cememor/2013/CURSO_DE_HISTORIA_DA_MEDICINA_06_03_2013>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

DIARQ – Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG, 2015. Disponível em:<http://www.ufmg.br/diarq/>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

DISCURSO DE INAUGURAÇÃO do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação (CEDOC-FAE) proferido por Francisca Maciel, 2008. (Cópia).

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Resumo das informações fornecidas em 06.03.2002 por ocasião da visita do futuro espaço do Centro de Memória, 2002. Acervo do Cemef/ UFMG. Arquivo Cemef/ UFMG.

ESCRITÓRIO DE HISTÓRIAS. Cartilha: CENTRO DE MEMÓRIA. A memória da sua empresa em boas mãos. 2015.

ESTRUTURA, CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP, 2009. Disponível em: <www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/regimento_do_centro_de_memoria_e_arquivo_cma_0.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

FACULDADE DE MEDICINA DA UFMG. Disponível em: <http://site.medicina.ufmg.br/inicial/>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO- Centro de Memória da Educação Física- Marina Alves Amorim, 2003. Acervo do Cemef/ UFMG. Arquivo Cemef/ UFMG.

MENEZES, Ivo Porto de. Correspondência ao professor Eduardo Osório Cisalpino, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, [s.d.]. (Cópia).

NECESSIDADE da criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais. Belo Horizonte, 10 jul. 1947. Acervo do Cemef/ UFMG. Fundo institucional Escola de Educação Física de Minas Gerais (1952-1969).

NOTÍCIAS UFMG. "*A essência da história da Faculdade de Farmácia/UFMG*", 2014. Disponível em:<http://www.ufmg.br/online/arquivos/033378>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

NOTÍCIAS UFMG. Farmácia inaugura exposição com documentos inéditos sobre Carlos Drummond de Andrade. "*Drummond: alquimia poética*". 13 de novembro 2015. Disponível em:<http://www.ufmg.br/online/arquivos/040923.shtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

O CENTRO DE MEMÓRIA DA FARMÁCIA. [Folder divulgativo]. 2011.

ORGANOGRAMA F.O (Faculdade de Odontologia). 2015. Disponível em:<http://www.odonto.ufmg.br/administracao/organograma/>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

POLÍTICA DE ACERVO DO Cemef/ UFMG. Belo Horizonte: Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer. Belo Horizonte, Outubro de 2014.

PÔSTER SEMANA DO CONHECIMENTO, CENTRO DE MEMÓRIA DA ODONTOLOGIA: UM ESPAÇO DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA, 2015. Disponível em: <http://www.gholla.com/mvirtual/wp-content/uploads/2015/10/Odontologia_02.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

PROJETO Memória Institucional (Versão Preliminar)- ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ UFMG-, novembro de 1999. Acervo do Cemef/ UFMG. Arquivo Cemef/

UFMG.

REGIMENTO INTERNO- CMU. Regimento Interno do Centro de Memória da Unicamp, 2013. Disponível em: <www.cmu.unicamp.br/cmu/sobre/regimento_interno>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

REGIMENTO INTERNO DA REDE de Museus e Espaços de Conhecimento da UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/a-rede/marco-regulatorio>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

REGULAMENTO CEDOC. [Cópia]. 2008.

RESUMO DO PROJETO do Centro de Memória da Veterinária. [Cópia]. [s.d.].

SALGADO, João Amílcar. [Carta]. Belo Horizonte, 1979. [para] CASTRO, Dr. Luiz de Paula, Belo Horizonte. Pede providências para a preservação do acervo.

UFMG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Boletim Informativo da Reitoria da UFMG, 13 de outubro de 1999.

UFMG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Boletim Informativo da Reitoria da UFMG, 24 de novembro de 1999.

UFMG, NOTÍCIA. Escola de Veterinária organiza Centro de Memória. 2006. Disponível em: https://www.ufmg.br/online/arquivos/004068.shtml. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

UFMG. Reitoria. **RESOLUÇÃO 02 de 1979.** Dispõe sobre a criação do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais.

UFMG. Reitoria. **RESOLUÇÃO 03, de 13 de dezembro de 2005**. Aprova o Regimento Interno do Centro de Memória da Medicina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG. Cartilha do Centro de Documentação e Informação. Belo Horizonte, 1978, 10 p. Acervo do Cemef/ UFMG. Arquivo Cemef/ UFMG.

2- Depoimentos do Projeto Garimpando Memórias

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Adalson de Oliveira Nascimento (depoimento). Centro de Memória do Esporte; Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME-ESEF- UFRGS), 2014. Disponível em:<www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117791/000968917.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Andrea Moreno (depoimento). Centro de Memória do Esporte; Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME-ESEF- UFRGS), 2014. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/118784/000969776.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (depoimento). Centro de Memória do Esporte; Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME-ESEF- UFRGS), 2014. Disponível

em:<www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/118722/000969753.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Meily Assbú Linhales. [Depoimento]. Centro de Memória do Esporte; Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME-ESEF- UFRGS), 2014. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117793/0009688277.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS – Tarcísio Mauro Vago. [Depoimento]. Centro de Memória do Esporte, Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME-ESEF- UFRGS), 2014. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/118783/000969775.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

3- Entrevistas

C, E. M. (Entrevistada 1). Belo Horizonte, 20 de outubro de 2015. Entrevista cedida à Thaís Nodare de Oliveira.

M, R. C. (Entrevistada 2). Belo Horizonte, 20 de outubro de 2015. Entrevista cedida à Thaís Nodare de Oliveira.

B, L. M. (Entrevistada 3). Belo Horizonte, 04 de maio de 2015. Entrevista cedida à Thaís Nodare de Oliveira.

M, A. (Entrevistada 4). Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2015. Entrevista cedida à Thaís Nodare de Oliveira.

N, J. (Entrevistado 5). Belo Horizonte, 24 de setembro de 2015. Entrevista cedida à Thaís Nodare de Oliveira.

M, C. (Entrevistada 6). Belo Horizonte, 15 de setembro de 2015 e 02 de fevereiro de 2016. Entrevista cedida à Thaís Nodare de Oliveira.

M, M.L.B. (Entrevistado 7). Belo Horizonte, 15 de setembro de 2014. Entrevista cedida à Thaís Nodare de Oliveira.

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Qual o contexto universitário da época de criação do Centro?

2- Quais as pessoas que estavam envolvidas na criação desse Centro?

3- Quais os objetivos atuais frente aos já registrados no regimento? São os mesmos ou foram atualizados?

4- Há algum registro a respeito de como e quem redigiu o regimento?

4.1- O regimento foi inspirado em algum outro Centro de Memória ou outra instituição semelhante?

5- Há colaboração desse Centro com outros Centros de Memória?

6- Quais os serviços prestados pelo Centro para a comunidade acadêmica e em geral?

7- Quais as razões do vínculo institucional desse Centro?

8- Há orçamento específico para o Centro?

9- Qual a procedência do orçamento?

10- Quais são os profissionais envolvidos e/ ou que atuam no Centro? Como isso é definido?

11- Há recolhimento de acervo? Como o acervo foi/ é formado?

12- Qual a metodologia de organização de acervo? Como é definida?

13- Por que o esse Centro também é considerado como um museu?

*Questões complementares, específicas para o Centro de Memória da Medicina:

14- No regimento interno é citada uma disciplina de História da Medicina. Como ocorre a participação do CEMEMOR nesta disciplina? Há programas dessa disciplina disponíveis?

15- Qual a razão de centralidade dos livros na política de desenvolvimento de acervo?

16- No regimento interno há o Artigo 2º “II. Prestar assessoria a projetos ligados à memória histórica e do patrimônio sócio cultural da medicina”. Quais os tipos de assessoria que já existiram?

16.1- Há no Artigo 2º “III. Organizar e promover eventos de ordem acadêmica (seminários, conferências, exposições) cursos, treinamentos e/ou estágios voltados à preservação da memória da medicina nas áreas de Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Restauração de Documentos, História Oral e Iconografia. Quais eventos, cursos e treinamentos já existiram?

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Proposta de um Centro Virtual de Memória da Extensão da UFMG (CEVEX UFMG).

1- Como e por que você se envolveu com a proposta de um Centro de Memória Virtual?

2- No que consiste a proposta de um Centro de Memória Virtual?

3- Qual (ais) o (s) objetivo(s) do projeto? Qual(ais) o(s) objetivo(s) específico(s)?

4- Quais os profissionais envolvidos nessa proposta?

5- Em relação à equipe, como é que vocês se organizam?

6- O projeto recebe apoio financeiro? Se sim, de qual instituição ou agência de fomento.

7- Como você define a proposta de um Centro de Memória Virtual?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: PERFIS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE ACERVO.

Eu, Thaís Nodare, orientada pela Prof. Dr. Renato Venâncio e coorientada pelo Prof. Dr. Adalson Nascimento, estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é compreender os percursos institucionais dos centros de memória e documentação da UFMG. Esta pesquisa pertence ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em nível de mestrado e tem cunho estritamente acadêmico, sem fins comerciais.

Diante disso, tenho a satisfação de convidá-lo (a) para participar desta pesquisa, como voluntário (a), cuja coleta de dados acontecerá mediante entrevista. Na entrevista serão abordados tópicos referentes às suas atividades no período em que esteve envolvido com um determinado Centro de memória e/ou documentação da UFMG. A entrevista será gravada e transcrita por mim. Ela será agendada previamente, conforme sua disponibilidade, e terá duração aproximada de 1 (uma) hora.

O (a) senhor (a) não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento ou indenizações pela mesma. Um risco advindo dessa pesquisa consiste em possíveis desconfortos causados por emoções sentidas pelo (a) senhor (a) ao relatar sua experiência no trabalho. Caso aconteça, a coleta de dados e a gravação serão interrompidas para que o (a) senhor (a) se recupere e decida se deseja continuar ou não. O (a) senhor (a) tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. Caso o (a) senhor (a) decida retirar-se do estudo ou necessite de quaisquer outros esclarecimentos sobre o mesmo, favor contactar-me, pessoalmente ou através do telefone ou e-mail informado no final deste Termo. O benefício de sua participação nesta pesquisa será a contribuição com este estudo, que visa compreender a atuação os centros de memória e documentação como “lugares de memória” de grande importância para a UFMG.

Certa de que as informações aqui apresentadas lhe forneceram os esclarecimentos necessários em relação a essa pesquisa e caso haja concordância de sua parte em participar deste estudo, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre Esclarecido, em duas vias de igual teor (1 cópia ficará em seu poder):

Eu_____,

portador (a) do RG.: _____, compreendo que minha participação nessa pesquisa é inteiramente voluntária e, que desta forma, tenho toda liberdade de recusar ou retirar meu consentimento em participar desse estudo sem penalidades. Os dados obtidos através da minha participação nesse estudo serão documentados, sendo de meu consentimento a divulgação dos mesmos, em contextos acadêmicos e publicações científicas.

Data e Local:

_____

Assinatura do participante:

_____

Telefone/e-mail:

_____

Assinatura da Pesquisadora:

_____

Contatos:

PESQUISADORA: Thaís Nodare

e-mail: tatanodare@hotmail.com

ORIENTADORA: Prof. Dr. Renato Venâncio

e-mail: renvenancio@hotmail.com

COORIENTADOR: Prof. Dr. Adalson Nascimento

e-mail: adalson.nascimento@gmail.com

INSTITUIÇÃO: Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais - Telefone: (31)3409-6103 - Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 - Belo Horizonte/MG.